



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVII – N° 019 – SEXTA-FEIRA, 15 DE MARÇO DE 2002 – BRASÍLIA-DF

MESA		
Presidente ⁽³⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> 1º Vice-Presidente ⁽⁴⁾ <i>Edison Lobão – PFL – MA</i> 2º Vice-Presidente ⁽⁵⁾ <i>Antonio Carlos Valadares – PSB – SE</i> 1º Secretário ⁽⁶⁾ <i>Carlos Wilson – Bloco/PPS – PE</i> 2º Secretário ⁽⁷⁾ <i>Antero Paes de Barros – PSDB – MT</i>	3º Secretário ⁽⁶⁾ <i>Ronaldo Cunha Lima – PSDB – PB</i> 4º Secretário ⁽⁸⁾ <i>Mozarildo Cavalcanti – PFL – RR</i> Suplentes de Secretário ⁽¹⁾ <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i> ⁽²⁾ <i>Marluce Pinto – PMDB – RR</i> ⁽³⁾ <i>Maria do Carmo Alves – PFL – SE</i> ⁽⁴⁾ <i>Nilo Teixeira Campos⁽⁵⁾ – PSDB – RJ</i>	
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ ⁽⁹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ ⁽⁴⁾ <i>Vago</i> ⁽⁷⁾ <i>Vago</i> ⁽⁸⁾ <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i>	PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ ⁽¹⁰⁾ <i>Juvêncio da Fonseca – PMDB – MS</i> ⁽¹¹⁾ <i>Gerson Camata – PMDB – ES</i> ⁽¹²⁾ <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i> ⁽⁷⁾ <i>Vago</i> ⁽¹³⁾ <i>Jefferson Péres – Bloco Oposição - AM</i>	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder ⁽¹⁴⁾ <i>Artur da Távola</i> Vice-Líder ⁽¹⁵⁾ <i>Romero Jucá</i> ⁽¹⁶⁾ <i>Moreira Mendes</i> ⁽¹⁷⁾ <i>Bello Parga</i> ⁽¹⁸⁾ <i>Eduardo Siqueira Campos</i> LIDERANÇA DO PMDB – 23 Líder ⁽¹⁹⁾ <i>Renan Calheiros</i> Vice-Líderes ⁽²⁰⁾ <i>Nabor Júnior</i> ⁽²¹⁾ <i>Gilberto Mestrinho</i> ⁽²²⁾ <i>Juvêncio da Fonseca</i> ⁽²³⁾ <i>Gilvam Borges</i> ⁽²⁴⁾ <i>Marluce Pinto</i> ⁽²⁵⁾ <i>Amir Lando</i> ⁽²⁶⁾ <i>Alberto Silva</i> ⁽²⁷⁾ <i>Ney Suassuna</i>	LIDERANÇA DO PFL – 17 Líder ⁽²⁸⁾ <i>José Agripino Maia</i> Vice-Líderes ⁽²⁹⁾ <i>Francelino Pereira</i> ⁽³⁰⁾ <i>Romeu Tuma</i> ⁽³¹⁾ <i>Leomar Quintanilha</i> ⁽³²⁾ <i>Bello Parga</i> ⁽³³⁾ <i>Maria do Carmo Alves</i> ⁽³⁴⁾ <i>Vago</i> LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR PSDB/PPB – 17 Líder ⁽³⁵⁾ <i>Geraldo Melo</i> Vice-Líderes ⁽³⁶⁾ <i>Pedro Piva</i> ⁽³⁷⁾ <i>Romero Jucá</i> ⁽³⁸⁾ <i>Vago</i> ⁽³⁹⁾ <i>Freitas Neto</i>	LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS) – 14 Líder ⁽⁴⁰⁾ <i>Eduardo Suplicy</i> Vice-Líderes ⁽⁴¹⁾ <i>Emilia Fernandes</i> ⁽⁴²⁾ <i>Tião Viana</i> ⁽⁴³⁾ <i>Roberto Freire</i> ⁽⁴⁴⁾ <i>Sebastião Rocha</i> LIDERANÇA DO PSB – 3 Líder ⁽⁴⁵⁾ <i>Ademir Andrade</i> Vice-Líder ⁽⁴⁶⁾ <i>Paulo Hartung</i> LIDERANÇA DO PTB – 5 Líder ⁽⁴⁷⁾ <i>Carlos Patrocínio</i> Vice-Líder ⁽⁴⁸⁾ <i>Arlindo Porto</i> LIDERANÇA DO PL – 1 Líder ⁽⁴⁹⁾ <i>José Alencar</i>

(1) Reeletos em 2/04/1997

(2) Designação: 27/06/2001

(3) Eleito em 20/09/2001

(4) Em virtude da eleição do Senador Ramez Tebet à Presidência do Senado Federal

(5) Deixa o exercício do mandato em 25/09/2001, em virtude da reassunção do titular

(6) Filiou-se ao PSDB, em 28/09/2001

(7) Nos termos do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda do mandato do Senador Fernando Matuzalem, nela representado pelo Estado de Rondônia (Publicado no DSF, de 06/03/2002)

EXPEDIENTE	
<i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>José Farias Maranhão</i> Diretor da Subsecretaria Industrial	<i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Márcia Maria Corrêa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 20ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 14 DE MARÇO DE 2002

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 92, de 2002 (nº 159/2002, na origem), de 12 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2001 (nº 5.178/2001, na Casa de origem), que Denomina "Aeroporto Ilhéus/Bahia – Jorge Amado", o Aeroporto de Ilhéus/Bahia", sancionado e transformado na Lei nº 10.412, de 12 de março de 2002.....

02237

Nº 93, de 2002 (nº 160/2002, na origem), de 12 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 221, de 1996 (nº 3.164/1997, na Câmara dos Deputados), de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que determina o tombamento dos bens culturais das empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização, sancionado e transformado na Lei nº 10.413, de 12 de março de 2002.....

02237

1.2.2 – Aviso do Ministro de Estado das Comunicações

Nº 24/2002, de 11 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 701, de 2001, do Senador Osmar Dias. Ao Arquivo.

02237

1.2.3 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 13/2002, encaminhando autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 194, de 1999 (nº 5.470/2001, na Câmara dos Deputados), de autoria do Senador Roberto Requião, que altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico, sancionado e transformado na Lei nº 10.408, de 10 de janeiro de 2002.

02237

Nº 14/2002, encaminhando autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2001 (nº 5.074/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos quími-

cos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras provisões, sancionado e transformado na Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001.....

02237

1.2.4 – Pareceres

Nº 141, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 145, de 2001 (nº 2.212/1999, na Casa de origem), que institui o Dia do Bacharel em Turismo.

02238

Nº 142, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2001 (nº 3.558/2000, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional de Combate ao Glaucoma.

02238

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 145 e 150, de 2001, cujos pareceres foram lidos anteriormente.

02239

1.2.6 – Ofícios

Nºs 27 a 30/2002, de 13 do corrente, da Liderança do PFL no Senado Federal, de indicação de membro para as Comissões Permanentes. Designação do Senador José Jorge para integrar, como titular, as Comissões de Educação e de Serviços de Infra-Estrutura; e como suplente, as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos.

02239

Nºs 17 a 23/2002, de 14 do corrente, da Liderança do Bloco PSDB/PPB no Senado Federal, comunicando a nova composição do Bloco PSDB/PPB nas Comissões Permanentes. Designação dos Senadores indicados pela liderança para integrarem as Comissões de Assuntos Econômicos, de Assuntos Sociais, de Constituição, Justiça e Cidadania, de Educação, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Serviços de Infra-Estrutura e de Fiscalização e Controle.

02240

Nº 326/2001, de 28 de novembro de 2001, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação e remanejamento de membros na Comissão Temporária destinada ao acompanhamento e avaliação do Projeto de Conservação e

Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Designação dos Senadores Renan Calheiros e Alberto Silva, como titulares, e dos Senadores Sergio Machado e João Alberto Souza, como suplentes, para integrarem a referida Comissão.....

02247

quele Ministério, e que os pleitos apresentados durante esses meses encontram-se em fase de análise ou complementação de documentos. À Comissão de Assuntos Econômicos.....

02255

Nº 26/2002, de 13 do corrente, da Liderança do PFL no Senado Federal, de indicação de membro para a Comissão Temporária destinada ao acompanhamento e avaliação do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Designação da Senadora Maria do Carmo Alves para integrar, como suplente, a referida Comissão.....

02247

Término de prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2001 (nº 958/99, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional da Defensoria Pública. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente...

02255

1.2.9 – Discursos do Expediente

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Transcrição de artigos publicados em encarte do jornal **Correio Braziliense**, edição do último domingo, sobre a necessidade da mídia brasileira rever a conduta de julgar precipitadamente acontecimentos políticos de repercussão nacional e promover acusações infundadas.....

02255

1.2.7 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2002, de autoria do Senador Maguito Vilela, que altera a Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, para tipificar, como crime, a exploração de concurso de sorteios de números ou outros símbolos, para a obtenção de prêmios em dinheiro ou bens de qualquer natureza, autoriza a exploração indireta do serviço de loteria, mediante procedimento licitatório, e revoga os arts. 50 a 58 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.....

02247

SENADOR TIÃO VIANA – Leitura de documento encaminhado pelo Instituto do Coração/Fundação Zerbini ao Ministério da Saúde, que alerta sobre a necessidade de uma política de conscientização da população e treinamento para atender vítimas de parada cardiorrespiratória que, juntamente com as demais doenças cardiovasculares, ainda é a principal causa de morte em nosso País.....

02262

Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2002, de autoria do Senador Ademir Andrade, que modifica a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, estabelecendo critérios para a distribuição dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador. À Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.....

02251

SENADOR ADEMIR ANDRADE, como Líder – Justificativas à apresentação de projeto de lei que visa distribuir de maneira mais justa os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador -FAT.....

02264

1.2.8 – Comunicações da Presidência

Convocação das Sras. e dos Srs. Senadores para que acorram ao Plenário, com a finalidade de votar as matérias constantes da pauta.....

02255

SENADOR EDISON LOBÃO – Prejuízos econômicos e ecológicos gerados a partir da exploração ilegal da biodiversidade na região Amazônica.....

02269

Recebimento do Aviso nº 19, de 2002 (nº 363/2002, na origem), de 6 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 145, de 2002, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizada de 2-4 a 3-5-2001, no Programa de Trabalho relativo à implantação de usina termelétrica em área do Rio de Janeiro/Espírito Santos (TC nº 3.317/2001-6). À Comissão de Fiscalização e Controle.....

02255

SENADOR ROMERO JUCÁ – Registro da saída do Ministro do Planejamento, Martus Tavares, para assumir uma Diretoria do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, em Washington. Transcrição do discurso do Ministro Martus Tavares na sessão de abertura do Encontro Interamericano do BID, realizado recentemente em Fortaleza, Ceará.....

02276

1.2.10 – Pronunciamentos

Recebimento do Aviso nº 20, de 2002 (nº 141/2002, na origem), do Ministério da Fazenda, encaminhando a posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, informando que, nos meses de janeiro e fevereiro do corrente ano, nenhuma proposta de operação de crédito foi deferida ou indeferida no âmbito da-

SENADOR ROMERO JUCÁ – Ratificação do processo de obstrução pela base do Governo.

02276

SENADORA HELOÍSA HELENA – Defesa de alteração na Medida Provisória nº 9, de 2001, para inclusão do setor produtivo rural das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste na repactuação da dívida com os fundos constitucionais.....

02279

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Contrariedade diante da obstrução de matérias importantes no Senado Federal em virtude de querelas entre PSDB e PFL. Preocupação com a proximidade do prazo final para renegociação das dívidas dos produtores rurais e

a demora em apreciar, nesta Casa, a Medida Provisória nº 9, de 2001.....	02279	ção do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.....	02282
SENADOR ARTUR DA TÁVOLA, como Líder – Equívoco na atribuição ao PSDB da responsabilidade por todos os males do País. Escrachamentos a respeito da continuidade do processo de obstrução pelos partidos que compõem a base de sustentação do Governo.....	02280	Item 6 Projeto de Resolução nº 2, de 2002 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 59, de 2002, Relator: Senador Romero Jucá, com voto contrário do Senador Lauro Campos), que autoriza a União a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser celebrada entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o “Japan Bank for International Cooperation – JBIC”, no valor equivalente a até trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal. Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.....	02282
1.2.11 – Comunicação da Presidência Impossibilidade de realização da Ordem do Dia de hoje, em virtude da obstrução anunciada. .	02281		
1.3 – ORDEM DO DIA			
Item 1 Medida Provisória nº 9, de 2001, que dispõe sobre o alongamento de dívidas originárias de crédito rural, de que trata a Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e dá outras providências. Discussão adiada em virtude de obstrução....	02281	Item 1 Requerimento nº 20, de 2002, do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando, nos termos regimentais, inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências, cujo prazo na Comissão de Assuntos Econômicos se encontra esgotado. Votação adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.....	02282
Item 2 Medida Provisória nº 11, de 2001, que cria o Fundo Seguro-Safra e institui o benefício Seguro-Safra para os agricultores familiares da região Nordeste e do norte do Estado de Minas Gerais, nos Municípios sujeitos a estado de calamidade ou situação de emergência em razão do fenômeno da estiagem. Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.....	02281	Item 2 Requerimento nº 20, de 2002, do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando, nos termos regimentais, inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências, cujo prazo na Comissão de Assuntos Econômicos se encontra esgotado. Votação adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.....	02283
Item 3 Medida Provisória nº 12, de 2001, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor de oitenta e seis milhões de reais, para os fins que especifica. Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.....	02282	Item 3 Projeto de Decreto Legislativo nº 271, de 2000 (nº 548/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Radioclube Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jussara, Estado de Goiás. Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.....	02283
Item 4 Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2001 (nº 5.526/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que, altera o art. 98 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.....	02282	Item 4 Projeto de Decreto Legislativo nº 271, de 2000 (nº 548/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Radioclube Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jussara, Estado de Goiás. Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.....	02283
Item 5 Projeto de Resolução nº 1, de 2002 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 58, de 2002, Relator: Senador Antonio Carlos JunIOR, com voto contrário do Senador Lauro Campos), que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Discussão adiada em virtude da obstrução.....	02282	Item 5 Projeto de Decreto Legislativo nº 320, de 2001 (nº 768/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Paz e Bem a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itambacuri, Estado de Minas Gerais. Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.....	02283
Item 6 Projeto de Resolução nº 1, de 2002 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 58, de 2002, Relator: Senador Antonio Carlos JunIOR, com voto contrário do Senador Lauro Campos), que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Discussão adiada em virtude da obstrução.....	02282	Item 6 Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2001 (nº 740/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Transcontinental Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul. Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.....	02283

Item 11

Parecer nº 76, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 4, de 2002 (nº 1.441/2001, na origem), Relator: Senador Romeu Tuma, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Henrique Marini e Souza, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do Tenente-Brigadeiro-do-Ar João Felippe Sampaio de Lacerda Junior. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.**..... 02283

Item 12

Parecer nº 77, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 71, de 2002 (nº 73/2002, na origem), Relator: Senador Romero Jucá, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Doutor Renato de Lacerda Paiva, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Vitalício, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista e decorrente da aposentadoria do Ministro José Luiz Vasconcelos. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.**..... 02284

Item 13

Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2001 (nº 3.395/2000, na Casa de origem), que autoriza doação de imóvel de propriedade do Instituto Nacional de Seguro Social. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.**..... 02284

Item 14

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Jader Barbalho, que altera o **caput** e os § 4º, 6º, II e 7º e acresce o § 8º ao art. 57 da Constituição Federal (alteração dos períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária). **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta...** 02284

Item 15

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Hartung, que altera a redação do art. 57 da Constituição Federal para, alterando o período de funcionamento do Congresso Nacional, determinar o recesso constitucional de 21 de dezembro a 1º de janeiro e estabelecer que o calendário legislativo será definido por resolução do Congresso Nacional e contemplará período de

férias coletivas dos Congressistas. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.**..... 02284

Item 16

Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que altera o art. 57 da Constituição Federal, para reduzir o período de recesso do Congresso Nacional, e dá outras providências. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.**..... 02285

Item 17

Projeto de Decreto Legislativo nº 379, de 2001 (nº 940/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Sentinela do Alegrete a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.**..... 02285

Item 18

Projeto de Decreto Legislativo nº 387, de 2001 (nº 718/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Positiva FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planaltina, Estado de Goiás. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.**..... 02285

Item 19

Requerimento nº 754, de 2001, do Senador Antero Paes de Barros, solicitando, nos termos regimentais, a dispensa do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2001, de sua autoria, cujo prazo se encontra esgotado. **Votação adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta...** 02285

Item 20

Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Antônio Carlos Valadares, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de instituir o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da bacia do rio São Francisco. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.**..... 02285

Item 21

Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1999 (nº 3.961/97, na Casa de origem), que estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone e dá outras providências. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.**..... 02286

Item 22

Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2001 (nº 1.477/99, na Casa de origem), que dispõe sobre o Programa Grande Fronteira do Mercosul.

Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta...

02286

Item 23

Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2001, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar fatos envolvendo as associações brasileiras de futebol, que altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, com a redação dada pela Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000, e pela Medida Provisória nº 2.193, de 23 de agosto de 2001. (Lei Pelé). **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.**

02286

Item 24

Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2001 (nº 963/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova concessão outorgada à TV São José do Rio Preto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (Televisão) na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.**

02286

Item 25

Projeto de Decreto Legislativo nº 389, de 2001 (nº 871/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vale do Uatumã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.**

02286

Item 26

Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2001 (nº 943/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio Difusão Cidade FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Fortaleza dos Nogueiras, Estado do Maranhão. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.**

02287

Item 27

Projeto de Decreto Legislativo nº 399, de 2001 (nº 741/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Imembuí S.. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta...**

02287

Item 28

Projeto de Decreto Legislativo nº 401, de 2001 (nº 798/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Cooperhobic para a Educação e Assistência Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.**

02287

Item 29

Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2001 (nº 1.022/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Taioense de Cultura e Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taió, Estado de Santa Catarina. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta...**

02287

Item 30

Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2001 (nº 1.035/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Setorial de Radiodifusão Educativa de Sons e Imagens para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo. **Discussão adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.**

02287

Item 31

Requerimento nº 688, de 2001, do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 254, de 1999, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 252, de 1997, cujo prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. **Votação adiada em virtude da obstrução do Item 1, que se encontra sobrestando a pauta.**

02288

1.3.1 – Leitura de requerimentos

Nº 70, de 2002, de iniciativa da Comissão de Fiscalização e Controle, solicitando ao Ministro de Estado da Justiça informações a respeito das diligências realizadas pela Polícia Federal no escritório de consultoria do empresário Aldenor Cunha Rebouças e na empresa Lunus Serviços e Participações. À Mesa para decisão.....

02288

Nº 71, de 2002, de autoria do Senador Ademir Andrade, solicitando o desapensamento do Projeto de Resolução nº 16, de 1999, que tramita em conjunto com o Projeto de Resolução nº 81, de 1999 e mais outros 42 projetos de Resolução, em virtude da aprovação do Requerimento nº 472, de 1999. A Presidência determina o desapensamento do Projeto de Resolução nº 16,

de 1999, que vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora..... 02288

1.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADORA HELOÍSA HELENA, como Líder – Contestação às alegações de que o PT e o PFL estariam aliados com o fim de prejudicar o Governo, esclarecendo que a obstrução da medida provisória que renegocia a dívida dos agricultores deve-se ao fato de que a mesma não será aprovada sem alterações nesta Casa, o que acarretará o seu retorno à Câmara dos Deputados, com conseqüentes prejuízos à votação da CPMF.....

SENADOR ARLINDO PORTO – Alerta para os prejuízos que advirão aos agricultores, tendo em vista o curto prazo para adesão às condições previstas na Medida Provisória nº 9, de 2001. Preocupação com o tratamento diferenciado àqueles que realizaram operações agrícolas junto aos fundos constitucionais, bem como, com a exclusão dos produtores do Prodecer dos benefícios concedidos pela referida medida provisória.....

SENADOR GERALDO CÂNDIDO – Consternação com a recusa do Senador José Serra em receber S. Ex^a e os “mata-mosquitos” demitidos pelo Governo Federal, que prestavam relevantes serviços no combate à dengue no Rio de Janeiro. Mazelas do sistema de empresas privatizadas no Estado do Rio de Janeiro, citando reportagem do jornal **O Dia** que aborda a distorção entre os elevados aumentos de tarifas praticados pela Light e o significativo rombo em sua contabilidade.....

SENADOR GERALDO MELO, como Líder – Apresentação de escusas ao Senador Geraldo Cândido, em nome do Senador José Serra, que não tomou conhecimento de sua solicitação de audiência, ratificando a disponibilidade de S. Ex^a para o seu atendimento.....

SENADOR LAURO CAMPOS – Agravamento da perda dos direitos dos trabalhadores brasileiros durante os sete anos do Governo Fernando Henrique Cardoso. Críticas ao Presidente George W. Bush, que tem colocado em risco a

democracia, os direitos e garantias sociais no mundo..... 02297

SENADOR ROMERO JUCÁ – Apoio à aprovação, na Comissão de Fiscalização e Controle, do requerimento de convocação do Superintendente da Polícia Federal e delegados responsáveis pelo inquérito que trata do caso Sudam, para prestarem esclarecimentos sobre a operação na empresa Lunus, no Maranhão, e o andamento do processo em outros Estados..... 02301

SENADOR FREITAS NETO – Homenagem póstuma ao ex-Prefeito de Teresina, Sr. Raimundo Wall Ferraz, que completaria hoje 70 anos de nascimento..... 02302

1.3.3 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Lançamento da publicação “Biodiversidade na Amazônia Brasileira”, sob a coordenação de diversas entidades ambientais..... 02303

SENADOR ROMERO JUCÁ – Análise do desempenho dos diversos setores da economia voltados à exportação, que possibilitaram o superávit da balança comercial brasileira..... 02303

SENADOR SÉRGIO MACHADO – Necessidade de equacionamento do déficit hídrico do Nordeste, como parte de um plano de desenvolvimento sustentável..... 02305

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – ATO DA COMISSÃO DIRETORA

Nº 5, de 2002..... 02308

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 293 a 303, de 2002..... 02309

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 51^a LEGISLATURA

5 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 20ª Sessão Deliberativa Ordinária em 14 de março de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares
Mozarildo Cavalcanti e Luiz Otávio*

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Álvaro Dias – Amir Lando – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Júnior – Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Artur da Tavola – Bello Parga – Benício Sampaio – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Chico Sartori – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Emilia Fernandes – Fernando Ribeiro – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Iris Rezende – José Agripino – José Eduardo Dutra – José Jorge – Lauro Campos – Lindberg Cury – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Otavio – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Marluce Pinto – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Simon – Renan Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Saturnino – Robinson Viana – Romero Jucá – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Tião Viana – Valmir Amaral – Waldeck Ornelas – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A lista de presença acusa o comparecimento de 58 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº 92, de 2002 (nº 159/2002, na origem), de 12 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2001 (nº 5.178/2001, na Casa de origem), que Denomina "Aeroporto Ilhéus/Bahia –

Jorge Amado", o Aeroporto de Ilhéus/Bahia", sancionado e transformado na Lei nº 10.412, de 12 de março de 2002.

Nº 93, de 2002 (nº 160/2002, na origem), de 12 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 221, de 1996 (nº 3.164/1997, na Câmara dos Deputados), de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que determina o tombamento dos bens culturais das empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização, sancionado e transformado na Lei nº 10.413, de 12 de março de 2002.

AVISO

DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

Nº 24/2002, de 11 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 701, de 2001, do Senador Osmar Dias.

*As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.
O Requerimento vai ao arquivo.*

OFÍCIOS

DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 13/2002, encaminhando autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 194, de 1999 (nº 5.470/2001, na Câmara dos Deputados), de autoria do Senador Roberto Requião, que altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico, sancionado e transformado na Lei nº 10.408, de 10 de janeiro de 2002.

Nº 14/2002, encaminhando autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2001 (nº 5.074/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de

substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001.

PARECERES

PARECER Nº 141, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 145, de 2001 (nº 2.212/99, na Casa de origem), que institui o Dia do Bacharel em Turismo.

Relator: Senador **Moreira Mendes**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 145, de 2001 (nº 2.212, de 1999, na origem), de autoria do Deputado Ronaldo Vasconcellos, institui o Dia do Bacharel em Turismo, a ser celebrado, anualmente, no dia 27 de setembro em todo o País.

Aprovado na Câmara dos Deputados, onde recebeu parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura e Desporto e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, o projeto encontra-se em exame na Comissão de Educação do Senado Federal.

Não foram oferecidas emendas, no prazo regimental.

II – Análise

A proposição em comento tem como objetivo precípua a abertura, no calendário brasileiro de efemérides, de uma data especialmente destinada a render homenagens ao bacharel em turismo. A escolha recaiu, muito apropriadamente, sobre o dia 27 de setembro, data alusiva ao Dia Mundial do Turismo.

Com muita oportunidade, a justificação do projeto lembra que, nos dias atuais, é impossível desconsiderar a importância do turismo como fator de desenvolvimento econômico, social e cultural. Apesar de constituir um tema novo como conhecimento organizado, trata-se de uma das mais antigas atividades humanas. Entretanto, só após a demonstração recente de seus vigorosos efeitos sobre a distribuição de renda, a expansão do mercado de trabalho e a geração de empregos, o turismo vem se profissionalizando no Brasil.

Hoje, o desenvolvimento de políticas públicas adequadas ao setor e o aprimoramento dos empreendedores são aspectos que merecem tanta atenção quanto a qualificação da mão-de-obra requerida pelo incremento do setor.

É nesse contexto que o projeto em análise, de modo oportuno e meritório, vem valorizar a atuação do bacharel em turismo, chamando a atenção para a urgente necessidade de sua tão ansiada regulamentação profissional. Apenas por intermédio de uma atualizada e competente atuação desse profissional é que podemos explorar, de modo eficaz e permanente, a inequívoca potencialidade turística do nosso País.

III – Voto

Pelo exposto e por não encontrarmos óbices de natureza constitucional, jurídica ou de técnica legislativa, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei nº 145, de 2001 (nº 2.212, de 1999, na Casa de origem).

Sala da Comissão, 12 de março de 2002. – Presidente, **Ricardo Santos** – Relator, **Waldeck Ornélia** – **Nabor Júnior** – **Freitas Neto** – **Juvêncio da Fonseca** – **Marina Silva** – **Antônio Carlos Júnior** – **Geraldo Cândido** – **Romeu Tuma** – **Maria do Carmo Alves** – **Valmir Amaral** – **Benício Sampaio** – **Roberto Saturnino** – **Luiz Otávio**.

PARECER Nº 142, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2001 (nº 3.558/2000, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional de Combate ao Glaucoma.

Relator: Senador **Benício Sampaio**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2001, institui o Dia Nacional de Combate ao Glaucoma, a ser comemorado no dia 26 de maio de cada ano.

A proposição é justificada com base na elevada prevalência da doença em nosso meio, seu impacto sobre a qualidade de vida das pessoas afetadas e o ônus social que dela decorre (perda de produtividade, gastos com assistência médica e, principalmente, aposentadoria precoce).

Na medida em que as causas do glaucoma primário são desconhecidas, não há prevenção possível na maioria dos casos. No entanto, o reconhecimento, pelas pessoas, de fatores de riscos – um componente familiar, em especial – e o diagnóstico e tratamento precoces são fatores essenciais para o prognóstico.

A instituição de um Dia Nacional de Combate ao Glaucoma é proposta, assim, como uma estratégia para – nas palavras do proposito – conscientizar a

população e os profissionais de saúde sobre essa doença e a necessidade de seu diagnóstico precoce, como medida eficaz para a redução dos índices de deficiência visual em nosso País.

O Projeto vem à revisão do Senado, onde deve-ria ser apreciado por esta Comissão de Educação.

Vencido o prazo regimental, não foram apresen-tadas emendas.

Não existem outras proposições sobre essa ma-téria em tramitação no Senado.

III – Análise

Têm razão os colegas deputados em sua propo-sição: o glaucoma apresenta elevada incidência e constitui um dano que pode ser minorado com a infor-mação da sociedade e dos profissionais de saúde e, principalmen-te, com o seu diagnóstico e tratamento precoces. A estratégia sugerida é pertinente e viável.

Quanto à constitucionalidade da iniciativa e à ju-ridicidade e técnica legislativa da proposição, nada há a obstar.

III – Voto

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2001.

Sala da Comissão, 12 de março de 2002. – Pre-sidente, **Ricardo Santos** – Relator, **Benício Sampaio** – **Waldeck Ornelas** – **Nabor Júnior** – **Freitas Neto** – **Juvêncio da Fonseca** – **Marina Silva** – **Antô-nio Carlos Júnior** – **Geraldo Cândido** – **Romeu Tuma** – **Moreira Mendes** – **Emilia Fernandes** – **Ger-son Camata** – **Marluce Pinto** – **Luiz Otávio** – **Ro-berto Saturnino** – **Valmir Amaral**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência comunica ao Plenário que o Pro-jecto de Lei da Câmara nº 145, de 2001 (nº 2.212/99, na Casa de origem), que institui o Dia do Bacharel em Turismo; e o Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2001 (nº 3.558/2000, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional de Combate ao Glaucoma, cujos pare-ceres foram lidos anteriormente, ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emen-das, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Inter-no do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Se-cretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes:

OF. nº 27/02-GLPFL

Brasília, 13 de março de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador José Jorge para ocupar a vaga do Partido da Frente Libe-ral-PFL, como titular, na Comissão de Educação.

Cordialmente, – Senador **José Agripino**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. nº 28/02-GLPFL

Brasília, 13 de março de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador José Jorge para ocupar a vaga do Partido da Frente Libe-ral-PFL, como titular, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Cordialmente, – Senador **José Agripino**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. nº 29/02-GLPFL

Brasília, 13 de março de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador José Jorge para ocupar a vaga do Partido da Frente Libe-ral-PFL, como suplente, na Comissão de Constitui-ção, Justiça e Cidadania.

Cordialmente, – Senador **José Agripino**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. nº 30/02-GLPFL

Brasília, 13 de março de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador José Jorge para ocupar a vaga do Partido da Frente Libe-ral-PFL, como suplente, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Cordialmente, – Senador **José Agripino**, Líder do PFL no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência designa o Senador José Jorge para integrar as comissões referidas, nos termos das indicações da Liderança do PFL, que acabam de ser lidas.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Ca-valcanti.

São lidos os seguintes:

Ofício n.º 017/02-GLPSDB

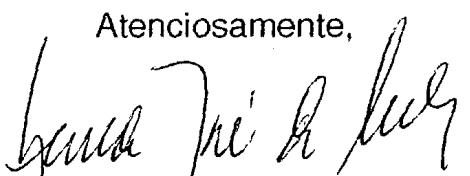
Brasília, 14 de março de 2002

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, a partir desta data a composição do **BLOCO PSDB/PPB**, na **Comissão de Assuntos Econômicos** passa a ser a seguinte:

TIJULARES	SUPLENTES
Freitas Neto	José Serra
Lúcio Alcântara	Geraldo Melo
Lúdio Coelho	Eduardo Siqueira Campos
Romero Jucá	Luiz Pontes
Ricardo Santos	Ari Stadler

Atenciosamente,


Senador **GERALDO MELO**
Líder do BLOCO PSDB/PPB

Ofício n.º 018/02-GLPSDB

Brasília, 14 de março de 2002

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, a partir desta data a composição do **BLOCO PSDB/PPB**, na **Comissão de Assuntos Sociais** passa a ser a seguinte:

TITULARES	SUPLENTES
Artur da Távola	Romero Jucá
Benício Sampaio	Luiz Otávio
Luiz Pontes	Geraldo Melo
Chico Sartori	Teotônio Vilela Filho
Ari Stadler	Lúcio Alcântara
Ricardo Santos	Lúdio Coelho

Atenciosamente,


Senador **GERALDO MELO**
Líder do BLOCO PSDB/PPB

Ofício n.º 019/02-GLPSDB**Brasília, 14 de março de 2002****Senhor Presidente,**

Comunico a Vossa Excelência que, a partir desta data a composição do **BLOCO PSDB/PPB**, na **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania** passa a ser a seguinte:

TITULARES	SUPLENTES
Lúcio Alcântara	José Serra
Luiz Otávio	Artur da Távola
Luiz Pontes	Benício Sampaio
Freitas Neto	Ricardo Santos
Romero Jucá	Ari Stadler

Atenciosamente,

Senador **GERALDO MELO**
Líder do BLOCO PSDB/PPB

Ofício n.º 020/02-GLPSDB**Brasília, 14 de março de 2002****Senhor Presidente,**

Comunico a Vossa Excelência que, a partir desta data a composição do **BLOCO PSDB/PPB**, na **Comissão de Educação** passa a ser a seguinte:

TITULARES	SUPLENTES
Freitas Neto	Eduardo Siqueira Campos
Artur da Távola	Lúdio Coelho
Ricardo Santos	Chico Sartori
Teotônio Vilela Filho	Romero Jucá
Benício Sampaio	Lúcio Alcântara
Luiz Pontes	Luiz Otávio

Atenciosamente,



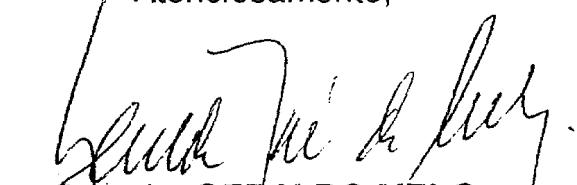
Senador **GERALDO MELO**
Líder do BLOCO PSDB/PPB

Ofício n.º 021/02-GLPSDB**Brasília, 14 de março de 2002****Senhor Presidente,**

Comunico a Vossa Excelência que, a partir desta data a composição do **BLOCO PSDB/PPB**, na **Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** passa a ser a seguinte:

MEMBROS	SUPLENTES
Geraldo Melo	Artur da Távola
Lúdio Coelho	Teotônio Vilela Filho
José Serra	Freitas Neto
Ari Stadler	Luiz Otávio

Atenciosamente,


Senador **GERALDO MELO**
Líder do BLOCO PSDB/PPB

Ofício n.º 022/02-GLPSDB**Brasília, 14 de março de 2002****Senhor Presidente,**

Comunico a Vossa Excelência que, a partir desta data a composição do **BLOCO PSDB/PPB**, na **Comissão de Serviços de Infra-estrutura** passa a ser a seguinte:

TITULARES	SUPLENTES
Lúdio Coelho	Chico Sartori
José Serra	Benício Sampaio
Teotônio Vilela Filho	Luiz Pontes
Luiz Otávio	Ari Stadler
Eduardo Siqueira Campos	Romero Jucá

Atenciosamente,



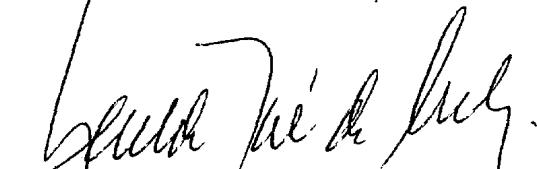
Senador **GERALDO MELO**
Líder do BLOCO PSDB/PPB

Ofício n.º 023/02-GLPSDB**Brasília, 14 de março de 2002****Senhor Presidente,**

Comunico a Vossa Excelência que, a partir desta data a composição do **BLOCO PSDB/PPB**, na **Comissão de Fiscalização e Controle** passa a ser a seguinte:

TRÍULARES	SUPLENTES
Eduardo Siqueira Campos	Freitas Neto
Chico Sartori	Ricardo Santos
Romero Jucá	

Atenciosamente,



Senador **GERALDO MELO**
Líder do BLOCO PSDB/PPB

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência designa os Srs. Senadores indicados pela Liderança do Bloco PSDB/PPB para integrarem as Comissões referidas, nos termos dos ofícios que acabam de ser lidos.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes:

OF.GLPMDB nº 326/2001

Brasília, 28 de novembro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência o remanejamento, para a titularidade, do Senador Alberto Silva, em substituição ao Senador Ney Suassuna e a indicação do Senador Sergio Machado, como suplente, em vaga ocupada anteriormente pelo Senador Alberto Silva, na Comissão Temporária que tem a finalidade de acompanhar e avaliar o Projeto de Conservação e Revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco e da instalação do respectivo Comitê de Bacia, ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador Renan Calheiros Senador Sergio Machado
Senador Alberto Silva Senador João Alberto Souza

Suplentes

Cordialmente, – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. nº 26/02-GLPFL

Brasília, 13 de março de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Maria do Carmo Alves para ocupar a vaga do Partido da Frente Liberal-PFL, como suplente, na Comissão Especial destinada ao acompanhamento e avaliação do Projeto de Conservação e Revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco.

Cordialmente, – Senador **José Agripino**, Líder do PFL no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com referência aos ofícios que acabam de ser lidos, a Presidência designa os Senadores indicados pelas Lideranças do PMDB e do PFL para integrarem a Comissão Temporária criada para acompanhar e avaliar o Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, nos termos do Requerimento nº 392, de 2001.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 51, DE 2002**

Altera a Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, para tipificar, como crime, a exploração de concurso de sorteios de números ou outros símbolos, para a obtenção de prêmios em dinheiro ou bens de qualquer natureza, autoriza a exploração indireta do serviço de loteria, mediante procedimento licitatório, e revoga os arts. 50 a 58 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 31-A e 31-B:

Art. 31-A. Constitui crime contra a economia popular:

I – explorar ou realizar, sem a devida autorização legal, concurso de sorteios de números ou quaisquer outros símbolos, por meio manual ou eletrônico, destinado à obtenção de prêmio em dinheiro ou bens de qualquer natureza, ou praticar ato relativo a sua realização ou exploração;

II – explorar ou introduzir em território nacional loteria estrangeira, ou explorar em outro Estado ou no Distrito Federal, loteria autorizada para uma determinada unidade federativa, exceto quando houver aquiescência de ambas.

Pena: 2 (dois) a 6 (seis) anos de detenção e multa.

Art. 31-B. A autorização do serviço de loteria somente poderá ser realizada diretamente pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal, ou indiretamente, mediante licitação.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se os arts. 50 a 58 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941.

Justificação

CRIME ORGANIZADO

“É preciso mover uma guerra contra o crime organizado, a arrogância do crime está passando de todos os limites”, disse o Presidente Fernando Henrique Cardoso a propósito do seqüestro, seguido de morte, de que foi vítima o prefeito de Santo André, Celso Daniel.

Como o jogo clandestino fomenta a criminalidade

Hoje no Brasil como não há uma legislação específica que regulamente os jogos, o crime organizado tomou conta desta área contribuindo para o aumento da criminalidade. Isto ocorre porque gera nas pessoas que lidam com esse seguimento um sentimento de impunidade, a certeza de enriquecimento fácil, e uma proximidade com o poder político, que possibilita a esta organização constituir um verdadeiro estado paralelo, com vista a substituir o estado constitucional.

Por tudo isso, não é mera coincidência que, por um lado, não se tenha desenvolvido a repressão administrativo-policial a todo esse universo de ilícitudes, e que, por outro, não tenha havido consistência e seriedade em qualquer alardeada vontade política de atuar nestes moldes.

E a razão disso é simples: o quase completo comprometimento e contaminação do aparelhamento da administração pública, notadamente no seu braço repressivo policial, como também nos quadros políticos que abastecem os corredores do poder de nosso País.

O descaso do Governo com o jogo é tão grande que, vejamos a situação dos bingos, que por meio de medida provisória, passou a ser administrado e fiscalizado pela Caixa Econômica Federal com data-limite até 30-12-2001, sendo que, venceu este prazo e o Governo Federal não reeditou nenhuma outra medida provisória, deixando a mercê dos clandestinos tamanha fonte de renda.

Precisamos sim, criminalizar essa atividade, com penas duras, onde o infrator seja enquadrado no crime contra a economia popular, sonegação fiscal, e formação de quadrilha.

A Lei de Contravenções Penais nos arts. 50 a 58, que tratam da exploração de loterias não autorizadas, precisam sofrer alterações que venham tipificar este ilícito penal como crime, pois dada a importância social, este delito não pode continuar sendo classificado como de menor importância que o crime, visto que, embutido na transgressão da prática de jogos

não autorizados, está toda uma gama de crimes praticados pelos seus autores como: estelionato, lavagem de dinheiro, etc. Ações essas que são intrínsecas a esta atividade.

Outra questão que precisa sofrer mudanças é o conceito de “jogos de azar”.

É bem verdade, que quando a exploração de qualquer jogo se dá pelo Poder Público, está afastada a figura da contravenção, todavia a conceituação de que todo jogo onde o ganho ou a perda dependa exclusiva ou principalmente da sorte caracterize-se como jogo de azar, precisa ser reformulada.

Não podemos esquecer, que grande parte da onda de violência que assola o País de forma avassaladora tem raiz no jogo clandestino, que utiliza o fruto dos recursos clandestinos e ilegais, para patrocinar outras formas de crime, como a compra de armamentos, o tráfico de drogas, a disseminação da prostituição, etc.

Segundo um estudo recente da Universidade da Geórgia, as cidades que não combatem os jogos clandestinos, tiveram um aumento médio de 8% nas taxas de criminalidade. Outro estudo mostra que dois terços dos jogadores compulsivos recorrem a atividades ilegais para financiar as apostas nos jogos clandestinos por saber que este seguimento de loteria ilegal não precisa se identificar.

É óbvio que houve avanços, como o criado com o advento da Constituição Federal, mais precisamente no seu art. 195, inciso III, posteriormente regulamentado pela Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que definiu no § 1º do art. 26 o que é concurso de prognóstico. Posteriormente o Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, regulamentador desta lei, no § 1º do artigo 212, veio a ratificar e explicar o conceito a cerca do que seja concurso de prognósticos.

Todavia, a presente justificativa oferece subsídios para auxiliar na elaboração de uma lei capaz de criminalizar condutas que eram previstas como contravencional ou que não possuíam um adequado tratamento no campo criminológico.

Abaixo daremos algumas informações precisas para o Congresso Nacional

Vinte bilhões apostados – Hoje tem no Brasil cerca de 200.000 máquinas nas ruas e 15.000 bingos, operando ilegalmente no mercado.

Nas ruas, cada máquina recebe em apostas cerca de R\$200,00 (duzentos reais) média/dia, devolvendo em premiação 80% desse valor, ou seja R\$160,00 (cento e sessenta reais), deixando para o operador R\$40,00 (quarenta reais) de lucro líqui-

do/dia. Multiplicando-se os números vê que se aposta nas ruas por dia R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), por mês a quantia é de R\$1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais), e por ano a quantia é de R\$14.400.000.000,00 (quatorze bilhões e quatrocentos milhões de reais).

Nos bingos, cada máquina recebe em apostas cerca de R\$1.000,00 (um mil reais), média/dia, devolvendo em premiação 80% desse valor, ou seja R\$800,00 (oitocentos reais), deixando para o operador R\$200,00 (duzentos reais) de lucro líquido/dia. Multiplicando-se os números vê que se aposta nos bingos por dia R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), por mês a quantia é de R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinqüenta milhões de reais), e por ano a quantia é de R\$5.400.000.000,00 (cinco bilhões e quatrocentos milhões de reais).

Dois bilhões sonegados – Somando o que se joga nas máquinas de rua e bingos, concluímos que se aposta por ano cerca de R\$19.800.000.000,00 (dezenove bilhões e oitocentos milhões de reais), colocando que desse valor 80% volta como prêmios ao apostador, ou cerca de R\$15.840.000.000,00 (quinze bilhões e oitocentos e quarenta milhões de reais), e também considerando que 40% desse valor, ou seja, R\$6.336.000.000,00 (seis bilhões e trezentos e trinta e seis milhões de reais), incide o tributo de 30% do IRRF (Imposto Retido na Fonte sobre a premiação) com prêmios acima de R\$11,10 (onze reais e dez centavos), dando uma sonegação de R\$1.900.000.000,00 (Um bilhão e novecentos milhões de reais).

Jogos de azar – Hoje somente as Loterias Estaduais e a Caixa Econômica Federal podem por lei operar Jogos de Azar, portanto estas máquinas podem ser operadas somente pelo Governo ou em nome dele.

Laudo Pericial – Para dizer que as máquinas caça-níqueis não são jogos de azar, os fabricantes compram laudos periciais dizendo que as mesmas são de diversão eletrônica e que dão de retorno ao apostador no mínimo 80% do valor apostado.

Caixa Econômica Federal – Para se ter uma idéia de quanto o crime organizado esta comandando o jogo no Brasil, foram feito em apostas no ano passado nas máquinas cerca de R\$20.000.000.000,00 (vinte bilhões de reais), fora o jogo do bicho, e bingos de cartela, enquanto nas loterias da CEF foram apostados o ano passado a irrisória quantia de R\$2.750.000.000,00 (dois bilhões e setecentos e cinqüenta milhões de reais), chegamos a

conclusão que de cada R\$100,00 (cem reais) que se joga no Brasil, R\$88,00 (oitenta e oito reais) vai parar na mão do crime organizado.

São evidentes as relações entre o jogo de azar e o crime organizado. O efeito corruptor do jogo estende-se sobre a sociedade e, até mesmo, sobre o sistema policial que deveria coibi-lo. Por isso, entendemos que deveríamos dar um tratamento mais enérgico a essa atividade delituosa, transformando em crime aquilo que hoje é tratado simplesmente como infração menor.

Sala das Sessões, 14 de março de 2002. – Senador **Maguito Vilela**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 1.521, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951

Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular.

DECRETO-LEI Nº 3.688, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

Lei das Contravenções Penais

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

CAPÍTULO VII

Das Contravenções Relativas à Polícia de Costumes

Art. 50. Estabelecer ou explorar jogo de azar em lugar público ou acessível ao público, mediante o pagamento de entrada ou sem ele:

Pena – prisão simples, de três meses a um ano, e multa, de dois a quinze contos de réis, estendendo-se os efeitos da condenação à perda dos móveis e objetos de decoração do local.

§ 1º A pena é aumentada de um terço, se existe entre os empregados ou participa do jogo pessoa menor de dezoito anos.

§ 2º In corre na pena de multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis, quem é encontrado a participar do jogo, como ponteiro ou apostador.

§ 3º Consideram-se jogos de azar:

a) jogo em que o ganho e a perda dependem exclusiva ou principalmente da sorte;

b) as apostas sobre corrida de cavalos fora de hipódromo ou de local onde sejam autorizadas;

c) as apostas sobre qualquer outra competição esportiva.

§ 4º Equiparam-se, para os efeitos penais, a lugar acessível ao público:

a) a casa particular em que se realizam os jogos de azar, quando deles habitualmente participam pessoas que não sejam da família de quem a ocupa;

b) hotel ou casa de habitação coletiva, a cujos hóspedes e moradores se proporciona jogo de azar;

c) a sede ou dependência de sociedade ou associação, em que se realiza jogo de azar;

d) estabelecimento destinado à exploração de jogo de azar, ainda que se dissimule esse destino.

Art. 51. Promover ou fazer extrair loteria, sem autorização legal:

Pena – prisão simples, de seis meses a dois anos, e multa, de cinco a dez contos de réis, estendendo-se os efeitos da condenação à perda dos móveis existentes no local.

§ 1º Incorre na mesma pena quem guarda, vende ou expõe à venda, tem sob sua guarda para o fim de venda, introduz ou tenta introduzir na circulação bilhete de loteria não autorizada.

§ 2º Considera-se loteria toda operação que, mediante a distribuição de bilhete, listas, cupões, vales, sinais, símbolos ou meios análogos, faz depender de sorteio a obtenção de prêmio em dinheiro ou bens de outra natureza.

§ 3º Não se compreendem na definição do parágrafo anterior os sorteios autorizados na legislação especial.

Art. 52. Introduzir, no País, para o fim de comércio, bilhete de loteria, rifa ou tômbara estrangeiras:

Pena – prisão simples, de quatro meses a um ano, e multa, de um a cinco contos de réis.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem vende, expõe à venda, tem sob sua guarda, para o fim de venda, introduz ou tenta introduzir na circulação, bilhete de loteria estrangeira.

Art. 53. Introduzir, para o fim de comércio, bilhete de loteria estadual em território onde não possa legalmente circular:

Pena – prisão simples, de dois a seis meses, e multa, de um a três contos de réis.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem vende, expõe à venda, tem sob sua guarda, para o fim de venda, introduz ou tenta introduzir na circulação,

bilhete de loteria estadual, em território onde não possa legalmente circular.

Art. 54. Exibir ou ter sob sua guarda lista de sorteio de loteria estrangeira:

Pena – prisão simples, de um a três meses, e multa, de duzentos mil réis a um conto de réis.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem exibe ou tem sob sua guarda lista de sorteio de loteria estadual, em território onde esta não possa legalmente circular.

Art. 55. Imprimir ou executar qualquer serviço de feitura de bilhetes, lista de sorteio, avisos ou cartazes relativos a loteria, em lugar onde ela não possa legalmente circular:

Pena – prisão simples, de um a seis meses, e multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis.

Art. 56. Distribuir ou transportar cartazes, listas de sorteio ou avisos de loteria, onde ela não possa legalmente circular:

Pena – prisão simples, de um a três meses, e multa, de cem a quinhentos mil réis.

Art. 57. Divulgar, por meio de jornal ou outro impresso, de rádio, cinema ou qualquer outra forma, ainda que disfarçadamente, anúncio, aviso ou resultado de extração de loteria, onde a circulação dos seus bilhetes não seja legal:

Pena – multa, de um a dez contos de réis.

Art. 58. Explorar ou realizar a loteria denominada jogo de bicho, ou praticar qualquer ato relativo à sua realização ou exploração:

Pena – prisão simples, de quatro meses a um ano, e multa, de dois a vinte contos de réis.

Parágrafo único. Incorre na pena de multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis, aquele que participa da loteria, visando a obtenção de prêmio, para si ou para terceiro.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, e das seguintes contribuições sociais:

III – sobre a receita de concursos de prognósticos.

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991**Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

LEI ORGÂNICA DA SEGURIDADE SOCIAL

CAPÍTULO VII**Da Contribuição sobre a Receita de Concursos de Prognósticos**

Art. 26. Constitui receita da Seguridade Social a renda líquida dos concursos de prognósticos.

§ 1º Consideram-se concursos de prognósticos todos e quaisquer concursos de sorteios de números, loterias, apostas, inclusive as realizadas em reuniões hípicas nos âmbitos federal, estadual, do Distrito Federal e municipal.

DECRETO Nº 3.048, DE 6 DE MAIO DE 1999**Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição Federal, e de acordo com a Emenda Constitucional nº 20, de 1998, as Leis Complementares nºs 70, de 30 de dezembro de 1991, e 84, de 18 de janeiro de 1996, e as Leis nºs 8.138, de 28 de dezembro de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 8.383, de 30 de dezembro de 1991, 8.398, de 7 de janeiro de 1992, 8.436, de 25 de junho de 1992, 8.444, de 20 de julho de 1992, 8.540, de 22 de dezembro de 1992, 8.542, de 23 de dezembro de 1992, 8.619, de 5 de janeiro de 1993, 8.620, de 5 de janeiro de 1993, 8.630 de 25 de fevereiro de 1993, 8.647, de 13 de abril de 1993, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 8.861, de 25 de março de 1994, 8.864, de 28 de março de 1994, 8.870, de 15 de abril de 1994, 8.880, de 27 de maio de 1994, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 9.032, de 28 de abril de 1995, 9.063, de 14 de junho de 1995, 9.065, de 20 de junho de 1995,

9.069, de 29 de junho de 1995, 9.129, de 20 de novembro de 1995, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.476, de 23 de julho de 1997, 9.506, de 30 de outubro de 1997, 9.528, de 10 de dezembro de 1997, 9.601, de 21 de janeiro de 1998, 9.615, de 24 de março de 1998, 9.639, de 25 de maio de 1998, 9.649, de 27 de maio de 1998, 9.676, de 30 de junho de 1998, 9.703, de 17 de novembro de 1998, 9.711, de 21 de novembro de 1998, 9.717, de 27 de novembro de 1998, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 9.719, de 27 de novembro de 1998, 9.720, de 30 de novembro de 1998, e 9.732, de 11 de dezembro de 1998, decreta:

CAPÍTULO V
Da Contribuição Sobre a Receita de Concursos de Prognósticos

Art. 212. Constitui receita da seguridade social a renda líquida dos concursos de prognósticos, excetuando-se os valores destinados ao Programa de Crédito Educativo.

§ 1º Consideram-se concurso de prognósticos todo e qualquer concurso de sorteio de números ou quaisquer outros símbolos, loterias e apostas de qualquer natureza no âmbito federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, promovidos por órgãos do Poder Público ou por sociedades comerciais ou civis.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 52º DE 2002**Modifica a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, estabelecendo critérios para a distribuição dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acresça-se o seguinte art. 11-A à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990:

“Art. 11-A. Dos recursos do FAT, à exceção dos destinados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, por força do § 1º, do art. 239, da Constituição Federal, ao Programa de Seguro-Desemprego e ao pagamento de abono salarial, serão reservados dois por cento para a região Norte, dois por cento para a

região Centro-Oeste e quatro por cento para a região Nordeste, que serão disponibilizados para os respectivos estados segundo o critério populacional.

§ 1º Descontados os valores devidos às regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, o restante dos recursos será disponibilizado aos Estados segundo o critério populacional.

§ 2º No cálculo do critério populacional, devem ser utilizados os dados do mais recente censo, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente iniciativa pretende promover a redução das desigualdades regionais, por meio de uma distribuição mais justa dos recursos depositados no Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, em estreita sintonia com o art. 3º, inciso III, da Constituição Federal.

Criado pela Lei nº 7.998, de 1990, o FAT têm por objetivo financiar o Seguro Desemprego, o pagamento de Abono Salarial e programas de geração de emprego e renda. Além disso, em cumprimento do § 1º, do art. 239 da Constituição Federal, são repassados ao BNDES, 40% da arrecadação do PIS/PASEP, para o financiamento de programas de desenvolvimento econômico.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador é constituído pelos recursos provenientes do PIS/PASEP – Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público. Soma-se ainda, os rendimentos das aplicações do próprio fundo e os rendimentos dos encargos devidos pelos contribuintes. No Ano de 1999, a arrecadação do PIS/PASEP¹ representou R\$6,075 bilhões ou, 57% das fontes dos recursos do FAT.

Do total da arrecadação do FAT, excluído o valor repassado ao BNDES por força do art. 239 da Constituição Federal, cerca de 51% (que representou em 1999 R\$4,218 bilhões), foram destinados a aplicação dos programas de geração de emprego e renda, objeto deste Projeto de Lei. Estes programas, que serão listados a seguir, são regulados pelo Conselho Deliberativo do FAT — CODEFAT, sendo que o financiamento dos mesmos é operacionalizado através dos seguintes bancos oficiais: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Programas de geração de emprego e renda do FAT:

PROGER Urbano – Tem por finalidade incrementar a política pública de combate ao desemprego, no meio urbano, mediante financiamentos a micro e pequenos empreendedores privados, nos setores formal e informal da economia.

PROGER Rural – Tem por finalidade fixar o homem no campo, sendo destinado aos pequenos e mini produtores rurais, inclusive às atividades pesqueira, extrativa vegetal e de agricultura.

PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar) – É um Programa de apoio ao desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar.

PROEMPREGO (Programa de Extensão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida ao Trabalhador) – Voltado para as seguintes áreas: transporte coletivo de massas; saneamento ambiental; infra-estrutura turística; obras de infra-estrutura; revitalização de subsetores industriais em regiões com problemas de desemprego.

PROEMPREGO II – O Proemprego II compõe-se de dois subprogramas distintos de investimentos: 1 – Melhoria da Qualidade de vida do Trabalhador: constituído por ações nas áreas de saúde, saneamento ambiental, educação, transporte coletivo de massas, programa de melhoria da administração tributária municipal e projetos multisetoriais integrados; 2 – Expansão do Emprego: seu objetivo é promover investimentos nas áreas de comércio e serviços, energia, telecomunicações, infra-estrutura viária e construção naval, bem como incentivar o crescimento das exportações brasileiras, com prioridade para as pequenas e médias empresas.

PROTRABALHO (Programa de Promoção do Emprego e Qualidade de Vida do Trabalhador) – Tem por finalidade financiar projetos estruturantes em setores estratégicos voltados para a organização de pólos de desenvolvimento integrado, com ênfase na competitividade do setor produtivo. Contempla pequenas, médias e grandes empresas industriais, agro-industriais, comerciais, de turismo e de serviços, em empreendimentos localizados na área de atuação do Banco do Nordeste.

¹ A arrecadação do PIS/PASEP, conforme descrita na Lei nº 9.715 de 1998, art. 2º e 8º, é composta por: 0,65% sobre o faturamento das empresas privadas, públicas e as sociedades de economia mista; 1% sobre a folha de salário das entidades sem fins lucrativos e fundações; e 1% sobre o valor das receitas correntes arrecadadas das transferências correntes e de capital recebidas pelas pessoas jurídicas de direito público interno.

FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) – Tem como objetivo o financiamento de projetos de desenvolvimento tecnológico em segmentos específicos da economia, capazes de promover ações modernizadoras e estruturantes.

PCPP (Programa de Crédito Produtivo Popular) – O Programa tem por finalidade viabilizar alternativas de investimento e ampliação de novas oportunidades de geração de ocupação e renda, mediante o incentivo e o fortalecimento da livre iniciativa, de formas simples e desburocratizada.

A aplicação de recursos do FAT nestes programas de geração de emprego e renda, na forma como se dá hoje, não segue nenhum parâmetro de distribuição regional, respondendo simplesmente à demanda de projetos e a regras dos agentes financeiros, portanto, critérios aleatórios que têm contribuído para a concentração da renda nas regiões mais desenvolvidas do País.

Numa rápida análise sobre os recursos aplicados nos três principais programas de geração de emprego e renda (Proger Urbano, Proger Rural e Pronaf)², no período entre 1995 e 2000, pode-se constatar uma grande concentração na região Sul, em detrimento das demais regiões do País. Sómente os três estados do Sul, ficaram com quase a metade dos recursos destinados a todo o País.

O quadro a seguir demonstra como tem sido a distribuição regional desses recursos do FAT, tomando como base os três programas citados, que juntos correspondem a aproximadamente 50% dos recursos.

Aplicação dos recursos do FAT no Proger acumulado no período entre 1995-2000

Regiões	Total dos recursos aplicados por região	%	Média anual
Sul	6.108.916.530	49,42	1.018.152.755
Sudeste	2.415.975.689	19,55	402.662.614
Norte	255.649.586	2,07	42.608.264
Nordeste	3.022.570.703	24,45	503.761.783
Centro-Oeste	557.513.518	4,51	92.918.919
Total	12.360.626.026	100,00	2.060.104.337

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, elaboração: Assessoria Parlamentar – Senador Ademir Andrade

2Apenas os recursos aplicados no PROGER (PROGER Urbano, Proger Rural e Pronaf), foram disponibilizados pelo Ministério do Trabalho na forma regionalizada, impossibilitando que a demonstração da distribuição regional fosse feita com a totalidade dos programas.

Como se vê no quadro acima, a distribuição dos recursos destinados pelo FAT para o Proger, entre 1995 e 2000, totalizou R\$12,360 bilhões e foi aplicado sem nenhum critério regional. Apenas 2,07% foram aplicados na região Norte; 4,51%, na Centro-Oeste; e 24,45%, na Nordeste. A tabela revela, ainda, que a região Sul se apropria de 49,42% dos recursos do Proger, enquanto o Sudeste, bem mais populoso e industrializado, é beneficiado com meros 19,55%.

Atualmente, não há na legislação federal qualquer dispositivo que estabeleça parâmetros de distribuição geográfica dos recursos do FAT entre os Estados brasileiros. A ausência de critérios legais explícitos tem gerado a aplicação assimétrica dos recursos e significativas perdas para as regiões economicamente menos desenvolvidas.

A tabela a seguir demonstra que a alocação dos recursos do Proger, por região, não guarda qualquer proporcionalidade com a distribuição geográfica da população, com a população economicamente ativa (PEA), nem com o Produto Interno Bruto (PIB).

Distribuição regional da população, do PEA e do PIB comparado com o percentual de distribuição dos recursos do Proger (Proger Urbano, Proger Rural e Pronaf), entre 1995 e 2000.

REGIÃO	POPULAÇÃO ⁽¹⁾	PEA ⁽²⁾	PIB	PROGER ⁽⁴⁾
NORTE ⁽³⁾	7,61	4,46	4,5	2,07
NORDESTE	28,12	28,17	13,0	24,45
SUDESTE	42,63	43,40	58,2	19,55
SUL	14,79	16,60	17,5	49,42
CENTRO-OESTE	6,85	7,25	6,80	4,51

Fonte: IBGE e Ministério do Trabalho e Emprego – TEM

Fonte: IBGE e Ministério do Trabalho e Emprego – TEM

(1)população residente dados preliminares de 2000;

(2)população economicamente ativa 1999;

(3)a PEA do Norte exclui a área rural do Acre, Rondônia, Amazonas, Pará, Amapá e Roraima;

(4)Programa de Geração de Emprego e Renda acumulado entre 1995 e 2000.

Como vem sendo feita atualmente, a distribuição dos recursos do FAT não obedece a qualquer parâmetro ou indicador socioeconômico, acentuando as desigualdades regionais.

Entre as regiões menos desenvolvidas do País, na Região Norte, a distorção entre os recursos alocados pelo Proger e o total da população é mais evidente. O Norte abriga 7,6% da população nacional, todavia, de 1995 a 2000, somente foi contemplado com míseros 2,07% dos recursos do programa, ou seja, menos de 1/3 (um terço) do que lhe seria devido se fosse aplicado o critério populacional.

Se for considerada a distribuição populacional por Estados, como critério para a distribuição das aplicações do FAT para os programas de geração de emprego e renda, será possível uma alocação mais justa desses recursos. Além disso, o projeto de lei também prevê que 8% do total desses recursos sejam somados às aplicações nos estados situados nas regiões menos desenvolvidas do País, distribuídos da seguinte forma: 2% para o Norte, 2% para o Centro-Oeste e 4% para o Nordeste. Com esse mecanismo, as aplicações do FAT passarão a representar importante instrumento de redução das desigualdades regionais.

O quadro a seguir demonstra como teria sido a aplicação dos recursos do FAT no Proger (Proger Urbano, Proger Rural e Pronaf), considerando a média dos anos 1995 a 2000, se os critérios para distribuição dos mesmos fossem aqueles propostas no projeto de lei.

Simulação da aplicação dos recursos do FAT no Proger, com base na média anual entre 1995 e 2000, considerando as regras propostas no projeto de lei

Regiões	Média anual da distribuição real dos recursos do PROGER	%	Valor segundo critério populacional (%)	Valores nas regiões mais pobres	Total segundo o Projeto de Lei	em (R\$ 1,00)	
						por Região	% por região
Sul	1.018.152.755	49,42	280.503.806	0	280.503.806	13,60	
Sudeste	402.662.614	19,55	807.964.680	0	807.964.680	39,22	
Norte	42.608.264	2,07	144.042.495	41.202.086	185.244.582	9,00	
Nordeste	503.761.783	24,45	532.957.232	82.404.173	615.361.406	29,88	
Centro-Oeste	92.918.919	4,51	129.827.775	41.202.086	171.029.862	8,30	
TOTAL	2.060.104.337	100,0	1.895.295.990	164.808.347	2.060.104.337	100,0	

Elaboração - Assessoria Parlamentar Senador Ademir Andrade

(1) - Simulação da divisão dos recursos, segundo a distribuição populacional das regiões, com base na média anual dos recursos acumulados entre 1995 e 2000 do PROGER, subtraído 8%.

(2) - Valor de 8% sobre a média acumulada entre 1995 e 2000. Divididos em: Norte 2%; Nordeste 4%; e Centro-Oeste 2%.

³Para calcular a distribuição regional dos recursos aplicados no conjunto de programas de geração de emprego e renda no ano de 2000 utilizamos o mesmo percentual de distribuição dos programas do Proger (Proger Urbano, Proger Rural e Pronaf), que conforme já dissemos, foram os únicos disponibilizados pelo Ministério do Trabalho na forma regionalizada. Portanto, os valores são aproximados.

Somente no ano 2000, o FAT disponibilizou para o conjunto de programas de geração de emprego o montante de R\$5,838 bilhões. Se tomarmos como referência o percentual de distribuição demonstrado no quadro anterior, o Norte, por exemplo, deveria ter recebido em 2000, algo em torno de R\$525 milhões ao ano, quando recebeu apenas cerca de R\$198 milhões. O Nordeste, ao invés dos cerca de R\$1,407 bilhão, deveria ter recebido R\$1,739 Bilhão e o Centro-Oeste que recebeu próximo de R\$268 milhões, deveria ter recebido R\$484 milhões³.

Um outro exemplo que permite visualizar o impacto que terá a adoção do critério populacional para a distribuição dos recursos do FAT, é o caso específico do Pronaf. Somente neste Programa foram aplicados no ano 2000, com recursos do FAT, o valor de R\$ 1,720 bilhão, em todo o País. Isso equivale a quase 30% de todos os recursos disponibilizados nos programas de geração de emprego e renda. Este programa, que se destina a financiar a agricultura de pequenos produtores, é de fundamental importância, especialmente para as regiões Norte e Nordeste, que ainda têm 30% da sua população na zona rural.

Em relação ao Pronaf, considerando os critérios previstos no Projeto de Lei, a região Norte ao invés dos R\$61,955 milhões que aplicou, deveria ter recebido R\$154,800 milhões; a região Nordeste passaria dos R\$403,614 milhões, para R\$512,560 milhões; e a região Centro-Oeste passaria dos R\$61,285 milhões, para R\$142,760 milhões. Portanto, há de se corrigir essa distorção.

A despeito de sua aparente simplicidade, o projeto de lei apresenta, a um só tempo, harmoniza a distribuição dos FAT entre os diversos entes da Federação, e atua como instrumento de redução das profundas desigualdades regionais. Nesse sentido, se aprovada, a presente iniciativa representará um poderoso instrumento de promoção de justiça social.

Em face do elevado interesse social do presente Projeto de Lei do Senado, conclamo meus ilustres Pares no Congresso Nacional a aprová-lo, com o objetivo de vê-lo transformado em norma jurídica no mais breve prazo possível.

Sala das Sessões, 14 de março de 2002. – Ademir Andrade.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DE ATA**

LEI Nº 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990

Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 11. Constituem recursos do FAT:

I – o produto da arrecadação das contribuições devidas ao PIS e ao Pasep;

II – o produto dos encargos devidos pelos contribuintes, em decorrência da inobservância de suas obrigações;

III – a correção monetária e os juros devidos pelo agente aplicador dos recursos do fundo, bem como pelos agentes pagadores, incidentes sobre o saldo dos repasses recebidos;

IV – o produto da arrecadação da contribuição adicional pelo índice de rotatividade, de que trata o § 4º do art. 239 da Constituição Federal.

V – outros recursos que lhe sejam destinados.

*(À Comissão de Assuntos Econômicos
– decisão terminativa.)*

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência convoca as Sras e os Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes para que venham ao plenário, tendo em vista que temos matérias importantes a serem deliberadas pelo Senado Federal. Em primeiro lugar, temos a Medida Provisória nº 9, que se converteu no Projeto de Lei nº 1, do Senado Federal, que trata do endividamento rural. É um projeto importante, haja vista que no dia 31 de março se encerrará o prazo para que os produtores rurais manifestem interesse na renegociação de suas dívidas.

O retardamento da aprovação dessa matéria, com as emendas propostas pelos Senadores, vai prejudicar profundamente o meio rural.

Portanto, a Mesa reitera a convocação das Sras e dos Srs. Senadores, para que acorram ao Plenário, com urgência, a fim de que votemos as matérias que estão na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu do Tribunal de Contas da União, o Aviso nº 19, de 2002 (nº 363/2002, na origem), de 6 do corrente, encaminhando cópia da Decisão nº 145, de 2002, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizada de 02/04 a 03/05/2001 no Programa de Trabalho relativo à implantação de usina termelétrica em área do Rio de Janeiro/Espírito Santo (TC – nº 003.317/2001-6).

O expediente vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu, do Ministério da Fazenda, o Aviso nº 20, de 2002 (nº 141/2002, na origem), encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, a posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, informando que, nos meses de janeiro e fevereiro do corrente ano, nenhuma proposta de operação de crédito foi deferida ou indeferida no âmbito daquele Ministério, e que os pleitos apresentados durante esses meses encontram-se em fase de análise ou complementação de documentos.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2001 (nº 958/99, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional da Defensoria Pública.

Não tendo recebido emendas, a matéria será incluída em Ordem do Dia, oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, por concessão do Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do ora-

dor.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, fazendo uma retrospectiva histórica dos tempos da ditadura Vargas e do chamado regime militar, constatamos que muitos setores da sociedade lutaram pelo fim desses regimes de exceção e pela implantação do Estado de direito. Estiveram à frente, principalmente, os jornalistas, os homens da imprensa, de um modo geral, os intelectuais e os juristas.

No Brasil, podemos dizer que, a duras penas, estamos construindo e consolidando uma democracia que se baseia exatamente no Estado de direito, naquela premissa de que todos são iguais perante a lei e, principalmente, que a pessoa é inocente até prova em contrário.

Mas não é isso que temos visto ultimamente. De uns tempos para cá, e não muito recentemente, talvez devido ao período em que esteve amordaçada, censurada, tolhida, sem poder expressar sua opinião e mostrar a verdade dos fatos à população, a imprensa tem descambado, no meu entendimento, para outro lado.

Tive a oportunidade de ver, no domingo, Sr. Presidente, um encarte do **Correio Braziliense**, cujo título é **Pensar**, que tem a seguinte manchete: "No banco dos réus". E há uma submanchete, que diz: "A mídia tem o hábito de se precipitar no julgamento de acontecimentos políticos ou judiciários e atribuir culpas nem sempre comprovadas, mas deveria repensar sua conduta".

Há cinco artigos sobre o mesmo tema. Quero fazer, apenas, a leitura do primeiro, da lavra do jornalista Natal Eustáquio, da equipe do **Correio Braziliense**, intitulado "Juízes sem toga", que tem a seguinte submanchete: Ao passar na frente dos ritos demorados de apuração e julgamentos e antecipar condenações, a mídia muitas vezes age de modo irresponsável e precipitado sem sofrer consequências".

Passo, portanto, a ler.

Não interessam os meios, afinal o que importa são os fins – a antecipação da notícia, ou o chamado "furo", no meio jornalístico. Esta é a filosofia que nos últimos anos parece imperar na mídia brasileira. Para tanto, não têm importância até mesmo os riscos assumidos ao se exporem publicamente indícios ou suspeitas como se fatos fossem. E, sobretudo, os prejuízos emocionais ou fi-

nanceiros que se podem causar àqueles que são objeto da acusação.

No princípio do mês, o país novamente viveu o fenômeno, ao acompanhar na mídia a invasão do escritório da empresa Lunus Participações, em São Luís, no Maranhão. A Polícia Federal partiu para a ação em atendimento a pedido do Ministério Público do Tocantins, que suspeita de desvio de verbas da antiga Sudam.

Como a empresa é de propriedade da governadora Roseana Sarney, pré-candidata do PFL à Presidência da República, o procedimento de rotina tomou as páginas dos jornais e revistas e os noticiários das emissoras de rádio e de televisão do país. Interesses e jogos políticos à parte, a verdade é que, mais uma vez, a mídia se antecipou aos fatos e até mesmo à Justiça, dando aos indícios até agora constatados o *status de comprovação*.

Trata-se, como dizem os estudiosos de comunicação social, da chamada "imprensa-tribunal", que se caracteriza justamente pela condenação pública – muitas vezes até a execração – de um fato ou personalidade antes mesmo da apuração final dos fatos pelos órgãos de polícia competentes ou da manifestação oficial da Justiça.

A motivação para o fenômeno, entende Alberto Dines, passa pelo comodismo dos profissionais e pela busca desenfreada de prestígio. "É comodismo sim. Você está na redação, recebe um grampo e diz: 'Ah, vai ser uma bomba!' Você vai vender três edições (risos). Publica", diz o jornalista do *Observatório da Imprensa*, programa de televisão e jornal dedicados à análise crítica da mídia.

"A ética é uma questão de foro íntimo. O jornalista hoje topa qualquer coisa – não todos, claro –, porque quer se projetar, fazer carreira, agradar determinados grupos", pensa Dines, ao lembrar que o *Observatório* sempre se posicionou contrário à publicação de reportagens baseadas em vazamentos, gramos ou outras gravações obtidas de maneira ilícita ou nebulosa.

Com Dines concorda o professor Luiz Martins da Silva, para quem a mídia atual, em geral, peca pela falta de checagem das

informações. "É o principal problema. Se as informações fossem checadas, apuradas, a maioria esmagadora dos erros seria evitada. Não basta a acusação, é preciso haver investigação cuidadosa."

Coordenador da linha de estudos de jornalismo do programa de pós-graduação do curso de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), Martins percebe que atualmente a mídia não tem avaliado com cuidado o risco de incorrer em erros. "Em muitos casos, a imprensa denuncia, mas não investiga por conta própria. Se baseia em fontes. Às vezes de fé pública, mas nem por isso totalmente confiáveis."

O caso da Escola Base, ocorrido em São Paulo em 1994, é lembrado pelo acadêmico. Tendo como base declarações de um delegado, a imprensa noticiou a suspeita de assédio sexual às crianças da escola. O caso dominou a mídia nacional por dias a fio. Seis anos depois, as investigações foram concluídas e os donos da escola inocentados. Ficaram os prejuízos morais, emocionais e mesmo financeiros para as verdadeiras vítimas.

"Esse é um caso claro em que a imprensa julgou e sentenciou. Era uma boa história jornalística, mas envolvia a vida de muitas pessoas. A sentença é implícita. Culpados ou inocentes, o método de apuração dos fatos é o mesmo. E o pior é que a visibilidade que se dá ao resultado da investigação é inversamente proporcional àquela dada na suspeita", constata Martins.

Um dos autores de *Produção e Recepção dos Sentidos Midiáticos (Vozes)*, Antônio Albino Canelas Rubim lembra que "o fato de vivermos em uma sociedade em que a informação circula de maneira veloz não libera automaticamente as pessoas de investigar o que estão dizendo. Têm de dar conta das informações que estão passando adiante. Do contrário, em vez de me eximir, isso vai me criar problemas outros".

E os casos de erros e abusos cometidos pela mídia se multiplicam no dia-a-dia. Apenas o site do SOS Imprensa, projeto de pesquisa e extensão desenvolvido por Martins na UnB, lista aproximadamente cem episódios de que foram vítimas de atos des-

vairados da mídia personalidades, artistas ou pessoas comuns.

Para Alberto Dines, a atitude resvala na "velha irresponsabilidade" da imprensa, há anos apontada pelo *Observatório*. "As pessoas têm de ser coerentes. Hoje, vejo gente que sempre defendeu agora criticando os vazamentos e gramos. Na verdade, a imprensa sempre ignorou a noção do que é público e privado. Só que agora isso tomou outra dimensão, ficou mais visível."

Sr. Presidente, peço que os demais artigos sejam transcritos na íntegra, já que, por serem longos, não haverá tempo para lê-los da tribuna.

Eles detêm os seguintes títulos: "Código de comunicação"; A imprensa é tribuna, não tribunal", de Luiz Martins, para o **Correio Braziliense**, com o subtítulo "O que pode e o que não pode ser feito nesse momento na cobertura de fatos políticos que implicam não só os envolvidos diretos, mas a mídia em geral"; "Dos abusos midiáticos", de Antônio Albino Canelas Rubim, também para o **Correio**, cujo subtítulo é "Ao mesmo tempo em que permitiram enorme concentração de poder nas mãos da mídia, as sociedades contemporâneas não criam mecanismos de controle dos excessos"; e, por fim, "A Fúria do Furo", que tem como subtítulo "A pressa – e a vontade de surpreender a concorrência – não pode atrapalhar a justa apuração dos fatos jornalísticos, sob pena de comprometer o maior bem do jornalismo: a credibilidade".

Sr. Presidente, faço, portanto, este requerimento de transcrição desses artigos, cuja leitura termino por recomendar a todos nós, democratas, que queremos este País cada vez mais justo, mais transparente, onde seja condenado e punido apenas aquele que errou e não, de maneira prévia, o suspeito ou o investigado, como se fazia na malfadada Inquisição, em que previamente se escolhiam aqueles que deviam ser condenados e apenas depois se formalizava o ato.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

CORREIO BRAZILIENSE pensar

A PRESSA — E A VONTADE DE SURPREENDER A CONCORRÊNCIA — NÃO PODE ATRAPALHAR A JUSTA APURAÇÃO DOS FATOS JORNALÍSTICOS, SOB PENA DE COMPROMETER O MAIOR BEM DO JORNALISMO: A CREDIBILIDADE

A FÚRIA DO FURO

Foto: C. C. Corrêa
Foto: C. C. Corrêa

As dificuldades expressivas nas coberturas midiáticas e, mais especialmente, na possibilidade de a mídia invadir e assumir o papel de tribunal, ao pretender julgar acontecimentos e atores sociais.

Foto: Fernando Lopes

A temporalidade excessivamente longa dos procedimentos judiciais no Brasil — que não implica nenhuma melhoria dos julgamentos, mas, pelo contrário, alimenta uma forte convicção social de impunidade e ineficácia do Poder Judiciário — aparece como um dos possíveis estímulos sociais a essa pretensão de julgamento da mídia. Onde as instituições sociais não funcionam, a mídia torna-se ainda mais viciosa. No entanto, é o poder adquirido pela mídia na sociedade atual e na brasileira, em particular, que alimenta no fundamental essa ambição de invadir e julgar.

Acionar e esperar que a ética — da mídia ou dos profissionais — resolva a questão da imprensa-tribunal certamente é algo demasiado. Não resta dúvida que a questão também se inscreve no campo da ética coletiva ou individual, mas ela não pode deixar de ser formulada como problema político da maior relevância hoje, inclusive para a possibilidade de uma sociedade radicalmente democrática: como a sociedade irá regulamentar democraticamente essa nova dimensão pública (midiatizada) da sociabilidade contemporânea e quais as normas sociais que a sociedade vai imaginar para governar e ordenar democraticamente essa dimensão, assegurando assim uma atuação responsável da mídia, de seus proprietários, dos patrocinadores, dos profissionais de imprensa e do público?

Se a notícia é matéria preciosa do jornalista, notícia exclusiva é a proximidade da pleinitude da profissão. "Sair na frente da concorrência" é uma frase quase vulgar para quem vive o jornalismo como missão de serviço público e nem tanto como disputa de mercado. Porém, não há incompatibilidade entre negócios e filosofias quando se trata de empresa jornalística.

Se não vende, a empresa acaba e aí o "espaço público supremo", ideal, altruístico, termina. E é aí que o furo estratégico entra como a mola propulsora do espetáculo (o famoso "círculo da mídia"). O saque rápido, sem apuração, sem avaliar contrapontos, sem pesar os fados envolvidos para que a informação esteja enriquecida pelo seu contexto e não, apenas, seja um resíduo superfluo do declaratório.

Claro que se for possível "sair na frente", com todas as horas de uma reportagem apurada, é a glória de uma profissão cujo dever é abrir caminhos para o acesso público da informação. É a diferença entre furo e furor. Em uma economia de mercado sob sérias pressões pela mercadoria vendável, imediata, pode sair pela culatra. Um furo forjado é má-fé. Põe em risco o maior capital de uma empresa de comunicação: a credibilidade.

É desse misto de credibilidade, obsessão pelo investigar, sintonia cidadã, coragem em se expor e o talento para temperar que se consegue extrair um veículo

de notícias — no papel, na imagem ou na voz.

A banalização do furo — estratégico em seu furo pela manchete a qualquer preço — chega a tocar na indústria das ações judiciais que "prendem", deixando flanco para a imediata liminar de soltura. O que só desmoraliza a justiça e reforça a frase: "a lei nasceu para todos... todos os que possuem ótimos advogados". O que só desmoraliza a eficácia da instituição e aumenta o desconforto civil, dos já excluídos, frustrados, ao sentirem-se figuras e penetras nas "festinhas oficiais". Na verdade, seriam protagonistas e sujeitos da história.

A convivência das redações com o fulgor de um sucesso fácil, quando desmascarada, terá o amargo retorno pela irresponsabilidade da denúncia vazia. O famoso tiro no pe. Aí, o próprio profissional pode cair na armadilha da proposta indecorosa que o levará a discutir a fama. A que preço? Entrar na roda do escândalo se este for plantado é entrar na rota da cumplicidade. A mídia consegue potencializar uma suspeita a tal nível, sob tal grau de massificação e manipulação, que o indicio vira suplicio e a suspeita vira verdade. Não foi por acaso a afirmação do ministro de propaganda nazista, Goebbels: "Mil repetições fazem uma verdade". A diferença é que a mentira não se sustenta por mais de mil dias — o tempo em que riúu a miséria do Reich que esperava reinar mil anos. Um veículo ou um jornalista manipuladores sobe e desce em menos tempo. O povo não é bobo. Embora saiam tudo — até alguns furos — para que se acredite nisso.

DOS ABUSOS MIDIÁTICOS

Antônio Albino Canellas Rubim
Escola de Jornalismo do Correio

AO MESMO TEMPO EM QUE PERDEMOS A LIBERDADE DE EXPRESSÃO, A ENORME CONCENTRAÇÃO DE Poder nas mãos da mídia, as sociedades contemporâneas não criaram mecanismos de controle dos

Mais uma vez a polêmica se institui. Novamente volta à cena a questão dos abusos da mídia e, em especial, da sua atuação como um tribunal. O tema no mundo e no Brasil tem sido recorrente. No país, a história recente tem sido prologada em episódios. Para lembrar apenas alguns: o caso da Escola Base em São Paulo; as denúncias das bicicletas com o ex-ministro Alceni Guerra; a recente e leviana afirmação de Cássia Eller como mais uma vítima das drogas, depois negada pelos laudos médicos; e agora o caso Murad.

Estes e outros exemplos possíveis demonstram, antes de tudo, como a presença e a atuação da mídia aparecem como um problema essencial da sociedade contemporânea. Aliás, a origem e o desenvolvimento dos estudos de Comunicação devem muito às demandas da sociedade para compreender o impacto, o papel, a atuação e os efeitos da mídia na contemporaneidade.

Apesar de ampla bibliografia publicada, principalmente no exterior, acerca da temática, não se pode afirmar que existe uma convergência de interpretações a respeito do assunto. Muito pelo contrário, a diversidade de visões é marcante. Ela aponta, sem mais, para a complexidade e a importância adquiridas pelo tema na atualidade. De qualquer modo, apesar da multiplicidade de concepções, pode-se afirmar que a presença e a atuação da mídia aparecem como uma das características mais marcantes da contemporaneidade. Ou melhor, da experiência de vida que se nomeia como contemporânea, pois ela se conforma como uma singular conjunção entre convivências — vivências acontecidas em presença e em espaços geográficos — e televisividades — vivências de acontecimentos distantes mediadas por signos, em especial que transitam na mídia.

Essa nova circunstância societária, na qual a vivência mediada adquire importância crescente e potente estatuto de realidade, inscreve a mídia no cerne do tecido social. Pode-se falar então em uma sociedade ambientada pela mídia, em uma verdadeira *Idade Mídia*. Neste panorama

ma, o poder e a atuação da mídia tornam-se problemas de intensa relevância. E não resta dúvida que o Brasil já se encontra instalado em uma situação de Idade Mídia, para o mal e/ou para o bem.

Na atualidade, a mídia configura-se como um poderoso lugar social de poder, pois concentra e potencializa o poder de publicizar e de silenciar os acontecimentos sociais, antes disperso pelos diversos campos da sociedade. Tal poder tende a tornar-se invasivo. Em diversas conjunturas, a mídia, por exemplo, avarilha e disputa o poder de representar com o campo da política. Um exemplo emblemático disso: o mandato, vários apresentadores de programas populares-assistentes de televisão e de rádio assumem o lugar de "porta-vozes" que representam "setores da população, em especial os excluídos".

Nada surpreendente que muitos deles tragam para a política com tanta facilidade.

Assim, a transformação da mídia em tribunal, competindo com as atribuições principais do Poder Judiciário, não pode ser considerada uma ocorrência singular. Ela é uma manifestação da capacidade da mídia de invadir todo o tecido social e de seu poder de tentar submeter atribuições e formatar outros campos sociais à sua dinâmica de funcionamento. O ritmo de ritmo judicial é notoriamente lento para possibilitar julgamento fundamentado e consistente. A ampla defesa do acusado, é virtuosamente atropelada por um dispositivo socialógico regido pela velocidade dos acusados e por seu necessário apego à ambição de desigualdade dos ramos de tanta

ANTÔNIO ALBINO
CANELAS RUBIM
é diretor da Faculdade
de Comunicação da
Universidade Federal da
Bahia e pesquisador do
CNPq. Autor de
Comunicação e Política
(Hacker), *Mídia e Política*
(Editora 38),
Eleições 98
(Universitária-
UFPB/Facom-UFPA),
Mídia e Política
(UFPA),
*Brasil (Universitária-
UFPA)*

A IMPRENSA É TRIBUNA, NÃO TRIBUNAL

Luiz Martins
Especialista do Correio

A imprensa brasileira cumpria, neste momento, um importante papel público: investigar se houve ou não contágio político-partidário-eleitoral na emissão e na execução da carta precatória que resultou na apreensão de documentos na empresa de propriedade da pré-candidata Roseana Sarney e de seu marido, Jorge Murad. Se constatou que houve, estará desmascarando um esquema que, entre outros desvios, terá maculado a imagem de independência e de isenção da Justiça brasileira e do Ministério Público. Se comprovar que não houve abuso por parte do Judiciário e da Polícia Federal estará livrando a Justiça de pré-julgamentos que, neste momento, emocionalizam o ambiente político, ao ponto de ameaças de rompimento, de entrega de cargos, de retirada de candidatura. De uma grande crise, em síntese.

O que a imprensa não pode fazer neste momento, em hipótese alguma, sob risco de incorrer em erros do passado, é cair na tentação de desempenhar o papel de imprensa-tribunal, aquela que sem investigar por conta própria e sem esperar os resultados dos inquéritos se apressa em acusar e sentenciar, correndo o risco de prejudicar candidaturas, destruir carreiras e arruinar reputações.

Ora, se a imprensa brasileira não tem uma tradição de equidistância e pluralidade, muito menos em épocas de campanha eleitoral, o mínimo que se pode esperar é um pouco de cuidado com vazamentos, grampos, balões de ensaio, rumores e boatoarias, sobretudo quando estejam claramente a serviço da artilharia pesada, própria de momentos de intensa *queimação e fritura* de presidenciáveis. Se há políticos e cabos eleitorais sem escrúpulos, com eles não pode sucumbir o ideal da imprensa-tribuna, aquela do livre debate, da polêmica, da argumentação e das informações idôneas e bem apuradas.

Reporteres não podem se render aos apetites dos escândalos de oportunidade, como cães que já não têm faro próprio, e por isso se perdem em meio aos nacos tóxicos que lhes são atirados. Pois foi bem esta a analogia utilizada pelo professor Ciro Marcondes Filho em seu livro *A Saga dos Cães Perdidos*, por sua vez, uma alusão à imagem de cães que François Mitterrand fez dos jornalistas que levaram um ministro de seu governo ao suicídio, antes das apurações que termina-

CORREIO BRAZILIENSE **pensar**

O QUE PODE E O QUE NÃO PODE SER FEITO NESSE MOMENTO NA COBERTURA DE FATOS POLÍTICOS QUE IMPLICAM NÃO SÓ OS ENVOLVIDOS DIRETOS, MAS A MÍDIA EM GERAL

riam por inocentá-lo.

Os documentos apreendidos pela polícia na empresa Linus têm agora um percurso: o sigilo dos autos, o segredo de justiça, o rito próprio de uma investigação, que poderá levar às provas ou à inconsistência dos indícios. O problema do excesso da visibilidade quando da suspeita é que, uma vez na mídia, ela poderá gerar efeitos de uma condenação prévia, dificilmente contornável, ainda que a conclusão final venha a apontar para a probabilidade dos envolvidos, tal como ocorreu com o ex-ministro da Saúde ao tempo do governo Collor, Alcineir Guerra. No jogo da política, pouquíssima importância teve o fato de ele ainda estar sob investigação. Uma vez quemulado, não lhe restou outra saída: o silêncio do descarte. Em matéria dos chama-

lores-notícia, tratava-se de um "boa história", um supérfluo faturamento de bicicletas para agentes de saúde envolvendo um ministro que gostava de pedalar com o seu filho pelas alamedas do Parque.

Escola Base, Bar Bodega, Jorge Mirândola, Abi-Ackel... Há toda uma galeria de equívocos que recomenda prudência, mesmo quando as fontes referenciadas são de fé pública. Quando autoridades erram, dificilmente a imprensa não embarca no engano. Certa vez, era tanta a sofreguidão por alguma irregularidade envolvendo o incansável candidato Lula, que o próprio petista forneceu as informações que levaram um jornal de São Paulo a anunciar o seu beneficiamento ilícito na compra de um carro.

Indenizações existem e é lógico que sejam pagas. Crimes contra a honra, no entanto, são como bombas fragmentárias de efeitos instantâneos e pirotécnicos. E não há como recolher e colar todos os estilhaços. Todo e qualquer cidadão brasileiro quer saber para onde foram os recursos desviados da Sudam, e a publicação de quem quer que sejam os responsáveis, mas pela via de um processo livre de manipulações.

CÓDIGO DE COMUNICAÇÃO

Os erros e abusos da imprensa geralmente cometidos pela imprensa vânia de preceitos básicos do bom jornalismo, como checar as informações antes de publicá-las, ouvir todas as partes envolvidas e não condenar previamente suspeitos e acusados, suscitam o debate em torno da necessidade de regulamentação dos meios de comunicação brasileiros.

Assim, pelo menos, pensam os estudiosos de comunicação social, estimulados por acontecimentos recentes, como o episódio Cássia Eller, em que a mídia previamente apontou as drogas como a causa da morte da cantora. Realizados os exames adiávicos, constatou-se que a artista morrera mesmo de parada cardíaca, como inicialmente registrava o atestado de óbito.

Uma das soluções, apontam, seria a implementação do Código de Comunicação, previsto na Constituição. "Normalmente, ele aparece associado a uma palavra horrível para nós que tivemos ditadura. Trata-se de censura pública, mas não uma censura de fato mandatária, imperial e invasora. É sim de regulamentação social da mídia", explica Luiz Martins da Silva, professor do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB).

"O que ocorre hoje é que o Estado fica a reboque, quase refém das emissoras", percebe Luiz Martins, ao lembrar o episódio em que o ex-ministro da Justiça, José Gregori, teve de apelar ao Ministério Público de São Paulo para impedir que o apresentador Ratinho exibisse em seu programa uma menina de apenas três anos que havia sido barbaramente torturada.

"O Estado é um poder concessionário e não questiona as emissoras em relação à pluralidade e ao equilíbrio da trílogia clássica da informação, educação e diversão em suas programações. O que se vê hoje é uma hipertrofia em matéria de diversão e uma atrofia do item educação. E há ainda um bestialógico em muitos programas", argumenta Luiz Martins, ao mesmo tempo em que ressalta não se tratar de defender a censura. "A legislação é classificatória."

Diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Antonio Albino Canelas Rubim acredita que um dos caminhos seria a conjugação da regulamentação social dos meios de comunicação com a ética profissional.

Rubim não acredita que existam soluções exclusivas. "Não quero que se contraponga uma solução de regulamentação dessa questão a uma saída ética, por exemplo. É

uma coisa e outra. Uma complementa a outra. Um dia em que existir mais regulações — democráticas, claro —, será mais fácil, inclusive, os profissionais se posicionar eticamente."

Numa realidade em que muitas vezes impera a barbárie, raciocina Rubim, "é complicado pensar que a ética irá resolver tudo, pois ela é frágil. Alicerçada em uma série de regulações, ela terá condições

mais viáveis para ser exercida plenamente. Até porque haverá uma série de atores que estarão vigilantes para que estas normas funcionem. E aí se cria um patamar melhor para que a ética se exerça".

Luiz Martins ainda vislumbra outra saída por meios de conselhos de imprensa a exemplo daqueles que existem em alguns países. Tais como os *press council*, *news council* ou *media council*. "É uma forma de auto-regulamentação. São formados pelos próprios veículos. Aquelas pessoas das entidades se submetem ao julgamento de seus pares, com soluções consensuais, negociadas."

A criação desses conselhos, acredita o professor da UnB, pode ser facilmente adotada no país, em vez de se esperar pelo conselho do Estado. "Os veículos podem se filiar e se submeter às suas deliberações. É ainda uma forma de os conflitos não terminarem na Justiça e nas indenizações, em processos que demoram por vários anos", avalia Luiz Martins, que lamenta o fato de a cultura do *ombudsman* não ter se consolidado no país.

"Ele seria o representante da sociedade dentro das redações, com imunidade e mandato. A ideia teve ressonância grande nos meios acadêmicos, mas hoje pouquíssimas empresas que buscam essa interface com o público mantêm o *ombudsman* em suas estruturas. Não contam uma mão", acredita ele, para quem os conselhos de regulação dos meios de comunicação também podem ser criados por meio da sociedade organizada, como as diversas organizações não-governamentais que hoje existem no país.

Pessimista ou realista, o jornalista Alberto Dines, do *Observatório da Imprensa*, não vê muitas soluções. "A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) é uma droga, ela reforça os vícios da imprensa. E a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) não é uma instituição firme, que poderia estar fazendo algo pela profissão, mas faz o jogo partidário. Aí, é complicado." (Natal Eustáquio)

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, por vinte minutos, por permuta com o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, trago ao Plenário do Senado Federal uma manifestação, cuja representação muito me honra, do Instituto do Coração, da Fundação Zerbini, do Hospital das Clínicas, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Trata-se de matéria freqüentemente esquecida pelo grande debate sobre saúde que se trava no Brasil desde a implantação do Sistema Único de Saúde e considerada de importância secundária dentro do debate da área técnica do Ministério da Saúde.

Por ter uma formação na área da saúde bem definida e tentar representar uma política de saúde mais atual, mais precisa e mais sensível a um sentimento de prioridade nacional, faço com muita alegria a leitura deste documento de estímulo do qual tive o prazer de ser o articulador junto ao Ministério da Saúde e à figura do Dr. Alberto Beltrame, Diretor do Departamento de Sistemas de Rede Assistenciais, do Ministério da Saúde.

A matéria diz respeito à morte súbita no Brasil. Temos hoje um lamentável registro de mais de duzentos mil casos de morte súbita por ano. São eventos de doenças cardiovasculares que levam o cidadão à morte alguns minutos, ou horas – em regra, até seis horas -, após um evento clínico, especialmente as doenças coronarianas. Lamentavelmente, a cada cem cidadãos no Brasil que desenvolvem um quadro de infarto agudo do miocárdio, somente seis têm acesso a recurso terapêutico preciso, com os chamados trombolíticos.

Quando focalizamos essa situação e deparamo-nos com vítimas de parada cardiorrespiratória, não encontramos resposta da sociedade brasileira, do aparelho de Estado em relação à reanimação cardiopulmonar. Se vamos a uma escola e escutamos os alunos, a juventude, notamos que eles não sabem fazer a reanimação cardiopulmonar em uma vítima de parada súbita em um meio urbano qualquer. Se observamos os núcleos familiares, constatamos que as famílias do Brasil não estão preparadas para um recurso mínimo

de emergência que permita levar esse indivíduo com vida até o hospital.

Sabemos que, numa parada cardiorrespiratória, os próximos dez minutos são fundamentais e importantíssimos em relação às chances de sobrevida e recuperação daquele paciente. A cada minuto, o indivíduo perde 10% de chance de ter a sua vida recuperada caso os primeiros procedimentos não sejam feitos.

Assim, a Sociedade Brasileira de Cardiologia, juntamente com o Instituto do Coração e a Federação Intermericana de Cardiologia, muito bem representada no Brasil pela figura do Dr. Sérgio Timerman, que é chefe da Emergência do Instituto do Coração, tem trazido ao debate essa preocupação, juntamente com o presidente da Sociedade Brasileira de Medicina de Emergência, Dr. Henrique Hargreaves Filho, que dirige com muita grandeza a parte clínica do Serviço Médico da Câmara dos Deputados e tem tentado sensibilizar o Parlamento a fazer a sua parte.

Estou tentando atualizar a lei que trata desta matéria, morte súbita, no Senado Federal. Na Câmara dos Deputados, temos alguns Parlamentares preocupados com o assunto, como o Dr. Carlos Mosconi, o Deputado Ursicino Queiroz e o Deputado Agnelo Queiroz.

Espero que possamos, nos próximos meses, ter cumprido a responsabilidade do Parlamento em relação ao assunto e, ao mesmo tempo, sensibilizado de modo definitivo o Ministério da Saúde em direção à ruptura desse ciclo. Não podemos imaginar que, a cada cem cidadãos enfartados no Brasil, apenas seis recebam o benefício do tratamento para o enfarte agudo do miocárdio.

A leitura do documento que passo a fazer é a seguinte, Sr. Presidente:

Prezado Dr. Alberto Beltrame,
Diretor do Departamento de Sistemas de Redes Assistenciais, do Ministério da Saúde,

A ocorrência de morte súbita, juntamente com as demais doenças cardiovasculares, ainda é a principal causa de morte em nosso país. Infelizmente, no entanto, muitos profissionais de saúde sequer conhecem as medidas mais elementares de prevenção e atuação nos primeiros minutos de uma parada cardíaca.

Sabe-se, por intermédio da literatura médica nacional e internacional, bem como pela constatação clínica, que não apenas os médicos e enfermeiros devem possuir trei-

namento em suporte básico e avançado de vida, mas todo e qualquer cidadão deve conhecer e estar pronto para utilizar as manobras de suporte básico de vida, fundamentais na ressuscitação de uma vítima de parada cardíaca, até a chegada do suporte avançado.

Alguns países, cientes dessa importância, têm implementado ao longo dos anos uma política de conscientização da população e treinamento em diversos níveis, de tal forma que, de fato, vidas começaram a ser salvas.

No entanto, essa taxa de sobrevivência, na maioria das grandes cidades, ainda é muito baixa. Com a implantação do uso de medidas educativas, contudo, aliadas ao uso de equipamentos de alta tecnologia, mas de uso extremamente simples, como os desfibriladores externos automáticos (DEAs), essas taxas de sobrevivência em paradas cardíacas, em ambiente pré-hospitalar, aumentaram sensivelmente, refletindo um importante avanço, não apenas no campo científico, mas também no social. Estamos nos referindo a taxas de sobrevivência superiores a 75%, como aquelas verificadas no Aeroporto Internacional de Chicago, quando antes da implantação de tal política, ou mesmo na própria cidade de Chicago, não passavam de 5%.

No Brasil, não haveria por que ser diferente, e muitos corações que estão parando de bater são bons e jovens demais para morrer. Com essa preocupação, o ILCOR (International Liaison Committee on Resuscitation), liga que agrupa todas as grandes sociedades de cardiologia e ressuscitação do mundo, como a American Heart Association, a Fundação Interamericana do Coração, o European Council of Resuscitation, dentre outros, através de reuniões e fóruns internacionais, vem propondo a adoção, em todos os países, de medidas científicamente comprovadas na prevenção e na redução da morte súbita.

Com este intuito, o Congresso Nacional, através da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, na figura de seus ilustres representantes, tem apresentado Projetos de Lei visando à adoção de tais políticas, e hoje tramitam nas duas Casas três Projetos regulamentando a utilização dos desfibrila-

dores externos automáticos e ações na prevenção e atendimento da morte súbita e infarto agudo do miocárdio em nosso País.

Entendemos, entretanto, que a discussão do assunto em um grupo de trabalho de alto nível, composto por especialistas e representantes das sociedades médicas diretamente relacionadas com o tema, coordenado pelo Ministério da Saúde, não apenas refletiria a importância que o assunto requer, mas atuaria como importante instrumento de consultoria, debate e consenso, o que certamente serviria de subsídio para a elaboração de normativas e diretrizes nessa área.

Para tanto, sugerimos que tal grupo seja constituído de representantes das seguintes instituições:

- Comitê de Emergência da Fundação Interamericana do Coração;
- Comitê de Ressuscitação (CORE) da Sociedade Brasileira de Cardiologia e Funcor;
- Conselho Nacional de Ressuscitação;
- Departamento de Emergência da Sociedade Brasileira de Clínica Médica;
- Instituto do Coração (InCor) do Hospital das Clínicas da FMUSP;
- Sociedade Brasileira de Medicina de Emergência;
- Sociedade Paulista de Terapia Intensiva da Associação de Medicina Intensiva Brasileira.

No aguardo de um pronunciamento favorável, manifesta o Instituto do Coração, que contribui com essa matéria, as suas respeitosas saudações ao Ministério da Saúde.

O documento vem assinado, Sr. Presidente, pelo Prof. Dr. José Antônio Franchini Ramires, Diretor-Geral do Instituto do Coração (InCor).

Entendo que temos um desafio pela frente: tratar a morte súbita no Brasil, a mais grave situação de saúde pública deste País. Trata-se da primeira causa de morte no Brasil e, lamentavelmente, não temos criado uma política de controle e prevenção da morte súbita em nosso País.

Faço um apelo para que o Ministério da Saúde externe a sensibilidade que está começando a demonstrar em relação a essa matéria. Precisamos romper com este indicador que nos envergonha: a cada cem doentes enfartados em nosso País, somente seis recebem a ajuda dos trombolíticos, que asse-

guram a qualidade de vida. O Brasil está despreparado para enfrentar a parada cardiorrespiratória.

Muito obrigado.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra a V. Ex^a, como Líder, por cinco minutos.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou apresentando a esta Casa um projeto de lei que considero um dos mais importantes que já apresentei, pois visa a distribuir de maneira justa os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Os recursos do FAT são extremamente altos, chegam à casa dos R\$10 bilhões ao ano. Uma parte deles é destinada ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; outra parte, ao Programa Seguro-Desemprego e ao pagamento do abono salarial. A parte restante é destinada a programas de geração de emprego, tais como Proger Urbano, Proger Rural, Pronaf, Proemprego, Proemprego II, Protrabalho, Finep e Programa de Crédito Produtivo Popular. Ocorre, Sr. Presidente, que na lei que criou o FAT não existe nenhum critério de distribuição desses recursos.

Farei um comparativo entre a população das cinco regiões brasileiras e a distribuição desses recursos ao longo do período de 1995 a 2000, mostrando a média mensal para cada região, para que V. Ex^{as} percebam a distorção existente na aplicação desses recursos.

A região Sul foi a mais beneficiada de todas as regiões brasileiras: englobando apenas três Estados do Brasil, recebeu 49,42% dos recursos, no valor de R\$1.018.000.000,00 como média anual. O Sudeste, que tem uma população muito maior do que a região Sul, recebeu apenas 19,55% desses recursos. Portanto, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo foram extremamente prejudicados na distribuição dos recursos do FAT, especialmente no que diz respeito à aplicação dos recursos do Proger. A nossa região, a região Norte, Senador Luiz Otávio, recebeu 2,07% dos recursos, embora tenha uma população de 7,61% do Brasil. O Nordeste recebeu 24,45% dos recursos, embora tenha 28,12% da população. O Centro-Oeste recebeu 4,51%, embora tenha 6,85% da população. É muito injusta a distribuição desse recurso, tão importante para a Nação brasileira, destinado a resolver o problema do desemprego no Brasil. Ora, quando se faz qualquer pesquisa eleitoral em qualquer lugar do território nacional, de 67 a 70% do povo brasileiro determina a questão do desemprego como o maior de todos os problemas do País. E esses recursos são destinados, nos inúmeros programas que citei aqui, a resolver esse problema.

A justificativa do nosso trabalho é extremamente didática, fruto de um longo estudo que vem sendo feito por nós e por nossa assessoria técnica, a quem louvo e cujo trabalho parabenizo neste momento, porque é um dos projetos mais bem elaborados, explicados e didáticos que apresento ao Senado da República. Creio que esse trabalho deve ser apreciado o mais rapidamente possível por esta Casa e ter o apoio da unanimidade dos 81 Senadores da República e de toda a Câmara dos Deputados, porque há uma lacuna na lei, que estamos suprindo.

Trata-se de uma lei curta e objetiva, mas extremamente clara naquilo que pretende realizar. Diz o seguinte:

Art. 1º. Acresça-se o seguinte art. 11-A à Lei nº 7.998, de 11 janeiro de 1990:

Art. 11-A. Dos recursos do FAT, à exceção dos destinados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES –, por força do § 1º do art. 239 da Constituição Federal, ao Programa de Seguro-Desemprego e ao pagamento de abono salarial, serão reservados dois por cento para a região Norte, dois por cento para a região Centro-Oeste e quatro por cento para a região Nordeste, que serão disponibilizados para os respectivos Estados segundo o critério populacional.

§ 1º Descontados os valores devidos às regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, o restante dos recursos será disponibilizado segundo o critério populacional.

E termina dizendo que esse critério tem que se basear nos últimos levantamentos do IBGE.

Dirigindo-me especialmente ao Senador Luiz Otávio e ao Senador Carlos Patrocínio, do Estado de Tocantins, digo que, além de fazer uma distribuição de acordo com a população de cada Estado, estamos privilegiando as três regiões menos desenvolvidas do Brasil: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Antes de dividir o bolo do FAT, dois por cento são tirados para o Norte, dois por cento para o Centro-Oeste e quatro por cento para o Nordeste.

Sr. Presidente, creio que ninguém haverá de se opor a uma proposta como essa, que tem o objetivo de fazer com que esse programa seja utilizado de maneira coerente por todo o território brasileiro e, fundamentalmente, pelas regiões mais pobres do nosso País. Portanto, espero que a esse projeto esta Casa dê a maior atenção e o aprove com a maior rapidez possível.

É o que tenho a apresentar hoje, falando pela Liderança do Partido Socialista Brasileiro.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ADEMIR ANDRADE EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2002

(Do Senador Ademir Andrade PSB – PA)

Modifica a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, estabelecendo critérios para a distribuição dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acresça-se o seguinte art. 11-A à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990:

“Art. 11-A. Dos recursos do FAT, à exceção dos destinados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES –, por força do § 1º, do art. 239, da Constituição Federal, ao Programa de Seguro-Desemprego e ao pagamento de abono salarial, serão reservados dois por cento para a região Norte, dois por cento para a região Centro-Oeste e quatro por cento para a região Nordeste, que serão disponibilizados para os respectivos Estados segundo o critério populacional.

§ 1º Descontados os valores devidos às regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, o restante dos recursos será disponibilizado aos Estados segundo o critério populacional.

§ 2º No cálculo do critério populacional, devem ser utilizados os dados do mais recente censo, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente iniciativa pretende promover a redução das desigualdades regionais, por meio de uma distribuição mais justa dos recursos depositados no Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, em estreita sintonia com o art. 3º, inciso III, da Constituição Federal.

Criado pela Lei nº 7.998, de 1990, o FAT têm por objetivo financeirar o Seguro Desemprego, o pagamento de Abono Salarial e programas de geração de emprego e renda. Além disso, em cumprimento do § 1º, do art. 239 da Constituição Federal, são repassados ao BNDES, 40% da arrecadação do PIS/Pasep, para o financiamento de programas de desenvolvimento econômico.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador é constituído pelos recursos provenientes do PIS/PASEP – Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público. Soma-se ainda, os rendimentos das aplicações do próprio fundo e os rendimentos dos encargos devidos pelos contribuintes. No ano de 1999, a arrecadação do PIS/Pasep¹ representou R\$6,075 bilhões ou, 57% das fontes dos recursos do FAT.

Do total da arrecadação do FAT, excluído o valor repassado ao BNDES por força do art. 239 da Constituição Federal, cerca de 51% (que representou em 1999 R\$4,218 bilhões), foram destinados a aplicação dos programas de geração de emprego e renda, objeto deste projeto de lei. Estes programas, que serão listados a seguir, são regulados pelo Conselho Deliberativo do FAT – CODEFAT, sendo que o financiamento dos mesmos é operacionalizado por meio dos seguintes bancos oficiais: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Programas de geração de emprego e renda do FAT:

Proger Urbano – Tem por finalidade incrementar a política pública de combate ao desemprego, no meio urbano, mediante financiamentos a micro e pequenos empreendedores privados, nos setores formal e informal da economia.

Proger Rural – Tem por finalidade fixar o homem no campo, sendo destinado aos pequenos e mimi produtores rurais, inclusive às atividades pesqueira, extrativa vegetal e de agricultura.

PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar) – É um programa de apoio ao desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar.

PROEMPREGO (Programa de Extensão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida ao Trabalhador) – Voltado para as seguintes áreas: transporte coletivo de massas, saneamento ambiental; infra-estrutura turística; obras de infra-estrutura; revitalização de subsetores industriais em regiões com problemas de desemprego.

¹ A arrecadação do PIS/Pasep, conforme descrita na Lei nº 9.715 de 1998, arts. 2º e 8º, é composta por: 0,65% sobre o faturamento das empresas privadas, públicas e as sociedades de economia mista; 1% sobre a folha de salário das entidades sem fins lucrativos e fundações; e 1% sobre o valor das receitas correntes arrecadadas das transferências correntes e de capital recebidas pelas pessoas jurídicas de direito público interno.

PROEMPREGO II – O Proemprego II compõe-se de dois subprogramas distintos de investimentos: 1 – Melhoria da Qualidade de vida do Trabalhador: constituído por ações nas áreas de saúde, saneamento ambiental, educação, transporte coletivo de massas, programa de melhoria da administração tributária municipal e projetos multisectoriais integrados; 2 – Expansão do Emprego: seu objetivo é promover investimentos nas áreas de comércio e serviços, energia, telecomunicações, infra-estrutura viária e construção naval, bem como incentivar o crescimento das exportações brasileiras, com prioridade para as pequenas e médias empresas.

PROTRABALHO (Programa de Promoção do Emprego e Qualidade de Vida do Trabalhador) – Tem por finalidade financeirar projetos estruturantes em setores estratégicos voltados para a organização de pólos de desenvolvimento integrado, com ênfase na competitividade do setor produtivo. Contempla pequenas, médias e grandes empresas industriais, agro-industriais, comerciais, de turismo e de serviços, em empreendimentos localizados na área de atuação do Banco do Nordeste.

FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) – Tem como objetivo o financiamento de projetos de desenvolvimento tecnológico em segmentos específicas da economia, capazes de promover ações modernizadoras e estruturantes.

PCPP (Programa de Crédito Produtivo Popular) – O Programa tem por finalidade viabilizar alternativas de investimento e ampliação de novas oportunidades de geração de ocupação e renda, mediante o incentivo e o fortalecimento da livre iniciativa, de forma simples e desburocratizada.

A aplicação de recursos do FAT nestes programas de geração de emprego e renda, na forma como se dá hoje, não segue nenhum parâmetro de distribuição regional, respondendo simplesmente à demanda de projetos e a regras dos agentes financeiros, portanto, critérios aleatórios que têm contribuído para a concentração da renda nas regiões mais desenvolvidas do País.

Numa rápida análise sobre os recursos aplicados nos três principais programas de geração de emprego e renda (Proger Urbano, Proger Rural e Pronaf)², no período entre 1995 e 2000, pode-se constatar uma grande concentração na região Sul, em

detrimento das demais regiões do País. Somente os três estados do Sul, ficaram com quase a metade dos recursos destinados a todo o País.

O quadro a seguir demonstra como tem sido a distribuição regional desses recursos do FAT, tomando como base os três programas citados, que juntos correspondem a aproximadamente 50% dos recursos.

Aplicação dos recursos do FAT no Proger acumulado no período entre 1995-2000

Regiões	Total dos recursos aplicados por região	%	Média anual
Sul	6.108.916.530	49,42	1.018.152.755
Sudeste	2.415.975.689	19,55	402.662.614
Norte	255.649.586	2,07	42.608.264
Nordeste	3.022.570.703	24,45	503.761.783
Centro-Oeste	557.513.518	4,51	92.918.919
Total	12.360.626.026	100,00	2.060.104.337

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, elaboração: Assessoria Parlamentar - Senador Ademir Andrade

Como se vê no quadro acima, a distribuição dos recursos destinados pelo FAT para o Proger, entre 1995 e 2000, totalizou R\$12,360 bilhões e foi aplicado sem nenhum critério regional. Apenas 2,07% foram aplicados na região Norte; 4,51%, na Centro-Oeste; e 24,45%, na Nordeste. A tabela revela, ainda, que a região Sul se apropria de 49,42% dos recursos do Proger, enquanto o Sudeste, bem mais populoso e industrializado, é beneficiado com meros 19,55%.

Atualmente, não há na Legislação Federal qualquer dispositivo que estabeleça parâmetros de distribuição geográfica dos recursos do FAT entre os Estados brasileiros. A ausência de critérios legais explícitos tem gerado a aplicação assimétrica dos recursos e significativas perdas para as regiões economicamente menos desenvolvidas.

A tabela a seguir demonstra que a alocação dos recursos do Proger, por região, não guarda qualquer proporcionalidade com a distribuição geográfica da população, com a População Economicamente Ativa (PEA), nem com o Produto Interno Bruto (PIB).

Distribuição Regional da população, do PEA e do PIB comparado com o percentual de distribuição dos recursos do Proger (Proger Urbano, Proger Rural e Pronaf), entre 1995 e 2000.

REGIÃO	POPULAÇÃO ⁽¹⁾	PEA ⁽²⁾	PIB	PROGER ⁽⁴⁾
NORTE ⁽³⁾	7,61	4,46	4,5	2,07
NORDESTE	28,12	28,17	13,0	24,45
SUDESTE	42,63	43,40	58,2	19,55
SUL	14,79	16,60	17,5	49,42
CENTRO-OESTE	6,85	7,25	6,80	4,51

Fonte: IBGE e Ministério do Trabalho e Emprego - TEM

(1) População residente dados preliminares de 2000

(2) População economicamente ativa 1999

(3) A PEA do Norte exclui a área rural do Acre, Rondônia, Amazonas, Pará, Amapá e Roraima

(4) Programa de Geração de Emprego e Renda acumulado entre 1995 e 2000.

Como vem sendo feita atualmente, a distribuição dos recursos do FAT não obedece a qualquer parâmetro ou indicador socioeconômico, acentuando as desigualdades regionais.

Entre as regiões menos desenvolvidas do País, na região Norte, a distorção entre os recursos alocados pelo Proger e o total da população é mais evidente. O Norte abriga 7,6% da população nacional, todavia, de 1995 a 2000, somente foi contemplado com míseros 2,07% dos recursos do programa, ou seja, menos de 1/3 (um terço) do que lhe seria devido se fosse aplicado o critério populacional.

Se for considerada a distribuição populacional por Estados, como critério para a distribuição das aplicações do FAT para os programas de geração de emprego e renda, será possível uma alocação mais justa desses recursos. Além disso, o projeto de lei também prevê que 8% do total desses recursos sejam somados às aplicações nos estados situados nas regiões menos desenvolvidas do País, distribuídos da seguinte forma: 2% para o Norte, 2% para o Centro-Oeste e 4% para o Nordeste. Com esse mecanismo, as aplicações do FAT passarão a representar importante instrumento de redução das desigualdades regionais.

O quadro a seguir demonstra como teria sido a aplicação dos recursos do FAT no Proger (Proger Urbano, Proger Rural e Pronaf), considerando a média dos anos 1995 a 2000, se os critérios para distribuição dos mesmos fossem aqueles propostos no projeto de lei.

2 Apenas os recursos aplicados no Proger (Proger Urbano, Proger Rural e Pronaf), foram disponibilizados pelo Ministério do Trabalho na forma regionalizada, impossibilitando que a demonstração da distribuição regional fosse feita com a totalidade dos programas.

Simulação da aplicação dos recursos do FAT no Proger, com base na média anual entre 1995 e 2000, considerando as regras propostas no projeto de lei

Regiões	Média anual da distribuição real dos recursos do PROGER	%	Valor segundo critério populacional (%)	Valores nas regiões mais pobres segundo o acrescido de 8% (%)	em (R\$ 1,00)	
					Total por Região	% por região
Sul	1.018.152.755	49,42	280.503.806	0	280.503.806	13,60
Sudeste	402.662.614	19,55	807.964.680	0	807.964.680	39,22
Norte	42.608.264	2,07	144.042.495	41.202.086	185.244.582	9,00
Nordeste	503.761.783	24,45	532.957.232	82.404.173	615.361.406	29,88
Centro-Oeste	92.918.919	4,51	129.827.775	41.202.086	171.029.862	8,30
TOTAL	2.060.104.337	100,0	1.895.295.990	164.808.347	2.060.104.337	100,0

Elaboração - Assessoria Parlamentar Senador Ademir Andrade

(1) - Simulação da divisão dos recursos, segundo a distribuição populacional das regiões, com base na média anual dos recursos acumulados entre 1995 e 2000 do PROGER, subtraído 8%;

(2) - Valor de 8% sobre a média acumulada entre 1995 e 2000. Divididos em: Norte 2%; Nordeste 4%; e Centro-Oeste 2%.

Somente no ano 2000, o FAT disponibilizou para o conjunto de programas de geração de emprego o montante de R\$5,838 bilhões. Se tomarmos como referência o percentual de distribuição demonstrado no quadro anterior, o Norte, por exemplo, deveria ter recebido em 2000, algo em torno de R\$525 milhões ao ano, quando recebeu apenas cerca de R\$198 milhões. O Nordeste, ao invés dos cerca de R\$1,407 bilhão, deveria ter recebido R\$1,739 bilhão e o Centro-Oeste que recebeu próximo de R\$268 milhões, deveria ter recebido R\$484 milhões³.

Um outro exemplo que permite visualizar o impacto que terá a adoção do critério populacional para a distribuição dos recursos do FAT, é o caso específico do Pronaf. Somente neste pro-

grama foram aplicados no ano 2000, com recursos do FAT, o valor de R\$1,720 bilhão, em todo o País. Isso equivale a quase 30% de todos os recursos disponibilizados nos programas de geração de emprego e renda. Este programa, que se destina a financiar a agricultura de pequenos produtores, é de fundamental importância, especialmente para as regiões Norte e Nordeste, que ainda têm 30% da sua população na zona rural.

Em relação ao Pronaf, considerando os critérios previstos no projeto de lei, a região Norte ao invés dos R\$61,955 milhões que aplicou, deveria ter recebido R\$154,800 milhões; a região Nordeste passaria dos R\$403,614 milhões, para R\$512,560 milhões; e a região Centro-Oeste passaria dos R\$61,285 milhões, para R\$142,760 milhões. Portanto, há de se corrigir essa distorção.

A despeito de sua aparente simplicidade, o projeto de lei que ora se apresenta, a um só tempo, harmoniza a distribuição dos recursos do FAT entre os diversos entes da Federação, e atua como de redução das profundas desigualdades regionais. Nesse sentido, se aprovada, a presente iniciativa representará um poderoso instrumento de promoção de justiça social.

Em face do elevado interesse social do presente projeto de lei do Senado, conclamo meus ilustres pares no Congresso Nacional a aprová-lo, com o objetivo de vê-lo transformado em norma jurídica no mais breve prazo possível.

Sala das Sessões, de de 2002. – Senador **Ademir Andrade**, PSB – PA.

³ Para calcular a distribuição regional dos recursos aplicados no conjunto de programas de geração de emprego e renda no ano de 2000, utilizamos o mesmo percentual de distribuição dos programas do Proger (Proger Urbano, Proger Rural e Pronaf), que conforme já dissemos, foram os únicos disponibilizados pelo Ministério do Trabalho na forma regionalizada. Portanto, os valores são aproximados.

LEI Nº 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990

Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Esta lei regula o Programa do Seguro-Desemprego e o abono de que tratam o inciso II do art. 7º, o inciso IV do art. 201 e o art. 239, da Constituição Federal, bem como institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Do Programa de Seguro-Desemprego

Art. 2º O Programa de Seguro-Desemprego tem por finalidade:

I – prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta; (Redação dada pela Lei nº 8.900, de 30-6-94)

II – auxiliar os trabalhadores na busca de emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional. (Redação dada pela Lei nº 8.900, de 30-6-94) (Vide Medida Provisória nº 2.164-41, de 24-8-2001)

Art. 2º-A. (Vide Medida Provisória nº 2.164-41, de 24-8-2001)

Art. 2º-B. (Vide Medida Provisória nº 2.164-41, de 24-8-2001)

Art. 3º Terá direito à percepção do seguro-desemprego o trabalhador dispensado sem justa causa que comprove:

I – ter recebido salários de pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, relativos a cada um dos 6 (seis) meses imediatamente anteriores à data da dispensa;

II – ter sido empregado de pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada ou ter exercido atividade legalmente reconhecida como autônoma, durante pelo menos 15 (quinze) meses nos últimos 24 (vinte e quatro) meses;

III – não estar em gozo de qualquer benefício previdenciário de prestação continuada, previsto no Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, excetuado o auxílio-acidente e o auxílio suplementar previstos na Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, bem como o abono de permanência em serviço previsto na Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973;

IV – não estar em gozo do auxílio-desemprego; e

V – não possuir renda própria de qualquer natureza suficiente à sua manutenção e de sua família.

Art. 3º-A. (Vide Medida Provisória nº 2.164-41, de 24-8-2001).

Art. 4º O benefício do seguro-desemprego será concedido ao trabalhador desempregado, por um período máximo de 4 (quatro) meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo de 16 (dezesseis) meses, contados da data de dispensa que deu origem à primeira habilitação.

Parágrafo único. O benefício do seguro-desemprego poderá ser retomado a cada novo período aquisitivo, satisfeitas as condições arroladas no art. 3º desta lei, à exceção do seu inciso II.

Art. 5º O valor do benefício será fixado em Bônus do Tesouro Nacional (BTN), devendo ser calculado segundo 3 (três) faixas salariais, observados os seguintes critérios:

I – até 300 (trezentos) BTN, multiplicar-se-á o salário médio dos últimos 3 (três) meses pelo fator 0,8 (oito décimos);

II – de 300 (trezentos) a 500 (quinhentos) BTN aplicar-se-á, até o limite do inciso anterior, a regra nele contida e, no que exceder, o fator 0,5 (cinco décimos);

III – acima de 500 (quinhentos) BTN, o valor do benefício será igual a 340 (trezentos e quarenta) BTN.

§ 1º Para fins de apuração do benefício, será considerada a média dos salários dos últimos 3 (três) meses anteriores à dispensa, devidamente convertidos em BTN pelo valor vigente nos respectivos meses trabalhados.

§ 2º O valor do benefício não poderá ser inferior ao valor do salário mínimo.

§ 3º No pagamento dos benefícios, considerar-se-á:

I – o valor do BTN ou do salário mínimo do mês imediatamente anterior, para benefícios colocados à disposição do beneficiário até o dia 10 (dez) do mês;

II – o valor do BTN ou do salário mínimo do próprio mês, para benefícios colocados à disposição do beneficiário após o dia 10 (dez) do mês.

Art. 6º O seguro-desemprego é direito pessoal e intransférivel do trabalhador, podendo ser requerido a partir do sétimo dia subsequente à rescisão do contrato de trabalho.

Art. 7º O pagamento do benefício do seguro-desemprego será suspenso nas seguintes situações:

I – admissão do trabalhador em novo emprego;

II – início de percepção de benefício de prestação continuada da Previdência Social, exceto o auxílio-acidente, o auxílio suplementar e o abono de permanência em serviço;

III – início de percepção de auxílio-desemprego.

Art. 7º-A (Vide Medida Provisória nº 2.164-41, de 24-8-2001)

Art. 8º O benefício do seguro-desemprego será cancelado:

I – pela recusa, por parte do trabalhador desempregado, de outro emprego condizente com sua qualificação e remuneração anterior;

II – por comprovação de falsidade na prestação das informações necessárias à habilitação;

III – por comprovação de fraude visando à percepção indevida do benefício do seguro-desemprego;

IV – por morte do segurado.

Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I a III deste artigo, será suspenso por um período de 2 (dois) anos, ressalvado o prazo de carência, o direito do trabalhador à percepção do seguro-desemprego, dobrando-se este período em caso de reincidência.

Art. 8º-A. (Vide Medida Provisória nº 2.164-41, de 24-8-2001)

Art. 8º-B. (Vide Medida Provisória nº 2.164-41, de 24-8-2001)

Art. 8º-C (Vide Medida Provisória nº 2.164-41, de 24-8-2001)

Do Abono Salarial

Art. 9º É assegurado o recebimento de abono salarial no valor de um salário mínimo vigente na data do respectivo pagamento, aos empregados que:

I – tenham percebido, de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social (PIS) ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), até 2 (dois) salários mínimos médios de remuneração mensal no período trabalhado e que tenham exercido atividade remunerada pelo menos durante 30 (trinta) dias no ano-base;

II – estejam cadastrados há pelo menos 5 (cinco) anos no Fundo de Participação PIS-Pasep ou no Cadastro Nacional do Trabalhador.

Parágrafo único. No caso de beneficiários integrantes do Fundo de Participação PIS-Pasep, serão computados no valor do abono salarial os rendimentos proporcionados pelas respectivas contas individuais.

Do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Art. 10. É instituído o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), vinculado ao Ministério do Trabalho, destinado ao custeio do Programa de Seguro-Desemprego, ao pagamento do abono salarial e ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico.

Parágrafo único. O FAT é um fundo contábil, de natureza financeira, subordinando-se, no que couber, à legislação vigente.

Art. 11. Constituem recursos do FAT:

I – o produto da arrecadação das contribuições devidas ao PIS e ao Pasep;

II – o produto dos encargos devidos pelos contribuintes, em decorrência da inobservância de suas obrigações;

III – a correção monetária e os juros devidos pelo agente aplicador dos recursos do fundo, bem como pelos agentes pagadores, incidentes sobre o saldo dos repasses recebidos;

IV – o produto da arrecadação da contribuição adicional pelo índice de rotatividade, de que trata o § 4º do art. 239 da Constituição Federal.

V – outros recursos que lhe sejam destinados.

Art. 12. (Vetado).

Art. 13. (Vetado).

Art. 14. (Vetado).

Art. 15. Compete aos Bancos Oficiais Federais o pagamento das despesas relativas ao Programa do Seguro-Desemprego e ao abono salarial conforme normas a serem definidas pelos gestores do FAT.

Parágrafo único. Sobre o saldo de recursos não desembolsados, os agentes pagadores remunerarão o FAT, no mínimo com correção monetária.

Art. 16. No que alude ao recolhimento das contribuições ao PIS e ao Pasep, observar-se-á o seguinte: (Revogado pela Lei nº 8.019, de 11-4-90)

I – os contribuintes deverão recolher as contribuições aos agentes arrecadadores nos prazos e condições estabelecidas na legislação em vigor;

II – os agentes arrecadadores deverão, no prazo de 2 (dois) dias úteis, repassar os recursos ao Tesouro Nacional;

III – (Vetado).

Art. 17. As contribuições ao PIS e ao Pasep serão arrecadadas pela Caixa Econômica Federal, mediante instrumento próprio, de conformidade com normas e procedimentos a serem definidos pelos gestores do FAT. (Revogado pela Lei nº 8.019, de 11-4-90)

Gestão

Art. 18. É instituído o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), composto de 9 (nove) membros e respectivos suplentes, assim definidos: (Vide Medida Provisória nº 2.216-37, de 31-8-2001)

I – 3 (três) representantes dos trabalhadores;

II – 3 (três) representantes dos empregadores;

III – 1 (um) representante do Ministério do Trabalho;

IV – 1 (um) representante do Ministério da Previdência e Assistência Social;

V – 1 (um) representante do BNDES.

§ 1º O mandato de cada Conselheiro é de 3 (três) anos.

§ 2º Na primeira investidura, observar-se-á o seguinte:

I – 1/3 (um terço) dos representantes referidos nos incisos I e II do **caput** deste artigo será designado com mandato de 1 (um) ano: 1/3 (um terço), com mandato de 2 (dois) anos e 1/3 (um terço), com mandato de 3(três) anos;

II – o representante do Ministério do Trabalho será designado com o mandato de 3 (três) anos; o representante do Ministério da Previdência e Assistência Social, com o mandato de 2 (dois) anos: o representante do BNDES, com o mandato de 1 (um) ano.

§ 3º Os representantes dos trabalhadores serão indicados pelas centrais sindicais e confederações de trabalhadores; e os representantes dos empregadores, pelas respectivas confederações.

§ 4º Compete ao Ministro do Trabalho a nomeação dos membros do Codefat.

§ 5º A Presidência do Conselho Deliberativo, anualmente renovada, será rotativa entre os seus membros.

§ 6º Pela atividade exercida no Codefat seus membros não serão remunerados.

Art. 19. Compete ao Codefat gerir o FAT e deliberar sobre as seguintes matérias:

I – (Vetado).

II – aprovar e acompanhar a execução do Plano de Trabalho Anual do Programa do Seguro-Desemprego e do abono salarial e os respectivos orçamentos;

III – deliberar sobre a prestação de conta e os relatórios de execução orçamentária e financeira do FAT;

IV – elaborar a proposta orçamentária do FAT, bem como suas alterações;

V – propor o aperfeiçoamento da legislação relativa ao seguro-desemprego e ao abono salarial e

regulamentar os dispositivos desta Lei no âmbito de sua competência;

VI – decidir sobre sua própria organização, elaborando seu regimento interno;

VII – analisar relatórios do agente aplicador quanto à forma, prazo e natureza dos investimentos realizados;

VIII – fiscalizar a administração do fundo, podendo solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;

IX – definir indexadores sucedâneos no caso de extinção ou alteração daqueles referidos nesta

lei;

X – baixar instruções necessárias à devolução de parcelas do benefício do seguro-desemprego, indevidamente recebidas;

XI – propor alteração das alíquotas referentes às contribuições a que alude o art. 239 da Constituição Federal, com vistas a assegurar a viabilidade econômico-financeira do FAT;

XII – (Vetado);

XIII – (Vetado);

XIV – fixar prazos para processamento e envio ao trabalhador da requisição do benefício do seguro-desemprego, em função das possibilidades técnicas existentes, estabelecendo-se como objetivo o prazo de 30 (trinta) dias;

XV – (Vetado);

XIV – (Vetado);

XVII – deliberar sobre outros assuntos de interesses do FAT.

Art. 20. A Secretaria-Executiva do Conselho Deliberativo será exercida pelo Ministério do Trabalho, e a ela caberão as tarefas técnico-administrativas relativas ao seguro-desemprego e abono salarial.

Art. 21. As despesas com a implantação, administração e operação do Programa do Seguro-Desemprego e do abono salarial, exceto as de pessoal, correrão por conta do FAT.

Art. 22. Os recursos do FAT integrarão o orçamento da seguridade social na forma da legislação pertinente.

Da Fiscalização e Penalidades.

Art. 23. Compete ao Ministério do Trabalho a fiscalização do cumprimento do Programa de Seguro-Desemprego e do abono salarial.

Art. 24. Os trabalhadores e empregadores prestarão as informações necessárias, bem como atenderão às exigências para a concessão do seguro-desemprego e o pagamento do abono salarial, nos termos e prazos fixados pelo Ministério do Trabalho.

Art. 25. O empregador que infringir os dispositivos desta lei estará sujeito a multas de 400 (quatrocentos) a 40.000 (quarenta mil) BTN, segundo a natureza da infração, sua extensão e intensidade do infrator, a serem aplicadas em dobro, no caso de reincidência, oposição à fiscalização ou desacato à autoridade.

§ 1º Serão competentes para impor as penalidades as Delegacias Regionais do Trabalho, nos termos do Título VII da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

§ 2º Além das penalidades administrativas já referidas, os responsáveis por meios fraudulentos na habilitação ou na percepção do seguro-desemprego serão punidos civil e criminalmente, nos termos desta lei.

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 26. (Vetado).

Art. 27. A primeira investidura do Codefat dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias da publicação desta lei.

Art. 28. No prazo de trinta dias as contribuições ao PIS e ao Pasep, arrecadadas a partir de 5 de outubro de 1988 e não utilizadas nas finalidades previstas no art. 239 da Constituição Federal, serão recolhidas como receita do FAT. (Redação dada pela Lei nº 8.019, de 11-4-90)

Parágrafo único. (Vetado).

Art. 29. Os recursos do PIS/Pasep repassados ao BNDES, em decorrência do § 1º do art. 239 da Constituição Federal, antes da vigência desta lei, integrarão a Carteira de Desenvolvimento Econômico (CDE) do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), assegurados correção monetária pela variação do IPC e juros de 5% a.a. (cinco por cento ao ano), calculados sobre o saldo médio diário. (Revogado pela Lei nº 8.019, de 11-4-90)

Art. 30. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias e apresentará projeto lei regulamentando a contribuição adicional pelo índice de rotatividade, de que trata o § 4º do art. 239 da Constituição Federal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 31. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 32. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de janeiro de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

Durante o discurso do Sr. Ademir Andrade, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão por vinte minutos, por cessão do Senador Fernando Ribeiro.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há muito que aspirava discorrer sobre um problema que afeta não apenas a população brasileira, mas a mundial. Trata-se da preservação da Amazônia em seu aspecto mais objetivamente apreciável, ou seja, sua incomensurável biodiversidade, por cuja riqueza os estrangeiros não escondem obsessivo interesse.

Não por acaso a biopirataria parece consolidar-se como prática corriqueira na região. Por meio dela, norte-americanos, franceses, ingleses e outros nobres senhores da indústria farmacológica do Primeiro Mundo saqueiam plantas, raízes, madeiras e animais da forma mais acintosa e desprezível.

Mais perverso que isso: multinacionais sediadas nos países centrais simplesmente apossam-se dos recursos da Amazônia para, logo depois, reivindicarem autoridade exclusiva pela patente requerida. Isso, naturalmente, pressupõe a estruturação de um círculo vicioso extremamente predatório para o Brasil, pois das patentes conquistadas os agentes multinacionais passam a extrair lucros altíssimos quando revendidas para os próprios brasileiros.

Vamos por partes. O Brasil é considerado o país de maior diversidade de vida do planeta, o que o torna alvo de cobiça internacional e de infundáveis discussões sobre a forma de utilização econômica desses recursos. Com o expressivo desenvolvimento da biotecnologia nos últimos anos, a importância da biodiversidade tem sido crescentemente reconhecida e há, no cenário internacional, a percepção de que, quanto mais diversidade de vida possui um país, maior variedade e qualidade de produtos poderá desenvolver, principalmente em termos farmacológicos.

Pois bem, a crescente demanda por produtos químicos e farmacêuticos recrudesceu o interesse sobre a biodiversidade existente nas áreas sivestres pouco ou ainda não exploradas, como no caso da Amazônia. Prevalece, na indústria farmacêutica, o entendimento de que a cura de milhares de enfermidades humanas pode estar nos produtos extraídos dos recursos naturais biológicos das florestas tropicais, para a atenção dos quais, portanto, o mundo dirige, em nossa contemporaneidade, seu cobiçoso olhar.

Nesse contexto, diversos estudos amplamente divulgados na imprensa estimam que cerca de 25% dos medicamentos existentes foram elaborados com ingredientes ativos extraídos de espécies vegetais de florestas tropicais, ainda que menos de 1% das plantas tropicais tenham tido seus possíveis usos investigados.

Na agricultura, a biotecnologia tem-se destacado cada vez mais, conseguindo notáveis sucessos na reprodução tanto de plantas quanto na melhoria de produção animal, com importantíssima colaboração de genes de plantas e animais.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL RR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL MA) – Concedo ao Senador Mozarildo Cavalcanti o aparte que me solicita, com a segurança de que estarei falando com um político da Amazônia daqueles que mais entendem deste problema e também daqueles que mais se preocupam com essa invasão diária, permanente, iterativa, da região brasileira.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL RR) – Senador Edison Lobão, inicialmente quero agradecer as palavras elogiosas e cumprimentar V. Ex^a pelo tema abordado, que, na verdade, vem sendo discutido há muito tempo, tanto na Câmara quanto no Senado. No ano passado, por exemplo, tive oportunidade de trazer aqui um exemplar da revista Superinteressante em que havia uma reportagem muito longa sobre diversos produtos tanto da fauna quanto da flora, quer dizer, da nossa biodiversidade, já patenteados pelos Estados Unidos e por países da Europa. E V. Ex^a, trazendo esse assunto à discussão, realmente reacende o debate com o conhecimento de um Parlamentar que tem uma experiência vasta, que é um amazônida também. Portanto, gostaria que nós, do Senado, tivéssemos muito mais empenho nisso. Presido a CPI das ONGs, mas creio que também deveria ser instituída a CPI da Biopirataria, que chegou a ser requerida e aprovada aqui no Senado, para apurar minuciosamente essa questão. Não se trata mais de uma hipótese ou de uma paranóia, como dizem alguns setores que defendem o outro lado, ou seja, as grandes corporações farmacêuticas e outras áreas da indústria. Então, parabenizo-o pela oportunidade do pronunciamento, que reacende o debate. E sugiro a V. Ex^a que retome a questão da CPI da Biopirataria, que, apesar de aprovada, infelizmente não foi instalada, porque os Partidos não indicaram os membros. Conseqüentemente, a CPI extinguiu-se, por força do Regimento. Portanto, meus parabéns, Senador Edison Lobão! Esse tema precisa, sim, ser muito abordado, pois diz respeito ao nosso patrimônio. Não é possível que hoje, 500 anos depois do descobrimento do Brasil, continuemos sendo saqueados pelos mesmos colonizadores europeus e pelos mais novos, os norte-americanos.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Senador Mozarildo Cavalcanti, tenho acompanhado a participação de V. Ex^a nos debates que ocorrem nesta Casa em torno dessa matéria, fundamental para todos os brasileiros. Sei do patriotismo de V. Ex^a, do seu espírito público e do seu conhecimento dessa matéria, porque a ela se entregou com afinco e com interesse, vindo a ajudar a Nação brasileira. Poucos conhecem portanto tanto este problema quanto V. Ex^a. Agrade-

ço-lhe, portanto, pela sua participação neste meu modesto discurso.

O Sr. Luiz Otávio (Bloco/PPB PA) – Permite-me V. Ex^a um aparte, eminente Senador Edison Lobão?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Luiz Otávio (Bloco/PPB PA) – Senador Edison Lobão, nesta manhã, V. Ex^a traz, para discussão nesta Casa, uma matéria da maior importância para o País e para o mundo. A Amazônia representa para o Brasil e para o mundo todo uma reserva de recursos naturais. E os habitantes daquela região, que têm enfrentado dificuldades ao longo de muitos anos, de séculos até, demonstram a sua competência e capacidade de sobreviver durante todo esse tempo. Portanto, trazer para discussão, no Senado Federal, essas questões que envolvem a Amazônia e o mundo, relativas à exploração dos nossos recursos naturais pela indústria farmacêutica, demonstra a capacidade de V. Ex^a de não somente divulgar, mas de discutir os problemas da Amazônia – principalmente agora, quando o projeto Calha Norte dará condições para a interiorização e a participação do ribeirinho da Amazônia na vida do nosso País. O Ministério do Planejamento tem sistematicamente dificultado a liberação de recursos para o Calha Norte, apesar da grande necessidade brasileira de segurança na região. Na semana passada, por exemplo, o Exército brasileiro entrou em conflito com as Farc. Houve até guerrilheiros colombianos abatidos. É de conhecimento de todo o público a dificuldade que temos na nossa região com a falta de recursos. Não se justifica, portanto, gastarem-se R\$300 milhões para a construção de um quilômetro de metrô e não termos recursos para pavimentar a Santarém—Cuiabá. É inegável que precisa ser feita a integração da Amazônia com o resto do Brasil e do mundo. Portanto, meus parabéns, minha solidariedade e minha ajuda naquilo que for necessário para que seu pronunciamento de hoje possa reverberar no Brasil e no mundo. Muito obrigado.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL MA) – V. Ex^a, que representa o Pará, um dos maiores Estados do País e que integra a nossa Amazônia, tem toda a legitimidade para fazer uma incursão nesta questão, que não é de interesse apenas dos amazônidas, mas, sim, de toda a Nação brasileira.

Sr. Presidente, como eu dizia, a partir da percepção do aumento do valor econômico da matéria-prima para a indústria biotecnológica, a diversidade biológica passou a receber mais atenção dos paí-

ses dela detentores, fazendo com que se busquem, no âmbito dessas nações e nas instituições internacionais, regras para a exploração dos recursos naturais biológicos, para cuja atividade se concedeu o nome de bioprospecção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Brasil, em geral, e os cinco milhões de quilômetros quadrados da Amazônia, em particular, são o alvo natural para a ação, legal ou ilegal, de empresas de bioprospecção. Apesar de cobrir apenas 6% da superfície da terra, as florestas tropicais úmidas concentram mais da metade das espécies vivas. Das 240 mil espécies de plantas com flores, 150 mil estão nos trópicos. Desses, 55 mil estão no Brasil, muitas de forma exclusiva. Além disso, a Floresta Amazônica abriga 24% das espécies de primatas, 23% dos anfíbios, 30% de todas as plantas superiores e mais de 300 espécies de mamíferos, duas mil espécies de peixes e 2,5 milhões de artrópodes.

Contra a preservação de todo esse inventário natural de nossa mais robusta floresta, a biopirataria conspira diária e implacavelmente. A compreensão global sobre o elevado potencial da biodiversidade nacional, a grande extensão territorial brasileira, a falta de recursos para fiscalizá-la, a escassez de recursos naturais no restante do mundo, aliadas à falta de conscientização, em nosso País, da importância estratégica desses recursos, tudo isso está facilitando o comércio ilegal de nossa biodiversidade.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Com muito prazer, Senador Gilvam Borges.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – Senador Edison Lobão, depois gostaria de fazer um aparte ao seu pronunciamento.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Em seguida ouvirei V. Ex^a, e, depois, o Senador pelo Rio Grande do Sul.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Senador Edison Lobão, V. Ex^a traz à tribuna desta Casa um tema estratégico, importante e decisivo para a integração nacional. Discutir a Amazônia é discutir a complexidade de toda a sua potencialidade econômica. V. Ex^a é um dos oradores que sempre impressionam os seus pares pelo banho de sabedoria e por articular muito bem os verbos. V. Ex^a, com consistência e sabedoria, que fazem o seu perfil, e com equilíbrio, faz uma avaliação preciosa e chama a atenção da Nação justamente para os investimentos que se fazem necessários na Amazônia, não somente no Calha Nor-

te, mas no banco de riquezas biológicas, da flora e da fauna, e no potencial hídrico da Amazônia. Sinto-me muito feliz e honrado por ouvir o seu pronunciamento. V. Ex^a é um dos poucos homens hoje, a exemplo do Senador Bernardo Cabral e outros, que têm a sutileza, a elegância e o trato do verbo. São os velhos tribunos que nós mais jovens sempre reverenciamos. V. Ex^a aborda um tema muito importante para o País, pois a nossa região amazônica realmente precisa de investimentos estratégicos. Portanto, parabenizo-o pelo seu pronunciamento e registro a nossa admiração por V. Ex^a. Toda a Amazônia e o Estado do Amapá regozijam-se quando V. Ex^a está na tribuna defendendo um tema caro à nossa região. Muito obrigado.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Senador Gilvam Borges, agradeço a V. Ex^a pelas palavras, que tanto enriquecem o meu discurso, e também pela generosidade dos encômios, que seguramente não mereço, mas que fazem uma massagem na alma e no ego deste conterrâneo de V. Ex^a da região amazônica.

Ouço o eminente Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – Meu caro Senador Edison Lobão, discordo do seu último comentário, pois concordo com o Senador Gilvam Borges. Qualquer homenagem a V. Ex^a é pouco, haja vista o trabalho, a história, o passado, o presente e, com certeza, o futuro de contribuições que V. Ex^a ainda dará ao País. Louvo o seu discurso e reconheço que esse é um tema fundamental para o futuro do Brasil. Talvez um dos grandes desafios do País neste século seja exatamente saber utilizar a biodiversidade e o potencial da Amazônia, do cerrado e de algumas áreas do Nordeste, com tecnologia, responsabilidade, manutenção do meio ambiente e respeito às populações indígenas. É preciso dar outra orientação a essa riqueza hoje existente que, infelizmente, não é partilhada da forma como deveria ser para melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro. O discurso e o alerta de V. Ex^a são fundamentais. Trata-se de um dos chamamentos para o nosso século. Avançamos bastante na discussão da Amazônia. O Governo brasileiro está implantando o Sivam. O Projeto Calha Norte, iniciado com o Presidente José Sarney, foi um passo importante para a região também, mas ainda há muito a ser feito. Sem dúvida nenhuma, a cobrança e o alerta de V. Ex^a são fundamentais para que continuemos numa direção que possa elevar o Brasil e melhorar a condição de vida do povo das regiões citadas por V. Ex^a.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Senador Romero Jucá, os nossos antepassados lutaram para

manter a integridade do território brasileiro e as suas riquezas, e nós, desta geração, não podemos negligenciar aquilo que hoje nos pertence e que nos foi legado pelos nossos antepassados.

Muito obrigado pelo aparte de V. Ex^a.

Ouço o Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Felicito V. Ex^a pela importância do assunto que o leva à tribuna. O pronunciamento de V. Ex^a é importante e brilhante, e outros pronunciamentos foram feitos por V. Ex^a e por outros Parlamentares, mas não conseguimos convencer o Senado Federal para fazer algo objetivo e real em defesa da Amazônia. Estamos apenas assistindo. E o Senado Federal tem a responsabilidade de debater, de analisar, de tomar providências. Parece-me, nobre Senador, que, afora o problema dos milhões de brasileiros que passam fome e que mereciam uma atenção imediata, para evitar que morressem à mingua, a grande preocupação deste País chama-se Amazônia. Estamos perdendo a Amazônia. O atual Presidente americano, George W. Bush, num debate com seu antagonista, às vésperas de se eleger Presidente da República, disse com todas as letras que o Brasil pode pagar sua dívida externa, trocando a Amazônia. Os americanos defendem isso escandalosamente. Existem mapas nas faculdades, nas escolas americanas que mostram a América do Sul e o Brasil sem a Amazônia; que mostram toda a região da Amazônia como uma espécie de território internacional. O Primeiro-Ministro da Inglaterra diz com todas as letras que a Amazônia deve ser internacionalizada. O Presidente François Mitterrand também o dizia, e o atual Presidente francês repete. A idéia está num crescendo tal que, se os americanos entrarem aqui e tomarem qualquer tipo de providência, o mundo baterá palmas, achando que é realmente importante que os americanos, os salvadores da humanidade, transformem a Amazônia, que os brasileiros estão explorando tão cruelmente, em Patrimônio da Humanidade. E nós, o que fazemos, Senador? Reconheço o mérito do Presidente Sarney nisso. Participei, como Ministro da Agricultura, da Comissão do General Denis, Chefe da Casa Militar, que coordenou o Projeto Calha Norte e que o lançou. Trata-se de um grande projeto, que visava exatamente colocar nos pontos estratégicos das fronteiras da Amazônia não um quartel, mas um quartel núcleo de uma nova cidade. A proposta era essa. Os Ministérios da Agricultura, da Saúde, das Obras Públicas, da Educação servissem de apoio a uma nova cidade. Como aconteceu em São Gabriel da Cachoeira e em outros lugares onde se construiu essa unidade, atrás da obra vem uma re-

gião de desenvolvimento. Mas, lamentavelmente, desde que saiu o Presidente José Sarney até hoje, o projeto parou. O Calha Norte escancarou-se. E o mais sério ainda é que não vejo reação do Governo Brasileiro nem do Congresso Nacional. Sinto que fazemos um discurso bonito, mas não tomamos uma medida prática e objetiva em defesa da Amazônia. E, quanto a isso, considero-me responsável, com todo o Congresso Nacional. Creio que a defesa da Amazônia deveria ser uma questão de honra para todos nós. Fui e sou favorável, Senador, à fixação dos índios, à delimitação das terras indígenas, desde que não estejam localizadas em região de fronteira. Quando o Ministro Passarinho assentou os indígenas nacionais na região da fronteira e, do lado de lá, também estava sendo fixada a mesma tribo, vi, ali, o início de uma luta futura. Sou a favor da fixação, a que dêem terra à vontade para os indígenas no interior do Brasil, mas não na região da fronteira. Quando o Presidente americano pediu que o Brasil, a Argentina e os países da América designassem uma força para intervir na Colômbia, o Senado se manifestou contrariamente, e essa força não saiu. Então, por conta própria, o americano está dando força para o governo colombiano iniciar a guerra contra as guerrilhas. E os colombianos, que estavam num processo de diálogo, aprofundaram. Assim, hoje estamos às vésperas de ver a Colômbia numa guerra civil, que se dá na fronteira com o Brasil. E não se sabe onde termina a Amazônia da Colômbia e onde começa a Amazônia do Brasil. A televisão tem mostrado brasileiros lutando na guerrilha do lado de lá. Não sei se é com expedientes dessa natureza que essa gente entrará na Amazônia. É uma questão de honra para os Estados Unidos e para muita gente ter o domínio da Amazônia. Por isso, nobre Senador, nós – principalmente V. Ex^a, com a capacidade, liderança e conhecimento da matéria – temos que fazer algo mais prático, mais real e mais concreto em relação a essa política americana. Não sei se V. Ex^a tem conhecimento, mas o mais importante representante do comércio exterior americano esteve falando para empresários da Câmara de Comércio Brasil–Estados Unidos, em São Paulo, e afirmou que o Brasil tem que resolver o problema da corrupção, tem que entender que é chefe no mundo. Quanto às questões relativas a segurança, a terrorismo e a problemas de garantia de mercado, o americano toma a decisão que quer, a decisão que lhe interessa, sem ter que dar satisfação a ninguém. Nunca ouvi uma declaração tão grosseira, uma declaração tão antidiplomática como essa. Com ela, entendo o seguinte: se for o caso da Amazônia, eles vão para a Amazônia. Felicito V. Ex^a pelo impor-

tante pronunciamento que faz. Só lamento que a Casa o receberá como tantos outros já feitos por V. Ex^a e por outros Senadores, e a coisa continuará igual. Minhas felicitações!

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Senador Pedro Simon, não compartilho do ceticismo de V. Ex^a em relação a essa questão. Estou convencido de que, com a presença de V. Ex^a e dos demais companheiros nessa luta, haveremos de encontrar um caminho para o Brasil. Trato dos interesses do Norte, que são também de todos os brasileiros. E vem V. Ex^a, do extremo Sul do País, juntar-se a nós nessa luta, que é de todos.

Recordo-me da participação do Presidente George W. Bush pretendendo trocar a dívida externa do Brasil pela Amazônia. Com isso, ele não apenas nos insultava, mas nos concitava a uma traição à Pátria. Não entraremos jamais nesse jogo de traição. Não necessitamos de óbols nem de participações dessa natureza para cumprir nossos compromissos financeiros. Ninguém invadirá o território brasileiro, porque os brasileiros não permitirão – os brasileiros do Norte e os brasileiros que V. Ex^a representa, do Sul deste País.

Se nós nos juntarmos – e estamos começando realmente a nos juntar –, essa causa, que é de todos, virá uma grande causa, talvez a maior deste País, como observa V. Ex^a.

Sr. Presidente, eu pretendia discorrer ainda um pouco mais sobre esse tema, mas eu, como V. Ex^a, sou um dos guardiões do Regimento e não posso feri-lo. Peço, portanto, a V. Ex^a que considere como lido o restante do meu discurso e, numa outra oportunidade, voltaremos ao mesmo tema.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, A CONCLUSÃO DO DISCURSO DO SR. SENADOR EDISON LOBÃO.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, mais especificamente, a prática da biopirataria no Brasil tem sido viabilizada por quatro fatores bem determinados. Em primeiro lugar, destaca-se o papel das expedições promovidas por grupos científicos ou empresariais do exterior, diretamente orientadas para atividades de bioprospecção, dada a dificuldade de controle sobre tais atividades. Em seguida, sobressai-se o ecoturismo, onde freqüentemente se observa a presença de pesquisadores estrangeiros em atividades de coleta de amostras de plantas, solos etc.

Em terceiro lugar, cumpre registrar as atividades de algumas ONGs, cujo contato direto com comunidades locais e tradicionais, sob o pretexto de lhes prestar auxílio técnico ou financeiro, muitas vezes possibilita que utilizem essas populações para a identificação e coleta de material genético. Por último, cabe adicionar a ação nada cautelosa das instituições nacionais de pesquisa, as quais, em cooperação científica com o exterior, não dispõem de mecanismos institucionais que provejam de mínima segurança nossos interesses. Isso se explica seja pela ausência de controle sobre o que se pratica no âmbito desses acordos de cooperação internacional, seja pelo suporte fornecido por alguns de seus pesquisadores individualmente a atividades de retirada de material biológico para fora do país, dadas as suas escassas condições de pesquisa locais.

Agora, na Amazônia, o controle sobre o acesso aos recursos genéticos é tema que já começa a ultrapassar os círculos restritos e bem informados das universidades, centros de pesquisa, governo e ONGs, começando a ocupar algum espaço na mídia local e nacional, bem como a ser objeto de consideração e decisão dos poderes legislativos locais. Embora a riqueza genética amazônica seja ainda pouco reconhecida e valorizada como recurso estratégico para o País e para a região, há o inequívoco fato da crescente demanda externa por nossos recursos genéticos, o que provoca a necessidade de medidas práticas por parte do Poder Público.

No entanto – Senhor Presidente –, em que pese o fato de que a questão é de extrema relevância, sua discussão precisa ser despida do componente emocional que produz desde argumentos de base ideológica até à aglutinação, de forma quase indissociável, dos recursos biológicos com a produção de medicamentos pela indústria farmacêutica. Associar de forma determinista plantas e remédios, além de ser um posicionamento equivocado, por sugerir uma única utilidade para a biodiversidade brasileira, ainda situa a discussão em um terreno onde se exacerbam as questões emocionais e ideológicas.

Desse modo, é dentro desse ambiente de passionalidade que surgem as denúncias sobre prática de biopirataria, que acabam atingindo, de forma indiscriminada, pesquisadores sérios e algumas das principais instituições oficiais de ensino e pesquisa. O termo biopirataria, então, vem sendo utilizado como veículo tanto para acusações procedentes sobre o comércio ilegal dos recursos biológicos brasileiros, como para descrever atividades legais de pesquisa

científica realizadas por instituições nacionais em conjunto com instituições de pesquisa estrangeiras.

Se, de um lado, tal situação parece configurar-se como uma contradição, de outro, corrobora a tese de que, para solucionar o problema da biopirataria, muita sutileza estratégica no campo da política deverá ser levada em consideração. Especialmente na Amazônia, onde as instituições ainda estão inadequadamente instrumentalizadas e o número de pesquisadores qualificados é insuficiente para atender à demanda por conhecimento científico. Os convênios, os acordos e as parcerias nacionais e internacionais mostram-se hoje uma necessidade imprescindível.

Na realidade, a experiência ensina que, para retirar material biológico da Amazônia, não há necessidade de grandes aparatos ou de estruturas formais. Na era da biotecnologia e da engenharia genética, tudo que se precisa para reproduzir uma espécie são algumas células facilmente levadas e dificilmente detectadas por mecanismos de vigilância e segurança. O bolso, a caneta, o frasco de perfume, os estojos de maquiagem, os cigarros, os adornos artesanais, as dobras e costuras das roupas, enfim, há milhares de maneiras de esconder fragmentos de tecidos, culturas de microorganismos, minúsculas gêmeas ou diminutas sementes, sem que seja necessário sequer o uso de muita criatividade.

Além disso, não se pode esquecer de que o comércio legalizado de plantas medicinais e a indústria de fitoterápicos disponibilizam livremente fragmentos e extratos vegetais que podem ser adquiridos nos mercados e feiras e levados sem nenhuma restrição. Há muitos exemplos a serem considerados nesse caso. Como evitar, por exemplo, que os pigmentos dos peixes ornamentais, que fazem parte da carteira de exportação, sejam investigados em laboratórios de pesquisa de qualquer instituição do planeta? Que substâncias bio-ativas existirão nos frutos regionais, nas plantas ornamentais, nas madeiras que são exportadas? Os exemplos são inúmeros, pois qualquer produto retirado da floresta faz parte desse cenário de organismos, genes e princípios ativos que precisamos defender, sem provocar um isolamento da Amazônia nem fazer surgir uma absurda reserva de mercado de seus produtos.

No âmbito legislativo, a primeira iniciativa realmente séria para regulamentar essa questão foi o Projeto de Lei nº 306, de 1995, apresentado pela Senadora Marina Silva (PT-AC), que *"dispõe sobre os instrumentos de controle do acesso aos recursos genéticos do País e dá outras providências"*. O projeto foi debatido durante três anos com membros do Go-

verno Federal, cientistas e entidades de defesa do meio ambiente, em diversas audiências públicas, e, modificado por um substitutivo do Senador Osmar Dias (PSDB-PR), foi aprovado no Congresso e enviado à Câmara. Naquela Casa, passou a tramitar em conjunto com outras iniciativas correlatas e, para essa discussão, foi constituída Comissão Especial para o estudo da matéria. Posteriormente, em junho de 2000, o próprio Poder Executivo Federal apresentou medida provisória sobre o assunto, em cujo preâmbulo se registrava que *"dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências"*. Essa medida até hoje causa grandes polêmicas, especialmente pelo fato de ter desconsiderado todo o processo de discussões que vinha sendo realizado no Congresso Nacional.

Alegou-se, durante algum tempo, que a medida provisória editada pelo Governo era um avanço, à falta de definição do Congresso Nacional sobre matéria que adquiria crescente importância no cenário nacional e internacional, e que a regulamentação da medida haveria de detectar as polêmicas oriundas de sua edição. Não foi isso que se verificou, porém, com a publicação do Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001, que criou o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético e regulamentou diversos artigos da medida provisória. As maiores reações ao decreto referem-se, principalmente, à composição do Conselho, que contém exclusivamente representantes de órgãos e entidades da Administração Pública Federal. A ausência de participação de entidades da sociedade civil não apenas é inaceitável em matéria de tamanho impacto na vida das populações, que mais diretamente se relacionam com a diversidade biológica, como também é medida na contramão da tendência de representação desse segmento em todos os conselhos criados pelo Governo Federal.

Diante do quadro exposto e dos impasses detectados, é oportuno, agora, concentrarmo-nos nas necessárias propostas de superação do problema. Por exemplo, no ambiente interno, algumas providências são prementes. Do ponto de vista legal, é preciso uma normatização que organize adequadamente o setor. Na face econômica, é indispensável a criação de um parque industrial tecnologicamente moderno e direcionado para processar os recursos biológicos e seus produtos, de forma a garantir um alto índice de valor agregado. Na face científica e tecnológica, a única das vertentes que contém elementos indexadores

de futuro, é indispensável a alocação de recursos e a formação de parcerias boas e leais, que serão melhores e tão mais leais, quanto forem mais fiscalizadas e melhor acompanhadas por pesquisadores e técnicos de alto nível.

No Brasil, a discussão da proteção à diversidade biológica nacional tem sido muito centrada em torno de uma legislação para regular o acesso aos recursos genéticos. Todavia, mesmo em meio às fortes polêmicas que envolvem essa discussão – há os que se posicionam a favor de um controle amplo e rigoroso do acesso, enquanto outros preferem uma certa flexibilização desses procedimentos –, parece unânime a opinião de que não se trata simplesmente de restringir a retirada de amostras de biodiversidade do território nacional.

Em conjunto com o estabelecimento, no País, de instrumentos legais reguladores do acesso a esses recursos, trata-se também de investir pesadamente em ciência e tecnologia, a fim de ampliar a base de conhecimentos sobre os recursos genéticos e biológicos amazônicos e sobre suas possibilidades de aproveitamento econômico e social. Ao lado disso, cumpre investir-se em melhorias na qualidade de vida das populações locais, tornando-as parceiras da proteção e valorização dos recursos naturais que as cercam.

Complementando, cabe-nos reconhecer, sistematizar e garantir a compensação justa dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, respeitando o direito de propriedade da medicina natural dos indígenas, tanto coletiva quanto individual. Isso, evidentemente exige o incentivo ao desenvolvimento das relações formais e informais entre a comunidade científica, as ONGs, os grupos indígenas e a coletividade em geral. Para tanto, faz-se mister construir uma infra-estrutura adequada e implementar uma política de fixação de recursos humanos qualificados na região, de modo a conter a forte evasão de pessoal qualificado, seja pelos baixos salários, seja pelas precárias condições regionais para a pesquisa científica e tecnológica.

Antes de qualquer coisa, o aproveitamento dos recursos genéticos amazônicos, a partir de seus usos pelas novas biotecnologias, embora seja uma questão emergente, é ainda pouco compreendida, pouco estudada e, principalmente, pouco incorporada às políticas governamentais e às estratégias empresariais direcionadas para a região. É importante que se reconheça que o combate à biopirataria não se pode processar exclusivamente na esfera 'policial', com as

tentativas de controlar a evasão dos recursos genéticos nacionais.

Por fim, e de maneira bem mais sábia, vale acatar os ensinamentos populares quando se afirma que a forma mais efetiva de combater a biopirataria é, ainda, "fazer primeiro". Isso só não acontece porque, além dos escassos recursos federais destinados ao desenvolvimento científico e tecnológico, ainda vigem incomprensíveis restrições impostas às pesquisas por instrumentos legais editados pelo Governo sem prévia discussão com os segmentos envolvidos.

Com o desenvolvimento da engenharia genética, a biopirataria tende a crescer cada vez mais. E, apesar das divergências entre os cientistas sobre os convênios de pesquisas com entidades estrangeiras, ao menos em um ponto todos estão de acordo: é preciso tomar posse do vasto patrimônio de biodiversidade da Amazônia, injetando mais investimentos em pesquisas, antes que outros o façam. Como bem frisei há pouco, a fórmula para evitar a biopirataria é simples: pesquisar primeiro para conseguir fazer antes. E oficialmente.

Para concluir: ao Brasil, é importante definir, no âmbito de nossa realidade, os pontos de partida para um posicionamento que concilie os interesses e as possibilidades no campo da biodiversidade. Nossa situação – a de um país dotado de enormes recursos de diversidade biológica – deve ser vista como um trunfo para a resolução de importantes problemas internos, sobretudo aqueles relacionados à miséria e à fome e, ao mesmo tempo, para o estabelecimento de uma referência forte e propositiva no âmbito das relações internacionais. É, assim, tarefa das mais relevantes, tanto para a sociedade quanto para seus representantes, dedicar ao tema biodiversidade o esforço político, técnico e institucional que ele requer.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Informo a V. Ex^a, Senador Edison Lobão, que o seu requerimento será atendido na íntegra, mesmo porque o pronunciamento que V. Ex^a faz é da maior atualidade e importância para os Anais desta Casa.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de requerer a minha inscrição para uma comunicação inadiável antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Por cinco minutos, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do

orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, agradeço a atenção de V. Ex^a. Pedi a palavra para fazer um registro que considero extremamente importante e um caso de justiça.

Hoje, os jornais estão anunciando que o Ministro Martus Tavares deixará o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para assumir uma diretoria no BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, que realizou há alguns dias encontro internacional na cidade de Fortaleza.

No momento do anúncio da saída do Ministro Martus Tavares, gostaria de fazer justiça ao reconhecer o grande e excelente trabalho feito por S. Ex^a, inclusive quando do comando do processo de discussão e de implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal, lei fundamental para o País, agora e no futuro.

O Ministro Martus Tavares, depois de três anos como Ministro do Planejamento, deixa, sem dúvida nenhuma, uma contribuição expressiva e importante para a Administração Pública brasileira. Assume o seu lugar o Secretário Executivo Guilherme Dias, pessoa também preparada para o cargo, que dará continuidade, com muita tranquilidade, aos rumos do Ministério do Planejamento.

Quero, portanto, parabenizar o Ministro Martus Tavares pela diretoria do BID que irá assumir em Washington e aplaudi-lo pelo trabalho profícuo realizado nesses três anos de Ministério.

Sr. Presidente, peço também a transcrição do discurso do Ministro Martus Tavares na sessão de abertura do Encontro Interamericano do BID, realizado em Fortaleza.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

MARTUS VAI ASSUMIR CARGO NO BID

Ministério do Planejamento ficará com o Secretário Guilherme Dias

Mônica Tavares, Vivian Oswald e Eliane Oliveira*

Brasília e Fortaleza. Depois de quase três anos à frente do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ministro Martus Tavares anunciou ontem que deixa o cargo para assumir a diretoria do Brasil e Suriname do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em Washington, nos EUA, substituindo Daniel Oliveira. Ontem mesmo, o ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, disse que o novo ministro do Planejamento será o atual secretário-executivo da pasta, Guilherme Dias.

– O nome de Guilherme Dias tem respaldo técnico, além de ele ser uma pessoa integrada à equipe econômica. Disse Pedro Parente.

Dias só deve assumir depois de 6 de abril, data prevista para a desincompatibilização dos ministros que devem sair do governo para se candidatar nas próximas eleições.

– Estou muito motivado porque me sinto muito integrado no governo e na equipe econômica. Disse Dias.

Novo ministro participou de negociação com FMI

Em Fortaleza, Martus disse que ir para o BID sempre foi um projeto pessoal, que não pode ser vinculado ao fato de ter desistido de se candidatar ao governo do Ceará. Ele acrescentou que já havia manifestado esse desejo, há cerca de um ano, ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Martus disse que seu papel no BID não será político, já que a diretoria deve executar as decisões do alto escalão do banco.

Martus chegou à pasta de Planejamento com José Serra, como chefe da assessoria econômica. Continuou com Antônio Kandir e Pedro Parente. Quando este assumiu a Casa Civil, Martus ficou em seu lugar.

Dias assumiu a secretaria executiva do Planejamento em agosto de 1999, mas é do quadro do BNDES desde 1984. Ele participou das negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 2001.

(*) Enviada especial a Fortaleza

REUNIÃO ANUAL DAS ASSEMBLÉIAS DE GOVERNADORES FORTALEZA, BRASIL

PALAVRAS DO PRESIDENTE DAS ASSEMBLÉIAS DE GOVERNADORES DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO E DA CORPORAÇÃO INTERAMERICANA DE INVESTIMENTOS NA SESSÃO DE ABERTURA

Martus Antônio Rodrigues Tavares

1. Antes de tudo, quero dar-lhes as boas-vindas, em meu nome e do Governo brasileiro. Depois de 22 anos, o Brasil volta a sediar a Reunião Anual das Assembléias de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da Corporação Interamericana de Investimentos.

2. O BID possui laços históricos com o Brasil. Muito nos honra que o nascimento da Instituição tenha surgido por inspiração do Presidente Juscelino Kubitschek, que em 1958 propôs aos países latino-americanos o lançamento de um plano de cooperação para estimular o progresso da região.

3. Em quatro décadas, o Banco transformou-se em uma instituição que transcende o aspecto técnico-financeiro. É hoje – além da principal fonte de crédito multilateral – centro de referência na análise e discussão de toda a problemática regional.

4. É uma honra e uma grande responsabilidade estar falando aos senhores na condição de presidente desta Assembléia. Espero abordar aqui alguns dos principais anseios da região em relação ao papel do BID na construção do nosso desenvolvimento.

5. Desde a nossa última reunião em Santiago do Chile, em março de 2001, a conjuntura internacional mudou. Infelizmente, para pior. Uma sucessão de fatos negativos – onde destaco, por razões óbvias, os atentados de 11 de setembro nos Estados Uni-

dos – ampliou a tensão e a desconfiança dos investidores, trazendo à superfície algumas fragilidades da nossa região.

6. O cenário internacional adverso em 2001 resultou na busca reversão do financiamento externo para a América Latina e Caribe e serviu para reforçar a avaliação de que continuamos ainda muito dependentes da poupança externa, dos humores dos mercados e de avaliações de risco nem sempre coincidentes com a realidade.

7. Ao longo de duas décadas, acumulamos conquistas que não devem ser esquecidas, nem desconsideradas. Avançamos de forma espetacular na consolidação da democracia, o que mudou a história política do nosso Continente.

8. Realizamos reformas econômicas, com sacrifícios que não podem ser subestimados.

9. Vejam o exemplo do Chile, que fez uma bem-sucedida reforma na Previdência e implementou mudanças substantivas no sistema tributário, no comércio exterior. Vejam o México, que após a crise de 1995, fez um ajuste no sistema financeiro capaz de causar inveja a qualquer vizinho desenvolvido.

10. Vejam o Brasil, que conseguiu estabilizar a moeda, reformou o Estado, modificou a estrutura de Planejamento e Orçamento, e está realizando um ajuste fiscal de fôlego, com superávits primários de três por cento do PIB em suas contas. Isto só para citar alguns exemplos.

11. Mas o fato é que, não obstante os esforços dos governos, persistem em nossas economias problemas estruturais que entravam o desenvolvimento e dificultam a redução da pobreza.

12. Como se isso não bastasse, fatos exógenos aos nossos países têm condicionado e interrompido a trajetória de crescimento sustentável e duradouro.

13. Em 2001, a nossa região cresceu em torno de um por cento. Como sabemos, precisaríamos crescer, no mínimo, 3,5 por cento por um longo período para assegurar uma redução substancial da pobreza e das desigualdades sociais, combinada com a redistribuição da renda.

14. É verdade que precisamos aumentar a competitividade e melhorar as condições de acesso aos mercados para exportar mais e ficar menos dependentes do capital externo.

15. Também é verdade que as economias emergentes podem e devem implementar políticas para melhorar a avaliação feita pelos investidores externos, em especial no que se refere à percepção de risco. Devem adotar políticas macroeconômicas consistentes no curto e longo prazos, com ênfase no equilíbrio fiscal. E consolidar as reformas, intensificando os mecanismos de mercado.

16. Entretanto, não se pode ignorar que a volatilidade dos fluxos de capital tem sido uma marca nos anos recentes, independentemente das políticas adotadas para estimular o investimento. E que os países emergentes têm capacidade limitada de influenciar a redução dessa volatilidade.

17. Como bem sabem os senhores, o debate sobre a arquitetura financeira mundial se processa no âmbito de organismos financeiros multilaterais, em especial no Fundo Monetário Internacional, tendo forte participação dos países desenvolvidos.

18. Muitos dos nossos problemas macroeconômicos foram agravados pelas dificuldades crescentes de acesso aos mercados financeiros internacionais. É necessário, portanto, um esforço conjunto para restabelecer e ampliar esses fluxos.

19. Nesse aspecto, considero o papel do BID estratégico e essencial.

20. De um lado, exercendo fortemente a sua influência em defesa dos interesses da região nas discussões com outros organismos multilaterais. Os episódios recentes indicam que é imperativo buscarmos uma mudança na arquitetura financeira internacional, de forma a reduzir a instabilidade dos fluxos financeiros e conferir-lhes maior previsibilidade.

21. Por outro lado, o Banco tem como socorrer os países da região em situações de interrupção do fluxo de capitais. Neste sentido, a nova Linha de Emergência, que se encontra em votação, é uma importante conquista e poderia ser complementada, quem sabe, com outros mecanismos.

22. Quero também destacar o trabalho da Comissão da Assembléia de Governadores, que nos últimos meses dedicou-se à discussão de propostas para aumentar a capacidade de resposta do Banco às novas necessidades dos países mutuários.

23. E reforçar o conceito de efetividade do desenvolvimento, que pressupõe a opção por projetos com maior impacto sobre diminuição da pobreza e preservação do meio ambiente. (No Brasil, adotamos essa prática com os programas do Avança Brasil.)

24. É importante lembrar que o BID vem realizando desde 1998 importantes reformas e tem oferecido novos instrumentos para atender as necessidades da região. O acordo sobre o Fundo de Operações Especiais é, sem dúvida, um avanço que deve ser preservado.

25. Outro avanço substancial é o aumento do limite de empréstimos ao setor privado de 5 para 10 por cento do capital do Banco. Sugiro que esta iniciativa seja combinada com outras medidas para flexibilizar o acesso do setor privado aos empréstimos, tendo em vista a capacidade decrescente do setor público para financiar obras de infra-estrutura.

26. O Brasil e, acredito, os demais países da América Latina e Caribe não têm reparos a fazer a respeito dos objetivos fundamentais do BID, voltados para a redução da pobreza, das desigualdades sociais e para o crescimento sustentado. Avalizam as áreas prioritárias de atuação, quais sejam o desenvolvimento social, a modernização do Estado, a competitividade e a integração regional.

27. A propósito, saliento o admirável esforço do BID no sentido de viabilizar a integração física das Américas Central e do Sul. E muito me orgulho que seja inspirado no Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, realizado no Brasil.

28. Entretanto, as transformações e peculiaridades de nossas economias requerem hoje um tratamento diferenciado para cada país. A fórmula para se chegar a um mesmo objetivo não é necessariamente a mesma.

29. O Banco, pela sua experiência e profundo conhecimento da realidade de cada país, pode oferecer novos produtos e aperfeiçoar alguns instrumentos para intervir de forma mais efetiva e rápida na recuperação das economias.

30. Neste sentido, chamo a atenção para um problema crítico na maioria dos nossos países, que é a questão da segurança.

31. Considerando que a violência atinge principalmente os pobres, é importante que o Banco possa apoiar a prevenção da criminalidade, mediante a adoção de programas de segurança cidadã. Evidentemente, dentro dos princípios da soberania nacional e em sintonia com as demandas de cada país.

32. Essa é uma área, sem dúvida, em que o BID pode ter um papel catalítico, tornando-se, inclusive, centro de referência.

33. Apresento aqui, para reflexão, a proposta de uma ação efetiva e coordenada, por parte do BID, no sentido de comple-

mentar as iniciativas dos países da região na área de segurança e aperfeiçoamento dos sistemas de justiça.

34. Diante desta Assembléia, saúdo as conclusões e recomendações do Grupo de Assessoramento Externo, reunido por iniciativa do Presidente Enrique Iglesias e presidido pelo Doutor Angel Gurria. Os resultados desse trabalho representam subsídio de grande valia no processo de reavaliação do papel do BID para enfrentar os novos desafios da região.

35. Não devo me estender nesta fala. No entanto, não poderia deixar de mencionar, em ocasião tão especial, os avanços que o Brasil tem alcançado na consolidação da estabilidade econômica e busca do crescimento sustentado com inclusão social.

36. Conseguimos ampliar os gastos sociais em mais de 35 por cento, em termos reais, no período de 1994 a 2001. E direcionar boa parcela do gasto público para projetos de combate à pobreza nas regiões menos favorecidas.

37. Os programas de transferência direta de renda alcançaram no ano passado cerca de 12 bilhões de dólares, cifra que coloca essas ações entre as maiores do planeta.

38. É verdade que em 2001 a conjuntura internacional adversa levou a uma frustração parcial da expectativa de crescimento da economia brasileira. O País fechou o ano com um crescimento de 1,5 por cento do PIB.

39. Entretanto, a pronta resposta da política econômica contribuiu para reduzir a desconfiança dos agentes econômicos. Assim, mesmo diante da instabilidade de curto prazo, prevaleceu a consolidação dos fundamentos macroeconômicos: a política de metas inflacionárias, consistente com a flutuação cambial e a disciplina fiscal.

40. Com preços internos estáveis, as exportações cresceram 5,7 por cento, garantindo um superávit comercial de 2,6 bilhões de dólares. Combinado com a entrada de investimentos estrangeiros acima de 20 bilhões de dólares, este resultado permitiu o equilíbrio do balanço de pagamentos.

41. As dificuldades de 2001 serviram também para reivindicar a nossa confiança no País e na capacidade de enfrentar e vencer outros desafios. E reforçaram a convicção de que as reformas são peça-chave para o sucesso de políticas que permitam o aumento da competitividade da região.

42. Também não poderia deixar de me referir, neste fórum privilegiado, à nossa vizinha Argentina, principal parceiro do Brasil na América do Sul, estratégico no comércio bilateral, na construção do Mercosul e na defesa da democracia.

43. Temos estado permanentemente atentos à evolução da situação econômica e social naquele país, em especial aos desdobramentos que marcaram o fim do regime de conversibilidade, no início de 2002.

44. Temos sido e seremos solidários com a Argentina, por palavras e atos concretos.

45. Confio na sensibilidade do Banco Interamericano de Desenvolvimento para entender a urgência de ações que evitem um declínio econômico mais prolongado na América Latina e Caribe. Isto resultaria em mais sacrifícios para a população e poderia comprometer o apoio ao processo de reformas.

46. Seria um retrocesso, sem dúvida, que ninguém deseja.

47. Gostaria de encerrar esta exposição com palavras de agradecimento pela minha escolha para a Presidência desta Assembléia. Asseguro que o Brasil corresponderá às expectativas. Sejam bem-vindos e desfrutem da beleza e hospitalidade de nossa terra.

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá o Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Ex^a será atendido no requerimento que faz, no sentido da transcrição do pronunciamento do Ministro Martus Tavares.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não entendo por que S. Ex^a não pediu a transcrição do discurso do Presidente Fernando Henrique pronunciado no Ceará. Vai dar ciumeira.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Passa-se à Ordem do Dia.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero registrar que a base do Governo continua em obstrução. Portanto, não iremos votar nenhuma matéria hoje.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez, tenho que deixar registrado na Casa que não posso fazer nenhum questionamento regimental do direito que, hoje, a minoria da Casa tem de estar fazendo obstrução. O Regimento permite isso.

Entretanto, quero fazer mais uma vez um apelo à Casa. É evidente que sei das turbulências dentro da base governista, mas espero que isso possa ser solucionado o mais rápido possível, para que possamos zelar pelo interesse do setor produtivo rural, especialmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Além disso, é preciso votarmos também uma outra medida provisória. Embora qualquer pessoa de bom senso saiba que esse benefício não pode ser caracterizado como seguro-safra, porque não o é – não sei se não seria melhor caracterizá-lo como "esmola-safra" –, estamos fazendo uma tentativa. Sei que, nesse ponto específico, o Senador Romero Jucá tem tentado ajudar. Tivemos também oportunidade de discutir essa questão, várias vezes, com os técnicos do Pronaf, a fim de chegarmos a um acordo.

Entretanto, Sr. Presidente, na questão relativa à repactuação da dívida, do saldo devedor dos fundos constitucionais do produtor rural, é de fundamental importância que façamos um debate. É evidente que, como estaremos criando, na medida provisória do Projeto de Lei de Conversão nº 1, despesas a partir do momento em que repactuaremos o saldo devedor dos fundos constitucionais do produtor rural do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, representantes da base governista poderão dizer: "Precisamos da manutenção de uma fonte de receita, como a CPMF". Contudo, todos sabemos que a CPMF, como fonte de receita, já está com todos os percentuais comprometidos para outros fins que não o relacionado à questão do produtor rural.

Daí, Sr. Presidente, eu fazer, mais uma vez, um apelo por algo de fundamental importância para o produtor rural não apenas do Estado de Alagoas, mas também do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. Tenho certeza de que esta Casa é zelosa ao representar a Federação, o que é nossa razão de existir. Se não representássemos a Federação e não mostrássemos sensibilidade com as desigualdades regionais, não poderíamos estar aqui nos tapetes azuis, pois o unicameralismo bastaria para a democracia representativa.

Espero contar com a sensibilidade desta Casa na preservação de um setor que, infelizmente, está quebrando em função de uma política de abertura desvairada, patrocinada pela política econômica do Governo Federal. É preciso, ao menos, estabelecer as mesmas condições dadas aos produtores rurais do Sul e do Sudeste para o produtor rural do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. A lógica formal ainda diz que são essas as Regiões mais pobres do País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, apenas alerto a Casa que, conforme prevê a Medida Provisória nº 9, que resultou no Projeto de Conversão nº 1 do Senado, no dia 31 de março expira o prazo para que o produtores rurais manifestem seu interesse na renegociação de suas dívidas. E já estamos no dia 14 de março.

O Governo, por meio de sua base de sustentação, que se encontra dividida, digladiando-se, está em permanente obstrução nesta Casa. Isso significa dizer que não haverá tempo para que milhares e milhares de agricultores – que estão sofrendo as conse-

quências do peso que lhes foi imposto no passado com a correção monetária incidente sobre as suas dívidas – deixem de sofrer com esse problema. Terça-feira é dia 19, e acredito que daqui para lá essa pendenga não será resolvida, notadamente porque, na Comissão de Ética, há um requerimento de abertura de processo contra o Deputado Márcio Fortes, do PSDB, que teria montado um esquema de dossiês contra a candidatura da Drª Roseana Sarney, do PFL maranhense.

Ora, Sr. Presidente, são assuntos que não interessam ao produtor rural. É claro que há empenho para que seja feita uma investigação total, inclusive para a descoberta dos arapongas, prevenindo, assim, o nosso próprio direito à privacidade. Imaginem se, de um momento para outro, estou telefonando para Sergipe, conversando com um dos nossos Deputados, tratando de determinando assunto partidário, de interesse apenas do PSB, e lá vai o PSDB saber? Isso pode prejudicar o meu Partido.

Sr. Presidente, concito não só a Mesa – da qual faço parte, com muita honra, ao lado de V. Exª e dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ramez Tebet e de muitos outros ilustres e eminentes Senadores desta Casa –, mas também os Senadores da base governista, para que continuem até suas querelas para a descoberta, de parte a parte, de assuntos de seu interesse. Mas as matérias em discussão nesta Casa devem ter tramitação normal. Há vários projetos importantes, como, por exemplo, o da revitalização do rio São Francisco, que foi votado aqui, Sr. Presidente, em primeiro turno, por unanimidade. O rio São Francisco está morrendo. É preciso obter recursos certos e determinados para a sua recuperação. E estamos aqui na dependência de um entendimento impossível a essa altura dos fatos, porque nem o PFL se conforma que foi espionado, nem o PSDB quer abrir o jogo e dizer que espionou.

O que tem o produtor rural com esse ato de espionagem porventura cometido pelo PSDB? O que o produtor rural quer, na realidade, é justiça. E essa medida provisória – embora não resolva o problema do produtor rural –, com as emendas que apresentei, com os destaques que a Senadora Heloísa Helena e eu apresentamos, com certeza, amenizará esse problema do campo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra pela ordem ao Líder Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente,

Srªs e Srºs Senadores, V. Exª já denotou a falta de **quorum**, por obstrução. Então, nessa condição, Sr. Presidente, quero dizer à Casa que nós, do PSDB e do Governo, estamos extremamente armados da santa arma da paciência, da tolerância e da compreensão para – não digo nem enfrentar – nos defrontarmos com algo que começa a medrar na vida brasileira: a responsabilização do PSDB, do Governo, por todos os males do País, o que há mais de sete anos vem sendo feito, aliás de maneira infrutífera, pela Oposição, e também, sobretudo em um momento eleitoral, a dificuldade de se constatar que o País começa a conhecer o candidato à Presidência da República do PSDB. E como ele, por causa desse reconhecimento, vai tendo resultados expressivos, passa-se ao PSDB, a ele, a eiva de estarem em conspirações absolutamente fabulosas, excepcionais para livros policiais, mas sem nenhum contato com a realidade.

Nosso ilustre Senador Antonio Carlos Valadares, homem de bem, até suspeita que as suas conversas telefônicas estão sendo escutadas possivelmente pelo próprio Sr. José Serra. Agora, entraremos em um período para o qual temos de estar preparados com paciência.

A questão da obstrução aqui não se refere a um desleixo por essa matéria. A Senadora Heloísa Helena e o Senador Antonio Carlos Valadares têm razão quanto ao mérito dessa matéria. Ela está sendo feita em função de uma outra obstrução, que, a meu ver, até merece ser objeto de meditação pelo Partido de V. Exª, o PFL, que, tendo sido um colaborador excepcional da governabilidade, fiel, leal, companheiro, ético, agora, por razões circunstanciais e – acredito – de momento, porque elas passarão quando a verdade e o tempo estabelecerem os fatos, numa reação de primeiro momento a uma situação determinada não causada por nós, está com uma obstrução à CPMF na Câmara dos Deputados.

Não podemos correr o risco de votar aqui uma matéria que seguramente terá emendas, como é o caso dessa medida provisória. E essas emendas serão aprovadas. A chamada base do Governo aqui está momentaneamente com um número de Senadores em diminuição, e a matéria voltará ou voltaria à Câmara Federal. Pela própria legislação referente às medidas provisórias – que, a meu juízo e ao de muita gente, deve ser mudada –, essa matéria trancará a pauta da Câmara Federal por ter prioridade. Assim sendo, a questão da CPMF, uma vez mais, ficará adiada.

O prejuízo é para o Erário e não para o PSDB. O PFL, inclusive, tem dado demonstrações públicas de que não é contrário a essa matéria, até porque já a

votou em primeiro turno. É um Partido que só tem colaborado nessa direção. Portanto, se há alguma aliança nova que surge no cenário brasileiro, nem é mais a aliança do PT com os evangélicos mercadológicos, mas é uma aliança que já se esboçou ontem entre o PFL e o PT na Casa contra o PSDB, exclusivamente por motivação de natureza político-eleitoral.

Esse é um movimento válido. Disse muito bem a Senadora Heloísa Helena ao se referir à nossa minoria, com um ar simpático, de uma ironia leve, suave e afetuosa, como é de suas características. É verdade. S. Ex^a o diz porque está em lua-de-mel com a maioria. Na aliança que o PT faz nesta Casa com o PFL, estabelecer-se-á, quem sabe, uma nova maioria, e S. Ex^a verificará como é penoso ser maioria num Parlamento.

Sr. Presidente, concluirrei minhas palavras lembrando que hoje é o Dia do Poeta. Certa vez, escrevi que "tudo aquilo que a vida não resolve a palavra dissolve, e tudo aquilo que a palavra não dissolve a vida resolve". Joguei com um paradoxo, porque assim somos os poetas.

Em um momento de tanta luta e de tanta desnecessidade em matéria de exaltação, desejo lançar um apelo aqui, para que o que significa a poesia em profundidade chegue também à classe política. Falo da poesia não no sentido habitual, o da inocência e da ingenuidade, mas no sentido de uma análise mais profunda do ser humano.

O poeta, Sr. Presidente, é o homem que trabalha com o verso. O que é o verso? O verso é o outro lado das coisas. O verso é o lado não aparente da realidade, em que lateja muitas vezes uma realidade muito mais rica.

Desejo saudar os poetas do Brasil neste dia. E, do ponto de vista governamental, com ou sem poesia, mas com afetividade, com respeito, com cuidado e com dor por uma separação com o PFL, que é um companheiro de sete anos de luta, um Partido exemplar na luta pela governabilidade, espero que possamos pavimentar um caminho de entendimento, que não precisa ser necessariamente um entendimento político-eleitoral, mas um caminho de entendimento para a continuidade de uma obra administrativa que tem sido fundamental para o País e que por certo continuará a ser porque o bom senso triunfará.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do Bloco de Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concederei a palavra a V. Ex^a como Líder. Porém, antes devo resolver a questão da Ordem do Dia.

A Liderança do Governo se declara em obstrução, junto com os Partidos que o acompanham.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A Bancada do Governo está em obstrução?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sim.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É alguma divergência com o Governo?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Pedro Simon, permita que a Mesa decida a questão.

O Líder do Governo se declarou em obstrução, representando também outras Lideranças. No plenário, em verdade, configura-se a realidade anunciada por S. Ex^a: não há número para decisão nas votações. Assim, não haverá o período relativo à Ordem do Dia hoje.

É a seguinte a Ordem do Dia cuja apreciação fica adiada:

– 1 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 9, DE 2001

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 9, de 2001, que dispõe sobre o alongamento de dívidas originárias de crédito rural, de que trata a Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e dá outras providências, tendo

Parecer proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: Deputado Confúcio Moura, em substituição à Comissão Mista, concluindo pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2002, incorporando as Emendas nºs 12 e 28, e contrário às Emendas nºs 1 a 11, 13 a 27.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua discussão adiada para hoje, em virtude de obstrução dos Líderes do PMDB, Bloco (PSDB/PPB), PFL e PTB.

– 2 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 11, DE 2001

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 11, de 2001, que cria o Fundo Seguro-Safra e institui o benefício Seguro-Safra para os agricultores familiares da Região Nordeste e do norte do Estado de

Minas Gerais, nos Municípios sujeitos a estado de calamidade ou situação de emergência em razão do fenômeno da estiagem, tendo

Parecer proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira, em substituição à Comissão Mista, concluindo pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2002 e contrário às Emendas de nºs 1 a 15, apresentadas perante à Comissão.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua discussão adiada para hoje, em virtude de obstrução dos Líderes do PMDB, Bloco (PSDB/PPB), PFL e PTB.

– 3 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 12, DE 2001

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 12, de 2001, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor de oitenta e seis milhões de reais, para os fins que especifica, tendo

Parecer favorável, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira, em substituição à Comissão Mista e contrário às Emendas nºs 1 a 10, apresentadas perante a Comissão.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua discussão adiada para hoje, em virtude de obstrução dos Líderes do PMDB, Bloco (PSDB/PPB), PFL e PTB.

– 4 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125, DE 2001 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 64 da Constituição Federal, combinado com o art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2001 (nº 5.526/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que, altera o art. 98 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares, tendo

Parecer favorável, sob nº 61, de 2002, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua discussão adiada para hoje, em virtude de obstrução dos Líderes do PMDB, Bloco (PSDB/PPB), PFL e PTB.

– 5 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2002

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 28, de 2002 – art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1, de 2002 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 58, de 2002, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, com voto contrário do Senador Lauro Campos), que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua discussão adiada para hoje, em virtude de obstrução dos Líderes do PMDB, Bloco (PSDB/PPB), PFL e PTB.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

– 6 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2, DE 2002

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2002 – art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2, de 2002 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 59, de 2002, Relator: Senador Romero Jucá, com voto contrário do Senador Lauro Campos), que autoriza a União a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser celebra-

da entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o “Japan Bank for International Cooperation – JBIC”, no valor equivalente a até trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua discussão adiada para hoje, em virtude de obstrução dos Líderes do PMDB, Bloco (PSDB/PPB), PFL e PTB.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

– 7 –

REQUERIMENTO Nº 20, DE 2002

Votação, em turno único, do Requerimento nº 20, de 2002, do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando, nos termos regimentais, inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências, cujo prazo na Comissão de Assuntos Econômicos se encontra esgotado.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua votação adiada para hoje, em virtude de obstrução dos Líderes do PMDB, Bloco (PSDB/PPB), PFL e PTB.

– 8 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 271, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 271, de 2000 (nº 548/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Radioclube Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jussara, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 2, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mauro Miranda.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua discussão adiada para hoje, em virtude de obstrução dos Líderes do PMDB, Bloco (PSDB/PPB), PFL e PTB.

– 9 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 320, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 320, de 2001 (nº 768/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Paz e Bem a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itambacuri, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 5, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Marluce Pinto.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua discussão adiada para hoje, em virtude de obstrução dos Líderes do PMDB, Bloco (PSDB/PPB), PFL e PTB.

– 10 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 398, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2001 (nº 740/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Transcontinental Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 46, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Emilia Fernandes, com abstenções dos Senadores Eduardo Suplicy e Geraldo Cândido.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua discussão adiada para hoje, em virtude de obstrução dos Líderes do PMDB, Bloco (PSDB/PPB), PFL e PTB.

– 11 –

PARECER Nº 76, DE 2002 (Escolha de autoridade) (Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 76, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 4, de 2002 (nº 1.441/2001, na origem), Relator: Senador Romeu Tuma, pela

qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Henrique Marini e Souza, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do Tenente-Brigadeiro-do-Ar João Felipe Sampaio de Lacerda Junior.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua discussão adiada para hoje, em virtude de obstrução dos Líderes do PMDB, Bloco (PSDB/PPB), PFL e PTB.

– 12 –

PARECER N° 77, DE 2002
(Escolha de autoridade)
(**Votação secreta**)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 77, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 71, de 2002 (nº 73/2002, na origem), Relator: Senador Romero Jucá, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Doutor Renato de Lacerda Paiva, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Vitalício, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista e decorrente da aposentadoria do Ministro José Luiz Vasconcelos.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua discussão adiada para hoje, em virtude de obstrução dos Líderes do PMDB, Bloco (PSDB/PPB), PFL e PTB.

– 13 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 99, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2001 (nº 3.395/2000, na Casa de origem), que autoriza doação de imóvel de propriedade do Instituto Nacional de Seguro Social, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.294, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua discussão adiada para hoje, em virtude de obstrução dos Líderes do PMDB, Bloco (PSDB/PPB), PFL e PTB.

– 14 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2000

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 12, de 2000, e 14, de 2001)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Jader Barbalho, que altera o caput e os § 4º, 6º, II e 7º e acresce o § 8º ao artigo 57 da Constituição Federal (alteração dos períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária), tendo

Parecer sob nº 1.271, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável, e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 12, de 2000, e 14 de 2001, que tramitam em conjunto.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua discussão adiada para hoje, em virtude de obstrução dos Líderes do PMDB, Bloco (PSDB/PPB), PFL e PTB.

– 15 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2000

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3, de 2000, e 14, de 2001)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Hartung, que altera a redação do art. 57 da Constituição Federal para, alterando o período de funcionamento do Congresso Nacional, determinar o recesso constitucional de 21 de dezembro a 1º de janeiro e estabelecer que o calendário legislativo será definido por re-

solução do Congresso Nacional e contemplará período de férias coletivas dos Congressistas, tendo

Parecer sob nº 1.271, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, e pela prejudicialidade da matéria e da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2001, que tramitam em conjunto.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua discussão adiada para hoje, em virtude de obstrução dos Líderes do PMDB, Bloco (PSDB/PPB), PFL e PTB.

– 16 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3 e 12, de 2000)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que altera o art. 57 da Constituição Federal, para reduzir o período de recesso do Congresso Nacional, e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 1.271, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, e pela prejudicialidade da matéria e da proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2000, que tramitam em conjunto.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua discussão adiada para hoje, em virtude de obstrução dos Líderes do PMDB, Bloco (PSDB/PPB), PFL e PTB.

– 17 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 379, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 379, de 2001 (nº 940/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Sentinel da Alegrete a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade

de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 8, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Emilia Fernandes.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua discussão adiada para hoje, em virtude de obstrução dos Líderes do PMDB, Bloco (PSDB/PPB), PFL e PTB.

– 18 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 387, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 387, de 2001 (nº 718/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Positiva FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planaltina, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 10, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mauro Miranda.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua discussão adiada para hoje, em virtude de obstrução dos Líderes do PMDB, Bloco (PSDB/PPB), PFL e PTB.

– 19 –

REQUERIMENTO N° 754, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 754, de 2001, do Senador Antero Paes de Barros, solicitando, nos termos regimentais, a dispensa do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2001, de sua autoria, cujo prazo se encontra esgotado.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua votação adiada para hoje, em virtude de obstrução dos Líderes do PMDB, Bloco (PSDB/PPB), PFL e PTB.

– 20 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 27, DE 2001

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 2001, tendo como pri-

meiro signatário o Senador Antônio Carlos Valadares, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de instituir o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.295, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua discussão adiada para hoje, em virtude de obstrução dos Líderes do PMDB, Bloco (PSDB/PPB), PFL e PTB.

– 21 –

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 26, DE 1999**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1999 (nº 3.961/97, na Casa de origem), que estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 33, de 2002, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Sebastião Rocha, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua discussão adiada para hoje, em virtude de obstrução dos Líderes do PMDB, Bloco (PSDB/PPB), PFL e PTB.

– 22 –

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 105, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2001 (nº 1.477/99, na Casa de origem), que dispõe sobre o Programa Grande Fronteira do Mercosul, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.490, de 2001, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Gilberto Mestrinho.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua discussão adiada para hoje, em virtude de obstru-

ção dos Líderes do PMDB, Bloco (PSDB/PPB), PFL e PTB.

– 23 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2001, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar fatos envolvendo as associações brasileiras de futebol, que altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, com a redação dada pela Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000, e pela Medida Provisória nº 2.193, de 23 de agosto de 2001. (Lei Pelé).

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua discussão adiada para hoje, em virtude de obstrução dos Líderes do PMDB, Bloco (PSDB/PPB), PFL e PTB.

– 24 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 371, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2001 (nº 963/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova concessão outorgada à TV São José do Rio Preto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (Televisão) na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.420, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Pedro Piva, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua discussão adiada para hoje, em virtude de obstrução dos Líderes do PMDB, Bloco (PSDB/PPB), PFL e PTB.

– 25 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 389, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 389, de 2001 (nº 871/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vale do Uatumã a executar serviço

de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas, tendo

Parecer favorável, sob nº 11, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Marluce Pinto.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua discussão adiada para hoje, em virtude de obstrução dos Líderes do PMDB, Bloco (PSDB/PPB), PFL e PTB.

– 26 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 396, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2001 (nº 943/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio Difusão Cidade FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Fortaleza dos Nogueiras, Estado do Maranhão, tendo

Parecer favorável, sob nº 13, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Marluce Pinto.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua discussão adiada para hoje, em virtude de obstrução dos Líderes do PMDB, Bloco (PSDB/PPB), PFL e PTB.

– 27 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 399, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 399, de 2001 (nº 741/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Imembuí S.. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 47, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Emilia Fernandes, com abstenções dos Senadores Eduardo Suplicy e Geraldo Cândido.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua discussão adiada para hoje, em virtude de obstrução dos Líderes do PMDB, Bloco (PSDB/PPB), PFL e PTB.

– 28 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 401, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 401, de 2001 (nº 798/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Cooperhobic para a Educação e Assistência Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 15, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora *ad hoc*: Senadora Emilia Fernandes.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua discussão adiada para hoje, em virtude de obstrução dos Líderes do PMDB, Bloco (PSDB/PPB), PFL e PTB.

– 29 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 404, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2001 (nº 1.022/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Taioense de Cultura e Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taió, Estado de Santa Catarina, tendo

Parecer favorável, sob nº 16, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Casildo Maldaner.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua discussão adiada para hoje, em virtude de obstrução dos Líderes do PMDB, Bloco (PSDB/PPB), PFL e PTB.

– 30 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 416, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2001 (nº 1.035/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Setorial de Radiodifusão Educativa de Sons e Imagens para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cida-

de de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 92, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sebastião Rocha, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua discussão adiada para hoje, em virtude de obstrução dos Líderes do PMDB, Bloco (PSDB/PPB), PFL e PTB.

– 31 –

REQUERIMENTO Nº 688, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 688, de 2001, do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 254, de 1999, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 252, de 1997, cujo prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua votação adiada para hoje, em virtude de obstrução dos Líderes do PMDB, Bloco (PSDB/PPB), PFL e PTB.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 70, DE 2002

(Requerimento nº 1, de 2002 – CFC)

Solicita informações ao Ministro de Estado da Justiça, Sr. Aloysio Nunes, sobre as recentes diligências realizadas pela Divisão de Crime Organizado da Polícia Federal, no escritório de consultoria do empresário Aldenor Cunha Rebouças e na empresa Lunus Serviços e Participações.

Senhor Presidente,

Com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Ministro de Estado da Justiça, Sr. Aloysio Nunes, solicitação de informações sobre as recentes diligências realizadas pela Divisão de Crime

Organizado da Polícia Federal, no escritório de consultoria do empresário Aldenor Cunha Rebouças e na empresa Lunus Serviços e Participações, de propriedade do Gerente de Planejamento do Governo do Maranhão, Jorge Murad e da Governadora do Estado, Roseana Sarney.

Solicito, portanto, seja encaminhado pedido de informações ao Ministro de Estado da Justiça, Sr. Aloysio Nunes, quanto aos objetivos e desenvolvimento das investigações em curso.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Sala das Comissões, 13 de março de 2002. – **Amir Lando**, Presidente – **Heloísa Helena** – **Eduardo Suplicy** – **Roberto Saturnino** – **Robinson Viana** – **Antonio Carlos Junior** – **Geraldo Althoff** – **Luiz Otávio** – **Fernando Ribeiro**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 71, DE 2002

Senhor Presidente,

Para que tenha tramitação isolada, requeiro o desapensamento do Projeto de Resolução nº 16, de 1999, que tramita em conjunto com o Projeto de Resolução nº 81, de 1999 e mais outros 42 projetos de resolução, em virtude da aprovação do Requerimento nº 472, de 1999.

Justificação

Dispõe o art. 332 do Regimento Interno que ao final de cada legislatura serão arquivadas, entre outras, as proposições (de iniciativa de senadores) em tramitação no Senado, salvo as que tenham parecer favorável das comissões.

O Projeto de Resolução nº 16, de 1999, de minha autoria, dá nova redação ao art. 332 do Regimento Interno e, embora apresentado no início da presente Legislatura, e, mesmo já instruído com relatório de autoria do nobre Senador Alvaro Dias, ficou impossibilitado de ser apreciado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde se encontra desde 13 de abril de 1999, redistribuído ao Senador Francelino Pereira, uma vez estar tramitando em conjunto com mais 42 projetos que apenas têm em comum propostas que objetivam alterar várias outras disposições do

Regimento Interno e que em nada se relacionam com a matéria tratada no projeto que se quer desapensar.

Com o presente requerimento pretendemos abrir oportunidade ao Senado para que possa, antes do final da presente Legislatura, deliberar sobre as disposições do projeto em referência, cujo objetivo é, principalmente, resguardar a competência dos senadores no que diz respeito à apreciação dos projetos de sua iniciativa, em tramitação na Casa no período correspondente ao mandato que os Estados da Federação lhes conferiu.

Sala das Sessões, 14 de março de 2002. – Senador **Ademir Andrade**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência determina o desapensamento do Projeto de Resolução nº 16, de 1999, que vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, como Líder.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Artur da Távola, embora seja atencioso e diligente como Líder do Governo, não está devidamente esclarecido sobre o que está sendo discutido aqui no plenário para especular possíveis alianças entre o PT e o PFL na Casa.

O que estamos discutindo – em vários momentos, temos solicitado a votação da medida provisória – é uma questão muito objetiva: o que queremos é que as condições dadas ao produtor rural do Sul e do Sudeste sejam concedidas, igualmente, aos produtores rurais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. É apenas isso que queremos.

O que o Governo deveria dizer é que essa obstrução não se relaciona com o PFL e o PT aqui no Senado. O problema é outro. É que o Governo vai perder a votação aqui porque, favoravelmente aos destaques que fizemos, haverá os votos do PSDB, do PMDB e destas pessoas aqui. Só quero ver qual é o Parlamentar, inclusive do PSDB e do PMDB, que chegará à sua região e dirá: "Aceitei, por imposição do Governo Federal, que as condições de adimplência ou de repactuação do saldo devedor dadas ao produtor rural do Sul e do Sudeste não sejam as mesmas dadas ao produtor rural das outras regiões".

O que se está escondendo aqui é outra coisa. Eles vão perder a votação aqui no Senado. Se essa votação for feita agora e se a medida provisória for encaminhada para a Câmara, será obstruída a pauta de votação da CPMF naquela Casa. Então, as coisas têm que ser muito claras, muito abertas.

E há mais: o PSDB não tem nenhuma autoridade para criticar qualquer discussão política dentro do PT em relação a política de alianças. É evidente que existem problemas em relação a articulações feitas pela política de alianças dentro do PT, mas não cabe ao PSDB dar nenhuma lição de pureza, de altar, no estabelecimento da tática eleitoral, porque a tática eleitoral que sempre usou foi a de se curvar à mediocre matemática eleitoral, abrindo mão, inclusive, dos princípios que levaram à criação do PSDB.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria neste momento de chamar a atenção para um assunto que começa a ser discutido no plenário. A Senadora Heloísa Helena abordou essa questão de maneira vibrante, chamando a atenção para a obstrução, que é regimental, mas que sem dúvida está prejudicando produtores rurais de todo o Brasil. S. Ex^a enfatiza alguns pontos que faço questão de comentar aqui.

Quero fazer um alerta também em relação à manifestação do Senador Antonio Carlos Valadares e ao prazo que os produtores dispõem para fazer a opção. O Senador Antonio Carlos Valadares chama a atenção para o prazo previsto na medida provisória, o qual se encerra no dia 31 de março para adesão e em 30 de junho para contratação das novas regras previstas na medida provisória.

Trata-se de um fato grave, porque, a partir desse prazo, os produtores ficarão em dificuldades. Poderia mudar-se o prazo, mas não é apenas isso que importa. Os produtores rurais de todo o Brasil estão inseguros e sem saber que atitude tomar. Não sabem se se desfazem de parte do seu patrimônio para cumprir os compromissos e, consequentemente, fazer a contratação, visto que é exigida a adimplência para participar do programa – com o que concordo. Existem também as dificuldades naturais para que os produtores endividados consigam definir sua vida e fazer a avaliação. Enquanto a lei não for aprovada, eles não podem decidir.

Faço esse alerta, porque tenho consciência da importância do assunto.

Sr. Presidente, na medida provisória, há temas polêmicos, que precisam ser avaliados e revistos. Como não estão em discussão nesta Casa, ficamos impedidos de fazê-lo em plenário e, por isso, usamos

regimentalmente o nosso prazo para fazer algumas ponderações da tribuna.

Tenho recebido manifestação de lideranças do setor rural. Ontem, o Sr. Lucas Elmo Pinheiro, Presidente da Sociedade Rural de Montes Claros, norte de Minas Gerais, e o Presidente da Federação da Agricultura do meu Estado, Dr. Gilman Viana Rodrigues, enviaram-me um comunicado, chamando a atenção para a não-inclusão, de maneira clara, específica e justa, dos fundos constitucionais nesta renegociação. Operações contratadas com fundos constitucionais estão tendo critérios diferenciados e distorcidos em relação ao conjunto dos produtores. Com a inclusão a partir dessa medida provisória, começa-se a fazer justiça com os produtores envolvidos com os Fundos constitucionais, que até então estavam excluídos dessa possibilidade de renegociação. Dentro dessa mesma perspectiva, chamo a atenção dos Srs. Senadores, aqui já alertados que foram em relação ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste, porque a medida provisória visa, sobretudo, atender a expectativa desses produtores e por isso, se não houver uma adequação, a injustiça continua prevalecendo. As regras não estão claras e com isso especialmente os produtores ligados aos fundos do Nordeste serão prejudicados; mais do que isso, não conseguirão obter aquilo a que teriam direito por justiça. Gostaria de lembrar que existe a Emenda n.º 13, do Deputado Ronaldo Caiazzo, destacada já por alguns Senadores, especialmente pelo Senador Lúcio Alcântara, que está atento a esse tema, com quem conversei demoradamente.

Outro item para o qual eu gostaria de chamar a atenção refere-se às negociações do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer). Produtores do Prodecer foram excluídos dos benefícios pela Medida Provisória 9. Conseqüentemente, houve uma injustiça clara e inequívoca, com os produtores – importantes nessa fase nova do Brasil, marcada pela exploração das suas terras –, que passam a ser prejudicados. E por isso existe a Emenda n.º 14, que foi destacada pelo Líder do meu Partido, Senador Carlos Patrocínio, que conclamou os Srs. Senadores a discutir a matéria, aprovar o destaque e, conseqüentemente, aprovar a emenda incluindo-a na medida provisória, buscando fazer justiça.

Falarei um pouco sobre o Prodecer, para que os Senadores conheçam de perto a importância desse programa e para que o povo brasileiro possa avaliar, de maneira clara e objetiva, o que está acontecendo. O Prodecer é um acordo de cooperação técnica e econômica entre o Governo japonês e o Governo bra-

sileiro e é o de mais longa duração da História do Ministério da Agricultura, existindo há 22 anos. É o único programa que tem tal duração e por isso, seguramente, tem uma importância relevante. Nesse período, o Prodecer difundiu tecnologia agrícola em sete Estados brasileiros – Minas Gerais, Goiás, Bahia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. Lembro a V. Ex^{as} que Minas Gerais teve a sua primeira participação nesse programa quando era Ministro o Dr. Alisson Paulinelli, o autor, o criador, o articulador e o negociador do Prodecer. Depois, outros Estados incorporaram-se a esse programa de desenvolvimento do cerrado.

Se hoje o Brasil quebra recorde a cada ano em sua produção agrícola é, sem dúvida, graças à tecnologia, graças ao desempenho, à eficiência, à produtividade dos produtores do Prodecer. Não crescemos em área, abrimos áreas em regiões novas, mas em compensação outras são transformadas em pecuária ou desativadas na atividade agrícola. Por isso os números são impressionantes: 334 mil hectares de cerrados foram desbravados e hoje são explorados exclusivamente com agricultura. São da ordem de 570 milhões de dólares os recursos repassados pelo Governo japonês. Em contrapartida, o que observamos é que, a cada ano, apenas nessas atividades, 20 bilhões de dólares são produzidos no Prodecer, programa que gera 20 mil empregos diretos e 40 mil empregos indiretos. Além disso, o Prodecer simboliza uma cooperação respeitosa, que é reconhecida de maneira clara e evidente pelo Governo japonês. Por meio desse programa, o Governo japonês e o brasileiro se somam, unem-se para explorar os nossos cerrados e áreas consideradas, há muito tempo, improdutivas, improcedentes e que, agora, passam a ter melhor utilização.

Com a implantação de cada um desses 21 projetos, todos foram beneficiados. Nas regiões onde eles foram implantados observa-se uma mudança de atitude, de cultura, de ação e de comportamento. O desenvolvimento e a infra-estrutura chegam! Os equipamentos são modernizados, a mão-de-obra é qualificada e o produtor passa a ser encarado de maneira diferente. Uma logística nova, em termos de transporte, é implementada. Há uma ação, no sentido de buscar energia elétrica para ser colocada nessas áreas. A educação chega por via de convênios com Estados e Municípios. Enfim, um processo novo é assim implantado.

Quero aqui destacar que, ao longo dos últimos anos, seguramente nos 30 últimos, todos os Ministros da Agricultura se empenharam para que o Prodecer

fosse mantido, ampliado e recebesse não apenas recursos financeiros, mas principalmente desenvolvimento tecnológico. No Prodecer, as mais variadas atividades estão sendo implementadas. Essa, sim, é a forma clara do seu processo de desenvolvimento.

Mas o que observamos de fato é que os recursos de origem japonesa chegam ao Brasil com juros de 2,7% ao ano, e o Governo brasileiro repassa esses recursos aos produtores, via bancos estaduais ou federais. Entretanto os recursos são repassados a juros exorbitantes, especialmente de acordo com o momento econômico que vivemos. Numa certa época, era a TR; em outro momento, TJLP; em outro, BTN e as várias siglas que foram implementadas durante a vigência dos vários planos econômicos. E sempre houve o acréscimo de juros sempre de 9, 10, 12%. Com isso, muitos projetos se tornaram inviabilizados pela falta de renda do produtor, pela falta de oportunidade de cumprir os seus compromissos e pela defasagem entre os recursos que são disponibilizados para determinadas atividades, recursos esses com custos bem menores do que os recursos do Prodecer.

Um programa que tinha, no primeiro momento, o objetivo de incrementar o processo de desenvolvimento e que atingiu o seu objetivo se vê, agora, tolhido na possibilidade de participação.

Para ficar registrado nos Anais desta Casa, quero destacar que, no acordo internacional, o tema da condição para o empréstimo fixa que os juros para o programa do Prodecer deveriam ser sempre os menores juros fixados para a atividade rural no Brasil.

Lerei, na íntegra, o que prevê o acordo de empréstimo de 4 de março de 1985, em seu Capítulo IV – **Termos e Condições Básicas dos Empréstimos e Créditos do Programa Especial**.

Art. 9º – Item (2) Os termos e condições de qualquer empréstimo ou crédito concedido a qualquer participante do projeto sob os termos do Programa Especial, nos casos em que empréstimos ou créditos comparáveis poderiam ser obtidos através de outros programas de crédito agrícola existentes na República Federativa do Brasil, não serão mais onerosos para os participantes do projeto do que os termos e condições mais favoráveis aplicáveis aos empréstimos ou créditos comparáveis disponíveis a outros tomadores na República Federativa do Brasil, especialmente a aqueles localizados na Região dos Cerrados.

Vou além, Sr. Presidente. O Acordo de Projeto de 29 de março de 1994, em seu Capítulo V – Termos e Condições Básicas dos Empréstimos e Créditos nos Termos do Programa Especial, dispõe o seguinte, a partir da assinatura entre Governo brasileiro e Governo japonês:

Art. 9º – Item (2) À luz da natureza experimental do projeto piloto, bem como das condições financeiras dos empréstimos a serem concedidos pelo lado japonês, os termos e condições dos empréstimos e crédito proporcionados aos Tomadores Finais nos termos do Programa Especial serão, quando empréstimos ou créditos de natureza e valor comparáveis estiverem disponíveis através de outros mecanismos equivalentes de crédito agrícola existentes na República, mais favoráveis aos Tomadores Finais do que os de quaisquer outros empréstimos ou créditos comparáveis disponíveis ao Tomador Final na República, e particularmente aos Tomadores Finais da Região dos Cerrados.

Esse último capítulo que li refere-se ao financiamento do Prodecer III, instalado no Maranhão e no Estado do Tocantins. Lembro ainda que temos um novo projeto Prodecer para ser instalado no Brasil. Serão mais US\$350 milhões, estendendo-se o programa para a Região Norte do País.

Sr. Presidente, chamo a atenção para esse desequilíbrio, previsto no contrato Brasil-Japão, em que os juros para os produtores do Prodecer, em nenhuma condição, poderiam ser superiores aos cobrados no Brasil em outros programas. E há uma distorção enorme, há um desequilíbrio enorme.

O Sr. Carlos Patrocínio (PTB – TO) – Eminente Senador Arlindo Porto, V. Ex^a permite-me um aparte?

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG) – Ouço-o com prazer, Senador Carlos Patrocínio.

O Sr. Carlos Patrocínio (PTB – TO) – Eminente Senador Arlindo Porto, gostaria de congratular-me com V. Ex^a por enaltecer os programas de desenvolvimento do cerrado em nosso País, mediante essa cooperação nipo-brasileira. V. Ex^a chama atenção exatamente para o fulcro da questão: os recursos são repassados por instituições japonesas a juros modestíssimos, até para viabilizar os projetos; e aqui, não sei por que motivo, o produtor é prejudicado pelos juros "escorchantes", que levam à inadimplência, presente em todos os projetos já citados por V. Ex^a. Nós temos agora uma ocasião singular de resolver essa questão: por meio dessa Medida Provisória nº 9, que

está trancando a pauta das votações do Senado Federal. E digo a V. Ex^a, que já foi Ministro da Agricultura, defensor do agricultor brasileiro, um dos homens que trabalhou para que pudéssemos doravante colher sempre safras recordes: é necessário entendermos as razões dos produtores rurais brasileiros, sobretudo do Prodecer. Portanto, eminente Senador, mais uma vez, louvo a atitude de V. Ex^a de comparecer à tribuna para defender os produtores do Prodecer e para protestar contra a taxa "escorchanter" de juros. Ressalto também que temos a oportunidade de contemplar não apenas poucos produtores rurais brasileiros, mas todos aqueles inseridos no Prodecer, como também os tomadores de recursos dos Fundos Constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, todos inadimplentes. A agricultura brasileira está vivendo de seus próprios esforços. Creio até que a terra é uma espécie de droga: o homem vicia-se pela terra. Ele planta, colhe bem, tem boa produtividade, como está acontecendo com o Prodecer, depois tem prejuízos enormes, mas continua plantando. Portanto, a sorte do Brasil é esta: o vício do produtor pela terra. Por isso, é louvável a atitude de V. Ex^a de defender aqueles produtores que estão inseridos no Prodecer Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte, Senador Carlos Patrocínio.

Enquanto V. Ex^a usava da palavra, recordava-me de quando viajamos juntos, em visita ao Projeto Pedro Afonso, no Estado do Tocantins. V. Ex^a nos acompanhou, ao lado do Governador, no momento em que eram desbravados aqueles cerrados. Um ano mais tarde, lá estivemos, observando o trabalho dos produtores que iniciavam o plantio e, algum tempo depois, retornamos para acompanhar a sua primeira colheita.

O que observávamos era que, chegando o Prodecer, chegava a infra-estrutura, a tecnologia e a esperança. E hoje aquela é uma região completamente diferente, para onde se deslocaram produtores de outras regiões do País, com experiência e com vivência. Esses produtores levaram a oportunidade de transformar aquela região num novo celeiro de produção – o que de fato ocorreu e continuará ocorrendo.

Entretanto, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, não dá para compreender o objetivo do Governo ao excluir exatamente um programa negociado entre o Governo brasileiro e o japonês. Esse programa tem uma grande empresa estatal responsável pelo processo de colonização, a Campo, presidida pelo Dr. Emiliano Botelho, extraordinário empresário rural que dedica sua vida à empresa, constituída de capital bra-

sileiro e japonês e dirigida por japoneses. E o que observamos? Sendo um programa de Governo, o acionista majoritário da Campo é o próprio Governo, por meio do Ministério da Agricultura, e, por isso, excluíram os produtores desse programa. Nessa medida provisória, os mutuários do Prodecer não estão incluídos. Alguns poucos produtores foram excluídos, o que não é compreensível.

Este é o momento de corrigirmos essa distorção, já que incluíram os produtores cuja fonte de recursos são os Fundos Constitucionais. Não podemos deixar para depois. Espero que o Senhor Presidente Fernando Henrique, com sua sensibilidade, reconheça a importância da agricultura, o único setor não deficitário da economia brasileira, o único setor da balança comercial que sempre consegue superávit, pois exportamos mais a cada ano. A importação mantém-se a mesma, mas a exportação dos produtos rurais cresce. Sendo assim, o setor deve ser valorizado. Grande parte dessa exportação é fruto da produção de soja, concentrada hoje nas Regiões Centro-Oeste e Norte. Por isso, temos que analisar a origem para passar a respeitar os produtores. Não está havendo respeito.

Quero chamar a atenção e concluir os Senadores para que avaliem, aprofundem, discutam, conheçam a realidade, especialmente dos Estados a que me referi: Minas Gerais, Goiás, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins. É preciso que busquem informações sobre o resultado do Prodecer, para depois decidirem sobre a nossa missão, que deverá ser uma ação federativa, não uma ação isolada, que defende apenas alguns produtores.

Creio que deva prevalecer a justiça. Mais do que isso, não podemos tratar os produtores de maneira diferenciada. Alguns conseguem renegociar os seus débitos em até 20 anos e outros não. Se o projeto não for para ser aprovado, que o Governo então nos dê esclarecimentos, que os Líderes do Governo nos convença, a todos nós, por que esses produtores foram excluídos do projeto, e então, sendo convincentes, haveremos de aprová-lo e a sociedade brasileira tomará conhecimento do que de fato está acontecendo. Apenas clamo por justiça.

Desejo prestar um depoimento de reconhecimento da importância do Prodecer e da importante relação que deve existir entre Governo brasileiro e Governo japonês. Em assim fazendo, continuaremos quebrando recorde de produção, e estaremos, principalmente, dando condições aos produtores de permanecerem no campo, usando tecnologia, buscando aumentar a produtividade e gerando emprego para o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Arlindo Porto, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Geraldo Cândido, do PT do Rio de Janeiro

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Estado do Rio de Janeiro continua na sua luta contra a dengue. A cada dia que passa aumenta o número de mortes provocadas pela chamada dengue hemorrágica; já são mais de 32 casos e a epidemia vai se alastrando no dia a dia.

Aproveito a oportunidade para relatar um fato muito importante, porque envolve um membro desta Casa, o Senador e ex-Ministro da Saúde José Serra. Em 1999, os funcionários chamados de mata-mosquitos – são guardas-endêmicos – foram demitidos, depois, eles ganharam uma ação judicial para reintegrá-los, mas o Ministério da Saúde não acatou a decisão da Justiça e não os reintegrou. Essa é uma das causas da drástica situação da saúde que ora vivemos no Rio de Janeiro. Eles ganharam a ação judicial novamente. O Ministério não acatou a decisão do STJ. Pela terceira vez, eles ganharam a reintegração e não foram reintegrados.

O Senador José Serra sempre se negou a receber os. Na semana passada, S. Ex^a foi ao Rio de Janeiro para uma reunião na Fundação Oswaldo Cruz para debater a questão da epidemia de dengue. Os ex-guardas-endêmicos, os mata-mosquitos o cercaram para tentar falar com S. Ex^a. Como não havia outra saída, pois estava cercado pelos manifestantes, S. Ex^a conversou e disse que não havia sido ele que mandou demitir os trabalhadores, que ele reconhecia que a decisão foi errada e ia pedir ao Ministério para reintegrá-los, mas S. Ex^a disse isso apenas para se livrar dos manifestantes.

Depois, os companheiros vieram ao Senado para tentar falar com S. Ex^a, que não os recebeu. Eu, inclusive, fiz uma solicitação ao Senador, Colega da Casa, para que me recebesse junto com os trabalhadores. S. Ex^a não fez isso. Essa é uma atitude de irresponsabilidade do Senador José Serra porque, na verdade, é a primeira vez que um Senador se nega a receber um Colega da Casa. S. Ex^a, então, se julga uma pessoa muito importante, acima de todos. S. Ex^a se julga o Senador mais importante deste País. Isso para

nós é inédito nesta Casa: que um Colega se negue a receber o outro. Os Senadores Antonio Carlos Magalhães e Ramez Tebet sempre receberam os Senadores, e o Senador José Serra chega a esse ponto. Isso demonstra uma falta de respeito para com os Colegas da Instituição à qual pertencemos.

Por isso, o movimento continua combatendo o candidato. No Rio de Janeiro S. Ex^a é conhecido pela população e pelos companheiros mata-mosquitos como o candidato "presidengue".

Acho que só devemos respeitar aquelas pessoas que nos respeitam. As pessoas que não têm consenso respeito e consideração, tratarei igualmente dessa forma, porque isso é um ato de desrespeito com um Colega da Instituição.

Quero abordar outros assuntos também do Estado do Rio de Janeiro, em relação à energia elétrica. Resultado das privatizações – no Rio de Janeiro, assim como em todo o Brasil – das empresas de energia elétrica, de transporte público, assim como o metrô, as barcas que fazem a travessia Rio-Niterói e a Companhia Elétrica do Rio de Janeiro – CERJ também foram privatizados. A maioria das empresas do Estado foram todas privatizadas nesse pacote dos governos que aplicaram rigorosamente o plano neoliberal capitaneado pelo FMI.

Os Estados, como a Nação como um todo, perderam – nós perdemos – um patrimônio valioso com as privatizações. Estou falando do Estado do Rio de Janeiro, porque nós sofremos com a questão das privatizações. O metrô, apesar de privatizado, não melhorou a qualidade do transporte. A população continua reclamando da superlotação, de que não há ar-condicionado nos vagões, existe um espaço muito grande entre uma composição e outra. Ou seja, há um atropelo geral, total, para a população que usa o sistema metroviário e que reclamava dele antes da sua privatização; porém, depois de privatizado, o sistema metroviário piorou mais ainda.

Com as barcas que fazem a travessia Rio-Niterói acontece a mesma coisa. Essas empresas tipo as barcas ou a Light, por exemplo, antes eram privadas e depois foram estatizadas; o Estado as absorveu. Estou lembrado de que antigamente existia, no Rio de Janeiro, uma música, uma marchinha que dizia assim: "Rio de Janeiro é cidade que nos seduz. De dia falta água, de noite falta luz."

A Light era uma empresa canadense. Depois, o Estado a assumiu e modernizou e investiu no sistema, expandiu-o e passou a fornecer energia elétrica para a população de forma diferenciada, ou seja, de boa qualidade. Era um sistema que funcionava, pois

melhorou muito o atendimento à população. Todavia, depois que a empresa se expandiu e se modernizou, o Governo a privatizou, isso há quatro anos.

As barcas de Niterói, conhecidas também por Cantareiras, apresentavam um problema de funcionamento, embora fossem administradas por uma empresa privada. Havia muito atraso e acidentes. Uma outra música dizia: "No Cantareira tem de aprender a nadar. No Cantareira não quero me afogar". A população compunha uma música irreverente, no seu estilo brincalhão, por causa dos serviços públicos que funcionavam de forma precária. A população sofria muito com esse tipo de serviço que lhe era prestado. E essas empresas, quando foram privatizadas, melhoraram. As barcas ficaram em melhores condições. Posteriormente, foram estatizadas e, novamente privatizadas, voltaram à situação anterior à da antiga Cantareira. Essas são as mazelas do sistema privatizado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro.

O jornal **O Dia** passou a publicar uma série de reportagens, cada uma delas dando enfoque a um ramo de empresa privatizada, abordando um detalhe muito importante sobre essa questão. Uma denúncia relevante que o jornal tem feito sobre a qualidade dos serviços que o povo do Rio de Janeiro está recebendo das empresas privatizadas.

Em relação à Light, o jornal **O Dia** publicou uma reportagem. Passo a ler a parte do meu pronunciamento que contém o trecho.

O jornal **O Dia** trouxe uma matéria iluminada sobre os números do aumento das tarifas da Light, empresa que fornece 75% da energia elétrica consumida em meu Estado, o Rio de Janeiro, com uma concessão que abrange 31 Municípios, incluindo a Capital. **Só os estrangeiros ganham com a Light**, diz o título da matéria que explica como, apesar de subsídios governamentais e reajustes exorbitantes, a Light continua aumentando uma dívida monstruosa e, o que é pior, com as próprias empresas que a compraram durante a privatização.

O consumidor brasileiro já está acostumado a ver distorções deste tipo. O Governo diz que não há inflação, mas concede aumentos de tarifas para serviços públicos superiores até mesmo aos números que tenta esconder. Desde 1995, ano anterior à privatização da Light, a inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA ficou em 112,5%, enquanto o reajuste de tarifas residenciais acumularam mais de 210% no mesmo período.

Nosso País pode estar acostumado com esse desrespeito, mas o que está acontecendo é pior. Mes-

mo com os últimos reajustes, as contas da empresa fecharam com R\$2,177 bilhões no vermelho, em grande parte devido a encargos de dívidas. Isso quer dizer que recursos que deveriam ser investidos estão sangrando para esses pagamentos, o que gera uma situação grave. Nos últimos dois anos, a geração de energia no Estado do Rio de Janeiro cresceu somente 0,92%, mas a energia ficou 17% mais cara.

Para vermos o tamanho do rombo nas contas a ONG Ilumina, ligada a pesquisadores do setor energético, calcula que a Light esteja comprando o Megawatts por R\$40,00 e distribuindo-o por R\$250,00. Pergunto: Onde vai parar essa diferença? A dívida da Light soma hoje R\$7,7 bilhões segundo dados apurados pelo jornal **O Dia**; R\$ 4,9 bilhões são devidos aos que se chama de "partes relacionadas", ou seja, as empresas que compraram a Light quando houve a privatização.

Durante o tempo do Apagão, por exemplo, a Eletrecité de France "emprestou" R\$470 milhões para que a Light investisse na Usina Termoelétrica do Norte Fluminense. Essa dívida, em dólares tem juros de 11% ao ano, que são remetidos juntamente com as amortizações para a EDF. São juros considerados altos para transações internacionais, principalmente em se tratando de empresas coligadas. Se isso não é uma remessa de capital para o exterior, o que será?

Na verdade, essa distorção ocorre porque empresas como a EDF não encaram o dinheiro empregado no mercado energético brasileiro como um investimento, e sim como um empréstimo. Dessa forma, empresas como a Light vão sangrar dólares para o exterior, enquanto o investimento no País é mínimo e não salvador como quer o Governo.

Mesmo com os aumentos repetidos na energia, as empresas do setor querem mais. O BNDES vai financiar R\$7,3 bilhões para distribuidoras e geradoras de energia, como forma de compensá-las pelo racionalamento. Especialistas têm alertado para o fato de que o setor, que já trabalha numa espécie de monopólio fiscalizado, quer agora criar um capitalismo sem riscos, em que qualquer perda precisa ser subsidiada ou por aumentos ou por financiamentos do Governo brasileiro.

Ocorre porém que as tarifas praticadas pela Light, por exemplo, já estão entre as mais caras do mundo. Por isso, a margem para capitalizar as empresas aumentando tarifas está se esgotando, porque os preços cresceram constantemente desde a privatização. A Light cobra dos consumidores que têm gastos acima de 300 quilowatts por hora cerca de 34 centavos por quilowatt, o que situa os preços praticados pela empresa entre os mais caros do mundo, junto com países como França, Holanda e Alemanha– nomenclatura: todos de Primeiro Mundo.

A energia elétrica é um dos fatores mais estratégicos para o crescimento de um País. Um colapso como o que ocorreu em 2001 estava previsto pela Comissão de Análise do Sistema Hidrotérmico de Energia Elétrica, criada pelo próprio Governo e, em seus relatórios, a Comissão apontava a omissão de geradoras e distribuidoras no que diz respeito à expansão da oferta de energia, mas nada ocorreu naquela época, e não vemos maior planejamento hoje.

Basta fazer a conta. Desde novembro, o consumidor da Light passou a arcar com um acréscimo de 20,59% em suas contas. Em dezembro, foram mais 2,9% para ajudar no financiamento do BNDES; afinal, a lógica é a de que o consumidor tem de pagar pelos prejuízos, mesmo os de "investidores estrangeiros". Para priorar a situação, o Governo deixou passar mais um reajuste agora em março: 2% para a criação de um fundo antiapagão.

O mesmo consumidor deve pagar antecipadamente pelo aluguel de energia reserva, que virá com usinas móveis a diesel trazidas da Espanha, fato que tem preocupado analistas do setor elétrico. Os gastos podem chegar a R\$51 milhões nos três anos de contrato com os seis grupos geradores que já estão no Brasil. Mas, como as chuvas encheram os reservatórios, talvez esses grupos fiquem totalmente sem uso.

E qual tem sido o papel da Aneel? O de transmitir as pressões de geradoras e distribuidoras, permitindo aumentos e não estimulando a concorrência. A exemplo do que tem feito a Anatel, a Agência Nacional de Energia Elétrica deveria coibir essas práticas abusivas e favorecer a queda dos preços das tarifas. Afinal, não era essa a promessa das privatizações? Mais investimentos, concorrência e melhorias para os usuários?

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, enquanto o Governo comemora o fim do racionamento e do apagão, não vamos esquecer os problemas que levaram à crise. Enquanto o Governo festeja seu próprio fracasso, vamos pensar alternativas para o modelo instalado, que favoreceu o colapso e não está interessado em investir no País. Trata-se de um sistema que favorece as empresas, o capital estrangeiro, em detrimento do consumidor, do povo brasileiro, que paga pelos erros.

Deveremos cobrar maior controle do Estado sobre o setor energético, por ser um serviço público e uma área estratégica que precisa de planejamento, função que o setor privado não exerce senão visando lucros maiores e mais fáceis.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Cândido, o Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Melo, que falará como Líder.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não pude ouvir integralmente o discurso do Senador Geraldo Cândido, mas espero estar equivocado em relação a um trecho. Entendi que S. Ex^a comunicou que procurou o Senador José Serra, que não teria desejado recebê-lo.

Se realmente ocorreu esse fato, faço desde já uma comunicação à Casa. Quando essa informação me foi dada, Senador Geraldo Cândido, fiquei muito preocupado, porque sou seu colega no Senado e, apesar de estarmos militando politicamente em campos opostos, sou testemunha da seriedade e do senso de responsabilidade com que V. Ex^a desempenha o seu mandato, dedicando absoluta fidelidade à sua história pessoal e aos seus compromissos com o Partido dos Trabalhadores, de que V. Ex^a é um dos representantes nesta Casa.

Tenho por V. Ex^a um enorme respeito juntamente com os membros desta Casa e, evidentemente, V. Ex^a fez por merecê-lo. Diante dessa informação que me foi trazida, imediatamente procurei localizar o Senador José Serra e pedi-lhe esclarecimentos sobre o que havia ocorrido. E S. Ex^a reagiu com a mais absoluta surpresa, dizendo a mim sobre V. Ex^a o que acabo de dizer-lhe: que tem por V. Ex^a profundo respeito não apenas pelo fato de ser V. Ex^a um Senador da República, mas por ser um Parlamentar que se tem portado com grande dignidade nesta Casa. Em nenhuma hipótese, o Senador José Serra deixaria de receber um colega que o procurasse em seu gabinete ou fora dele – hoje, como Senador, e antes, como Ministro de Estado.

Entretanto, desejo que V. Ex^a saiba – e digo em nome do Senador José Serra – que S. Ex^a desconhece que V. Ex^a o tenha procurado como Ministro ou como Senador, no Ministério da Saúde ou em seu gabinete, em nenhum momento. Se, por qualquer razão, tiver chegado ao seu conhecimento que S. Ex^a se negara a receber-lhe, terá sido uma iniciativa da pessoa com quem V. Ex^a falou. A sua presença no gabinete

dele ou o seu contato não foi informado ao Senador José Serra.

O Sr. Geraldo Cândido (Bloco/PT – RJ) – Senador Geraldo Melo, Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Ouço V. Ex^a com prazer se a Mesa me permitir.

O Sr. Geraldo Cândido (Bloco/PT – RJ) – É importante a minha intervenção, Senador Geraldo Melo. V. Ex^a tem todo o direito de expor suas preocupações até porque o Senador José Serra é de seu Partido, seu colega de Bancada e seu candidato à Presidência da República. Eu não faria nunca uma denúncia de fatos não verdadeiros. A chefe de meu gabinete acabou de me telefonar e disse-me que entrou em contato, no Gabinete do Senador José Serra, com uma funcionária chamada Edite, responsável pela agenda do Senador José Serra, a quem solicitou que fosse agendada a reunião com o Senador José Serra. Não houve uma posterior resposta. Voltei a insistir com a chefe de meu gabinete e disse-lhe: "D. Zuzu, ligue de novo para o Gabinete do Senador José Serra para saber se S. Ex^a vai receber-nos ou não". A "agendeira" disse que S. Ex^a não podia e que o Senador já havia viajado para São Paulo. Quero dizer que foi feita uma solicitação e, dois dias depois, S. Ex^a viajou para São Paulo. Considero essa atitude um absurdo, uma falta de respeito com um colega da Casa. Isso foi o que falei da tribuna. O Senador José Serra que resolva a questão com a sua assessoria, com a sua pessoa "agendeira" ou com o seu chefe de gabinete. Que eu saiba, isso nunca aconteceu no Senado e, mesmo os Senadores considerados os mais importantes da Casa, como o Presidente do Senado, sempre receberam os Srs. Senadores. Isso nunca ocorreu. Lamento e até repudio esse tipo de atitude, que um Senador, colega de Casa, da mesma instituição, não tenha dado a mínima importância a seu pedido. Considero isso uma atitude muito séria.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – V. Ex^a tem toda razão, Senador Geraldo Cândido. Digo-lhe, em nome do Senador José Serra, que S. Ex^a também lhe dá razão.

Eu pediria apenas que não debitasse ao Senador José Serra uma atitude que de fato não tomou. Ser criticado pelo que S. Ex^a faz todos nós podemos e devemos ser, mas não pelas que não fez.

Aceito inteiramente a sua informação como verdadeira. Não estou absolutamente dizendo que V. Ex^a tenha falseado a verdade porque isso, de maneira alguma, caracteriza a sua conduta. V. Ex^a é um homem sério, que não iria à tribuna do Senado para narrar um episódio que não ocorreu.

O que estou dizendo é que o Senador José Serra não tomou conhecimento da solicitação de V. Ex^a e, se tivesse tomado, a decisão teria sido a de recebê-lo na hora em que desejasse ser recebido e, por isto, afirmo agora que, diante do fato que narra – o Senador José Serra não está em Brasília neste momento, mas estará na próxima semana – S. Ex^a se encontrará com V. Ex^a, no gabinete dele ou no de V. Ex^a, no momento que assim desejar.

Eu queria prestar esse esclarecimento para evitar que um incidente deplorável como esse – pelo qual eu, em nome dele, peço desculpas a V. Ex^a – contribua para formar do Senador José Serra uma imagem inadequada. Às vezes, por conta desses fatos, Senador Geraldo Cândido, formam-se impressões como aquela a que o próprio Senador José Serra se referiu em um discurso; ou seja, ao fato de que se diz que S. Ex^a é uma pessoa antipática. S. Ex^a, além de dizer que não pensa assim, nem sua filha o considera antipático, também disse que, de certa forma, é positivo que a crítica que se faça a alguém que está na vida pública desde a juventude, foi líder estudantil, presidente da UNE, exilado, Deputado Federal constituinte, Secretário de Planejamento do Governador Franco Montoro, Senador da República, Ministro do Planejamento, Ministro da Saúde, seja no sentido de tachá-la como uma pessoa antipática. Felizmente ninguém diz que S. Ex^a é ladrão, nem corrupto, nem desonesto, nem incompetente.

Agradeço a V. Ex^a. Desde já, antecipo meus agradecimentos pela compreensão que, tenho certeza, V. Ex^a terá. Reitero o pedido de desculpas em nome do Senador José Serra.

O Sr. Geraldo Cândido (Bloco/PT – RJ) – Senador Geraldo Melo,...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Senador Geraldo Cândido, gostaria apenas de dizer a V. Ex^a que, na condição de aparteante, de acordo com o Regimento Interno, V. Ex^a deve falar sentado a fim de que se possa distinguir quem está com a palavra.

O Sr. Geraldo Cândido (Bloco/PT – RJ) – Agradeço a advertência da Mesa. Gostaria apenas de dizer ao Senador Geraldo Melo que aqui no Senado Federal, V. Ex^a sabe disso, as pessoas que trabalham nos gabinetes sabem como funciona a Casa. A falta de cuidado nesse tipo de relacionamento é algo muito sério. Pessoalmente, estranhei o fato. Por essa razão, fui à tribuna e aproveitei para fazer de público a denúncia pela gravidade que para mim representa. De certa forma, isso constitui uma afronta, uma falta de respeito. É bom que isso sirva como advertência para

a assessoria do Senador José Serra. Esclareço que não falei em plenário que S. Ex^a seria nada do que foi dito por V. Ex^a, mas apenas que S. Ex^a não teve o devido respeito a um colega da Casa, o que volto a afirmar. Se foi por falha da assessoria, que o Senador procure corrigir, conversar com os seus assessores, para que o fato não se repita. Todos orientamos os servidores que trabalham conosco e os assessores para que não faltem nunca com o atendimento aos Senadores. É praxe, todos sabem disso. Então, é estranho que isso venha a acontecer. Mas, de qualquer maneira, espero que o episódio não volte a se repetir comigo ou com qualquer colega da Casa. Obrigado.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Penso que V. Ex^a está dando uma contribuição que, sem dúvida, o Senador José Serra apreciará. Não pretendo me envolver nas decisões de S. Ex^a sobre a forma de comandar o seu próprio gabinete, apenas eu quero insistir num ponto: V. Ex^a repetiu agora que foi uma desatenção do Senador José Serra. O Senador José Serra não pode ter sido desatencioso pelo simples fato de não ter conhecimento. Assim como respeito a palavra de V. Ex^a e tenho certeza de que V. Ex^a não veio à tribuna do Senado narrar uma inverdade, tenho absoluta certeza de que V. Ex^a também respeita a minha palavra e a palavra do Senador José Serra. Estou afirmando que o Senador José Serra não tomou conhecimento, não tendo sido, portanto, desatencioso; só seria se tivesse tomado conhecimento. Em nome de S. Ex^a, já que o gabinete dele é que teria sido desatencioso, peço, e espero que as aceite, desculpas. Também em seu nome, quero dizer que, no momento em que V. Ex^a desejar, no gabinete dele ou no de V. Ex^a, o Senador José Serra estará pronto a conversar com V. Ex^a, por quem tem enorme respeito.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Lauro Campos, por permuta com o Senador Sebastião Rocha.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de consignar que também o Senador Carlos Patrocínio teve a gentileza de me ceder a vez. Estou falando isso porque S. Ex^a disse que talvez retorno à Casa, e assim poderá fazer uso da palavra. Agradeço a ambos que me cederam a sua ordem de inscrição.

Em seguida, tentarei desenvolver alguns temas que muito me preocupam nesta conjuntura nacional e internacional.

Realmente, chegamos a um beco sem saída. Não tenho dúvida nenhuma de que, ainda que Sua Majestade o Presidente da República não passasse grande parte do seu mandato no ar, entre uma comenda e o recebimento de um **honoris causa**; ainda que Sua Excelência estivesse preocupado com o Brasil; ainda que estivesse trabalhando para superar os problemas que, em grande parte, criou em seu primeiro mandato e, o restante, em seu segundo mandato, dificilmente – eu sei – Sua Excelência conseguiria superar – não enganar, não maquiar, o que é fácil –, mas superar no sentido hegeliano e dialético, cujo significado Sua Excelência conhece.

O que me parece é que a história está se repetindo, e se repetindo como farsa. Não tenho dúvida de que aquilo com que sonharam os filósofos da Revolução Francesa e os federalistas na guerra pela Independência dos Estados Unidos foi massacrado por um processo distorcido, contaminado, desde a sua origem, por relações mais fundamentais do que superestruturais, que as revoluções e os golpes tentam atingir e modificar.

Parece-me que, em grande parte, assistimos hoje a uma revolução que se agrava a cada momento, a um processo em que as contradições não resolvidas vão exigindo cada vez mais para conter o desemprego, o abandono, as perdas e desestruturações de uma sociedade que se organizava democraticamente para conquistar o seu espaço. Tudo isso foi sendo destruído.

Nesse sentido, o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso é uma repetição concentrada em apenas sete longos anos, nos quais foram destruídos os direitos dos trabalhadores brasileiros, a organização da sociedade, o direito à sindicalização, o direito de gozar a aposentadoria, introduzido a duras penas na legislação americana por Franklin Delano Roosevelt.

Na ocasião, a jornada de trabalho era de 40 horas. Contra Roosevelt ergueram-se as forças reacionárias americanas. No entanto, ele conseguiu introduzir a aposentadoria naquela ocasião.

No Brasil, naquele tempo, coetâneo ao Governo de Roosevelt, encontramos a figura de Getúlio, controversa, sim, mas que eu, pelo menos, cada vez mais, reconheço como a mais importante para as conquistas dos trabalhadores. A CLT, uma delas, e o salário mínimo foram completamente destruídos, juntamente com várias outras conquistas feitas não apenas durante, mas após o Governo de Getúlio Vargas.

Agora se diz que aquilo era populismo e querem trocá-lo por um genocídio, por um "economicídio". Um

país que permite uma queda do rendimento de 8,9%, rendimento que bate recorde no real: "Pesquisa ponta a ponta do Ipea avalia em detalhes a perda do poder aquisitivo do trabalhador nos anos do Plano Real".

Não mintam! É o Ipea que está dizendo! Não vêm com conversa fiada! Conversa fiada e mentira não enchem barriga; pelo contrário, esvaziam panelas que, um dia, hão de soar e falar a linguagem do povo. Hoje, como na Argentina, o Brasil também vai falar por meio das panelas. Foi isso que fiz há cerca de 30 anos, no tempo da ditadura, quando saía batendo panela à noite, às escondidas, com medo da repressão. É muito salutar bater panelas quando não se pode, obviamente, bater no objeto direto de nossas angústias e desesperos.

De acordo com o Ipea, instituto de pesquisa do Governo, não houve aumento, vantagens, conquistas dos trabalhadores; pelo contrário, houve queda. Esse rendimento cai 8,9% e bate recorde no real. O Presidente, que parece usar lente de contato azul para enxergar um mundo que apenas Sua Excelência vê, não consegue compreender também que salários caem mais em cidades menores. A renda média de empregado registrado baixou 1,1% nas grandes capitais no País. A queda foi de 3,9%, segundo o IBGE.

De queda em queda, a "matemágica" do Governo transforma as perdas dos trabalhadores. Agora estão desrespeitando também aquilo que foi proposto por Roberto Campos, quando era Ministro: acabar com os feriados e com o domingo. Também os feriados e os domingos estão sendo convertidos em dias sagrados para o capital, onde os trabalhadores brasileiros têm de trabalhar para que lucre e se rejubile o capital.

Então, para que o cônjuge passar alguns dias acompanhando, por ocasião da maternidade, a sua companheira? Isso é luxo, pensam aqueles que só têm olhos – e usam lentes de contato azuis – para as agruras externas, os problemas externos.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, há pouco tempo, disse que o FMI estava pensando que fôssemos idiotas. Logo Sua Majestade, que uma vez já falou que no Brasil não há Oposição. FHC disse: "no Brasil, não há Oposição. Eu sou a Oposição".

Sua Excelência é tudo: é o cima e o baixo; a Esquerda e a Direita; o Governo e a Oposição. Agora deve estar recebendo a resposta sobre se existe ou não Oposição neste País. Quando Sua Excelência fez Oposição, por meio de suas manobras que espantaram, obviamente numa reação à procura do espaço da dignidade, o PFL da base de apoio ao seu Governo.

Diz o **Folha News**:

Além disso, o Governo Federal sempre propagou que o problema de falta de emprego, diretamente relacionado à queda da remuneração, estava concentrado principalmente nas grandes cidades.

É isso que esse trabalho desmente. E o que é de estarrecer, para aqueles que um dia estudaram e não esqueceram a economia política e a ciência econômica, é que "existe uma correlação unívoca e inversa entre o volume de emprego e o salário que ganha uma unidade de trabalho". De tal maneira que, ao aumentar o volume de emprego, deve haver uma redução do salário que ganha a unidade de trabalho. É por isso que quanto mais o emprego aumenta, mais o salário cai. **Zero negative wage** – salário zero ou negativo –, diz Pigou, assegura o pleno emprego. Então, o pleno emprego capitalista não é todo mundo empregado. O pleno emprego capitalista, em termos econômicos, é a absorção do desemprego involuntário, o que só pode ser feito com a redução dos salários.

O que acontece no Brasil é uma incógnita que o saber econômico não pode responder: um salário quase zero e um desemprego enorme, crescente, quase igual ao da irmã Argentina, que já se aproxima dos 30%. Para impor a modernidade, já não se assinam as carteiras, o trabalho torna-se informal. É impossível medir o desemprego existente num país. Mesmo no Japão, onde a situação é muito diferente, pois praticamente não existe emprego informal, Makoto Itoh afirma, em seu livro, que o desemprego real é 100% maior do que o desemprego estatístico. Jeremy Rifkin assinala que a diferença entre o desemprego real e o estatístico é de 200%.

A situação se torna cada vez mais grave. Há muito tempo, os Estados Unidos não tinham tido 5,5% de desemprego. Agora, para reabsorver a mão-de-obra desempregada, o Presidente George Bush está recorrendo ao aumento dos gastos militares, dos gastos na chamada defesa, palavra agradável para o grave problema armamentista.

No Brasil, o imposto do salário – não o salário – subiu 54%, enquanto o dos bancos subiu apenas 12%. E ainda se fala em redistribuição de renda, quando o imposto dos bancos cresceu 12% e, no mesmo período, o imposto sobre salários, 54%. Além disso, os salários não são mais aqueles, porque, agora, o trabalhador assalariado tem de pagar o que anteriormente o Governo pagava para ele. Houve a privatização de vários serviços e o trabalhador tem de pagar pedágio nas estradas, na educação e na saúde

pública, orçamento que saiu do Governo e foi para o orçamento das famílias, reduzindo o poder real de compra dos trabalhadores.

Em Brasília, os pobres sofredores que represento com muito orgulho nesta Casa, os professores, estão agora começando a bater panela, pleiteando 89% de reajuste. E o Governo ingovernado, o Governo que não gosta dos trabalhadores do ensino, o Governo que não gosta da cultura, o Governo que não se dá bem nesse mundo das palavras oferece 10%, diante de 89,8% de defasagem dos salários dos professores da rede pública de Brasília.

A situação é muito grave. Não gosto de falar que estamos à beira do precipício, que a situação é incontrolável, que estamos na crise global do capitalismo. Essas coisas só falo quando tenho tempo para explicar e quando posso aprofundar-me nos detalhes e nos pormenores que o problema exige. Mesmo antes dos atentados, Bush já achava que o mundo estava povoado por grupos perigosos.

Segundo o Professor Kaplan, convidado pelo Presidente George Bush para uma conversa poucos dias antes do atentado de 11 de setembro, "Mesmo antes dos atentados de 11 de setembro Bush já achava que estava cercado de inimigos. Guerra se torna uma condição que já não se distingue nitidamente da paz. O mundo é um lugar perverso, com muita gente perversa que pode nos fazer mal. E o compromisso moral mais importante dos Estados Unidos é preservar seu poderio".

O compromisso mais importante dos Estados Unidos é preservar seu poderio, gastar mais no escudo nuclear, gastar mais em guerra e, ao fazer isso, aumentar seu poderio. Agora afirmam que os países em desenvolvimento devem socorrer os mais pobres e não o poderoso país norte-americano.

Diante dessa cavalgada da força, dessa concentração da prepotência, dessa proibição dos pequenos de construírem qualquer tipo de armamento, o Brasil, a Argentina e o Chile foram totalmente desarmados em suas indústrias bélicas e semelhantes. Todas essas indústrias concentraram-se nos Estados Unidos.

Ainda assim, diante de um poder atômico capaz de explodir 28 vezes o globo terrestre, os Estados Unidos consideram-se ameaçados. Ameaçados por quem, por qual ideologia, se as ideologias já foram pulverizadas e destruídas?

Onde há violência e força, os argumentos finos e refinados da ideologia de nada valem. Os vitoriosos não têm satisfação a dar aos derrotados.

Assim, como temiam antigos democratas norte-americanos, os direitos humanos e sociais não foram destruídos apenas nos Estados Unidos, mas instalou-se o reino do medo, do pavor, que afirma que todos os outros são perversos, que o mundo é um lugar perverso, com muita gente perversa. Tal afirmação autoriza o Presidente dos Estados Unidos o fazer um rol de nove países que podem receber a bomba atômica, numa guerra atômica. Nem Hitler, nem ninguém jamais ousou fazer afirmativa tão violenta quanto essa.

Estamos a ver a repetição de um momento em que as forças bélicas dos Estados Unidos ameaçavam entrar em recesso. Em 1943, o Governo dos Estados Unidos viu-se diante de um debate. Grupos de norte-americanos conscientes acreditavam que o armamentismo norte-americano se tornara altamente perigoso e necessário à garantia de empregos e ao poder político que estava dominado pelo poder militar. Esse argumento está expresso no livro de Fred Cook, **O Estado Militarista**, em que Bertrand Russell diz no prefácio que, se o mundo ainda existir até o ano de 2000, isso se deverá, em parte, a esse livro.

Havia uma disputa ferrenha entre os grupos que, em 1943, acreditavam que os Estados Unidos armazenavam petrechos bélicos e tinham um poder de agressão suficiente para mais cinco anos de guerra. Esses grupos, que diziam ser a hora de começar a se pensar na paz, foram considerados comunistas pela Direita. Chegaram até a chamar o Presidente Roosevelt de comunista.

O Dr. Jordan, por exemplo, disse: "A Rússia Soviética nada tinha a oferecer senão insolência, intriga, traição e terrorismo". Estava em bancarrota de tudo, exceto brutalidade e blefe e fora disso que se servira ao máximo na marcha forçada do imperialismo comunista pela Europa, pela Ásia e pelo Ártico, até quase as costas da América.

Havia, portanto, comunistas para todos os lados. Em Hollywood, Charles Chaplin e outros artistas foram praticamente ameaçados e preferiram encontrar a saída para a sua vida e a sua tranqüilidade em outro país: abandonaram os Estados Unidos.

"A verdade é que o Estado Militarista não pode deter-se na frente doméstica; terá de conquistar a ameaça estrangeira, cuja mera existência a transforma numa verdadeira ameaça doméstica. O caminho do Estado Militarista é o caminho para a guerra" – diz Fred Cook.

Naquela ocasião, em plena Segunda Guerra Mundial, aqueles que estavam construindo o Estado militarista, assentado na indústria decadente até pou-

co tempo e que sofrera o bafejo animador e altamente lucrativo da produção bélica e das encomendas feitas por esses setores, lutaram pelos seus lucros, pelo seu espaço e para a conservação, durante a Guerra Fria, do processo bélico, que tanto lucro forneceu a esses militares e aos setores bélicos norte-americanos.

Por outro lado, existiam aqueles que se apavoravam diante da perspectiva de que os Estados Unidos não pudessem jamais recuar daquela estrada, produzindo o que chamo de não-mercadoria, em cujo núcleo se encontra a produção bélica, a produção destruidora. O capitalismo deixa de produzir para o bem-estar da humanidade, deixa de fabricar alimentos e vestuário, para produzir, essencialmente, produtos destrutivos. Eros abandona o mundo, e Tanatos, a destruição, assenta-se no caldeirão bélico.

O Professor Flemming, muitos meses antes da vitória sobre a Alemanha, escreveu: "Eu já estava alarmado pela descoberta de que muitos oficiais do Exército se preparavam para a guerra contra a Rússia." De início, portanto, não se tratava de guerra fria, mas da guerra contra a Rússia, que se transformou na Guerra Fria e durou até 1989.

Agora, ressurge, diante de uma ameaça de colapso na economia dos Estados Unidos, quando o desemprego aumenta 5,5%, quando a economia norte-americana se desarticula, quando a taxa de juros cai, ao contrário da nossa, que se eleva para proteger banqueiros e o sistema financeiro internacional, quando o Sr. Presidente do Banco Central aperta o botão para proteger os seus colegas do sistema financeiro internacional, do capitalismo imperialista – como dizia o Presidente Fernando Henrique Cardoso –, a taxa de juros se eleva a 49%, a mais alta do mundo.

Isso só favorece quem? Os banqueiros, que não pagam juros, que tiveram um aumento, neste ano, de 311% – a exemplo do que aconteceu com alguns bancos paulistas: 311% de aumento em sua rentabilidade, em sua lucratividade.

Enquanto isso, a população brasileira ainda tem a paciência de não bater panelas, de não trilhar o caminho do desespero do desemprego, o mesmo desemprego que, em um plano igualzinho a esse, o Sr. Cavallo, inspirado no FMI, fez baixar sobre a economia argentina. Também lá foi congelado o câmbio. Aqui, o Presidente do Banco Central queria que um real valesse dois dólares, e, assim, importaríamos barato e de tudo.

Naquele tempo, o que importava era importar, mas agora o Senhor Presidente da República diz: "ex-

portar ou morrer". Vejam que o Governo passou, nesses dois períodos presidenciais, de um extremo ao outro. No princípio, era importar ou morrer. Importar para achar os preços das mercadorias internas, para combater a inflação, para destruir o parque industrial brasileiro, para aumentar o desemprego e a oferta de mão-de-obra ser capaz de reduzir mais os salários dos trabalhadores. Importar era o que importava.

Agora, o Presidente da República declara: "exportar ou morrer". Virou tudo de cabeça para baixo, e eles continuam donos da verdade.

Durante a Idade Média, quando as taxas de juros eram tão elevadas que fizeram com que Tomás de Aquino afirmasse **pecunia pecuniam patere non potest**, ou seja, dinheiro não pode parir dinheiro, todas as forças da consciência se levantaram contra a agiotagem. Mas hoje, no Brasil, temos algo inédito na história econômica do mundo.

Se prêmios e medalhas fossem dados a quem criasse coisas originais, obviamente o medalhário do Presidente da República deveria conquistar mais uma medalha, mais uma condecoração, pois ninguém no mundo jamais colocou a taxa de juros a 49%. Renuncio ao meu mandato se alguém me trouxer um economista lúcido sequer que tenha proposto como solução para os problemas do capitalismo, em qualquer longitude do mundo, a elevação da taxa de juros. Os economistas são unâimes em dizer que a elevação da taxa de juros bloqueia os investimentos. Se os investimentos estão congelados, se a economia está engessada é porque aquela taxa de câmbio provocou a invasão das mercadorias externas na economia brasileira.

George W. Bush estabelece barreiras para nossas exportações. E nós, pensando que agimos de acordo com o neoliberalismo, abrimos as portas. Quando todos fecham, colocamos as taxas de juros nas grimpas de 49%. É impossível a qualquer atividade econômica sobreviver pagando esses juros absurdos, que, agora, vêm caindo, pouco a pouco, lentamente, esbarram nos 19%, mas ainda o mais alto do mundo.

Isso por quê? Porque existe uma bancocracia, porque os banqueiros lucram com o aumento da taxa de juros. Se houvesse trabalhadores ou pessoas que vissem o mundo com os olhos do trabalho, estariam, obviamente, preocupados com o aumento dos salários, com mais conquistas sociais para os trabalhadores. Mas quem está no comando são os representantes do capital financeiro internacional, da última etapa do capitalismo, o imperialismo financeiro, o mais

agressivo, o mais inútil, a mais destrutiva de todas as formas de capitalismo que a sua história já conheceu. Portanto, é óbvio que as lutas têm que aumentar. Mas essa cavalgada não pode ser eterna. Não sobrará pedra sobre pedra se esse processo tiver continuidade.

A Argentina já se desespera. Eu, modestamente, contribuí um pouquinho, pelo menos, para que não chegássemos à situação em que se encontra a Argentina. É que houve um projeto no Senado para criar o **curralito**. O Senador Júlio Campos, de Mato Grosso, sobrinho do Roberto Campos, fez um projeto para que no Brasil se instituíssem os depósitos bancários em dólar. Se o tivéssemos aprovado no Senado é evidente que, diante de qualquer ameaça futura de desvalorização da nossa moeda, estaríamos correndo para fazer depósitos em dólar. E os bancos não iam ficar com os dólares na gaveta. Obviamente esses dólares seriam utilizados pelo Banco Central, por meio do redesconto, ou, por qualquer outra forma, seriam destinados ao pagamento da dívida externa e às importações de mercadorias pagas em dólar.

Portanto, só nos livramos do **curralito** porque fui Relator desta proposta. Fui contrário a ela e sabia a grande ameaça que correríamos se instituíssemos esses depósitos em dólar, sobre os quais teve que ser dado o calote no povo argentino. Quem depositou em dólar não tinha mais dólar para receber. De modo que os depósitos em dólar, na Argentina, foram mais um pouco de lenha na fogueira em que ela se encontra.

Os problemas são muitos. Peço desculpas porque, primeiro, já são 13 horas. Para mim, às 13 horas e sem almoço, sem nada, é já um momento insuportável para a minha idade e o meu diabetes. Mas eu não poderia deixar de falar porque as oportunidades são raras.

Eu quis trazer esse problema, que é importíssimo, principalmente quando os Estados Unidos ameaçam 9 países do mundo com a guerra atômica. Os Estados Unidos, que já foram o centro de construção da democracia mundial, estão destruindo o sistema democrático, usando o medo e a repressão como formas de governo e jogando os direitos humanos no lixo.

Eu não poderia, portanto, calar-me diante de um quadro desses. Agradeço à Presidência pela paciência que teve em me escutar e por me permitir usar, e até abusar, do tempo que o Regimento Interno me confere.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Lauro Campos, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – De maneira alguma, Senador Lauro Campos. V. Ex^a sempre traz a todos nós temas importantes para o País e, principalmente, para o conhecimento da população brasileira.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a palavra pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Com a palavra o Senador Romero Jucá pela Liderança do Governo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, pedi a palavra porque quero prestar uma informação que considero extremamente relevante para a Casa, para os Senadores e para a imprensa.

A Comissão de Fiscalização e Controle, esta semana, aprovou um requerimento de convite para que o Dr. Agílio Monteiro, Superintendente da Polícia Federal, e os delegados responsáveis pelo inquérito que trata do caso Sudam e de todos os seus desdobramentos venham, em uma data a ser marcada, à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado para prestar esclarecimentos sobre a operação do Maranhão e o andamento do processo em outros Estados. O requerimento foi aprovado. Não fui subscritor porque não estava na sessão no momento de sua apresentação por sua autora, a Senadora Heloísa Helena. No entanto, quero corroborá-lo e colocar-me como subscritor.

O Sr. Aloysio Nunes, Ministro da Justiça, manteve contato com a Liderança do Governo para informar que o Dr. Agílio Monteiro, os delegados e toda a documentação necessária a qualquer tipo de esclarecimentos estão à disposição do Senado. O Delegado e o Superintendente da Polícia Federal poderão vir, se assim for a vontade da Comissão de Fiscalização e Controle, já na próxima quarta-feira. O Governo nada tem a esconder com relação à questão nem possui qualquer responsabilidade. A Polícia Federal cumpriu uma determinação constitucional, o que ficará esclarecido na audiência pública que considero extremamente importante.

Na audiência também poderá ser debatido e verificado o andamento do inquérito determinado pelo Ministro da Justiça para saber se houve vaza-

mento de informações, se a Polícia Federal agiu de forma incorreta, se houve abuso de autoridade ou qualquer outro tipo de procedimento que fira a legislação.

Portanto, quero deixar claro que o Governo prestará todas as informações necessárias e que um representante da Polícia Federal virá na quarta-feira para responder a qualquer indagação, demonstrando que não há nada de errado nesse processo de investigação, pelo menos no que diz respeito àquela instituição.

Considero extremamente importante esse gesto do Ministro Aloysis Nunes de se antecipar, determinando à Polícia Federal que viesse rapidamente. Portanto, além de louvar o gesto, reafirmo a importância dessa audiência na quarta-feira, para que não fiquem tentando caracterizar como de responsabilidade do Governo algumas ações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Seguindo a lista de oradores inscritos, com a palavra o Senador Freitas Neto, do PSDB do Piauí.

O SR. FREITAS NETO (Bloco/PSDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, chegando a esta Casa para representar o nosso Estado do Piauí, em fevereiro de 1995, o primeiro requerimento que apresentei infelizmente foi de pesar, porque, no dia 23 de março daquele ano, o Piauí perdia um dos seus grandes homens públicos, o então Prefeito de Teresina e saudoso professor Raimundo Wall Ferraz.

Naquele instante, defendendo e encaminhando o requerimento, alguns Senadores que conheciam a capacidade de Wall Ferraz e outros que puderam conviver com S. Ex^a na Câmara dos Deputados, onde atuou, também participaram do encaminhamento e da votação daquele requerimento.

Hoje, neste final de sessão, peço permissão para fazer um registro ainda sobre esse saudoso homem público. Exatamente nesta data, ele completaria 70 anos. Portanto, morreu muito cedo, depois de prestar relevantes serviços ao Piauí, principalmente à cidade de Teresina.

Wall Ferraz foi, inicialmente, professor secundário de História, na tradicional Escola Normal Antonino Freire, em Teresina; depois, de nível superior, na Escola Católica de Filosofia, e, posteriormente, da Universidade Federal do Piauí. Foi Vereador, Vice-Prefeito e Prefeito de Teresina, por três vezes. Exatamente quando exercia seu terceiro mandato, veio a falecer. Durante seu trajeto, marcou, indelevelmente, a vida pública da nossa capital. Em todas suas administrações, a marca da capacidade administrati-

va, competência e administração segura e honesta. A honestidade e a retidão de caráter fizeram com que ele fosse muito admirado nessa época em que o povo brasileiro deseja homens públicos honestos que possam exercer, com competência, a administração dos recursos públicos. Wall Ferraz fez isso por onde passou.

Outra marca muito acentuada em todas as suas administrações é que ele sempre deu prioridade à população mais carente da capital do Piauí. Hoje Teresina já reduziu a taxa de crescimento, mas, quando tive a honra de ser Prefeito, entre duas administrações de Wall Ferraz, possuía ela uma das maiores taxas de crescimento de todas as capitais do Nordeste. E com a população crescia os problemas, porque partia muitas vezes da questão da migração rural, dos nossos irmãos do interior do Piauí que, sem condições de manter a sua família, de poder viver dignamente no interior, procuravam a capital do Estado. De modo que Teresina tem e teve sempre muitos problemas nos seus bairros, nas suas vilas, e Wall Ferraz procurou sempre dar prioridade ao atendimento das populações mais carentes, mais necessitadas de nossa capital. Isso fez com que ele fosse muito admirado e muito querido pelo povo simples do nosso Piauí.

Deixou viúva Dona Eugenia Maria Parentes Fortes Ferraz, deixou três filhos, Luiz Eugenio, Eduardo e Rodrigo Ferraz, que foi vereador em Teresina e hoje é um competente Secretário Municipal da Criança e do Adolescente da administração do atual Prefeito, Firmino Filho, que foi Secretário de Finanças de Wall Ferraz e que procura seguir – e vem seguindo – na prefeitura aquela mesma linha de honestidade, de competência e de realmente gerenciar a sua administração voltada para a população mais carente de nosso Estado.

Em Teresina agora se vêem em **outdoors** manifestações ainda de saudade daquele grande líder que Teresina teve e não esquece. Como teresinense e piauiense que sou, eu gostaria de acentuar mais uma vez a personalidade de Wall Ferraz, que principalmente marcou e foi marcada pela fidelidade a suas convicções, sua integridade moral, e o grande amor que tinha à capital do Estado do Piauí. De modo que deixo nesta sessão o registro, como terezinense e como Senador representante de nosso Estado, da saudade que o Piauí todo sente ainda e vai sentir durante longos anos daquele que marcou a vida pública positiva do Piauí e de Terezina.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Os Srs. Senadores Lúcio Alcântara, Romero Jucá e Sérgio Machado enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art.203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE)

– Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs Senadores,: Acaba de ser lançado uma espécie de "mapa da preservação" da Amazônia. Trata-se da publicação *Biodiversidade na Amazônia Brasileira*, coordenado por diversas entidades ambientais, como o Instituto Socioambiental, o Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia, o Grupo de Trabalho Amazônico e outras instituições.

Esse mapa da biodiversidade era mais que necessário. Para se ter uma idéia, na década de 70 do século passado, havia apenas um único mapa que orientava a exploração econômica da região. Era o mapa das províncias minerais, do Projeto Radam Brasil.

Apesar de todos os avanços feitos em torno da necessidade de preservação da Amazônia, não se sabia exatamente o que preservar e onde se localizavam os sítios mais importantes do ponto de vista da biodiversidade.

Pensando nisso, seis organizações não-governamentais realizaram um seminário em Macapá, em 1999. Nesse seminário, duas centenas de especialistas analisaram cartas temáticas, localizaram as áreas prioritárias e verificaram quais já estão sob algum tipo de proteção.

Da discussão, foram apontadas 385 áreas prioritárias de biodiversidade na Amazônia. Áreas que merecem, mais que outras, uma maior atenção. Por incrível que pareça, apenas 8,5% da área da Amazônia estão sob algum tipo de resguardo. É verdade que, muitas vezes, essa proteção é apenas teórica. A sorte é que as áreas indígenas ocupam, pelo menos, 21% da região. Isso significa que, de um modo ou de outro, essas áreas estão a salvo da exploração predatória. Por outro lado, muitas dessas áreas se encontram também como áreas de proteção sob a tutela do Ibama.

Como uma das conclusões, o documento recomenda a criação de 80 novas unidades de conservação, um acréscimo significativo de 117% sobre as terras protegidas hoje.

Com essa mapa da biodiversidade, começa a ser superado o desconhecimento sobre a região. Pelos mapas traçados, pode-se identificar a verdadeira natureza da vegetação. Não é verdade, por exemplo, que toda a Amazônia seja composta de floresta tropical densa. Há consideráveis porções de savanas (cerrado), de matas de campinas, campos, etc.

Pelos mapas é possível visualizar, também, as áreas que foram alteradas pela ação humana, o que

dá uma idéia aproximada do grau de comprometimento da floresta.

Significativa é a seleção das áreas prioritárias de biodiversidade, ou seja, aquelas regiões sobre as quais os poderes públicos e as organizações governamentais devem se debruçar para proteger, para dirigir pesquisas, enfim, para usufruir dessa riqueza de maneira inteligente. Pois, para além das riquezas mais visíveis (madeira, minerais, terras para cultivo), ali se escondem os tesouros mais preciosos da vida e que poderão, uma vez realmente conhecidos, serem transformados numa infinidade de produtos e serviços destinados a atender toda a humanidade: medicamentos, tecnologias limpas, etc. Principalmente depois do avanço das pesquisas do genoma, são infinitas as possibilidades de pesquisas a serem realizadas ali.

Importante ressaltar que "preservação" não se pode confundir, nunca, com "intocabilidade". Com a publicação *Biodiversidade na Amazônia Brasileira*, poderemos fazer as escolhas mais adequadas de intervenção nessas áreas prioritárias.

Parabéns aos idealizadores e realizadores desse projeto extraordinário. Espero que nós legisladores possamos tirar grandes proveitos dessa informação especializada.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) –

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, após vários anos em que permaneceu negativa, a balança comercial brasileira dá sinais de que não apenas ficará firme no domínio positivo, mas também de que tende a crescer no futuro próximo. É uma perspectiva decisiva para a consolidação da estabilidade econômica do País, que não pode continuar na dependência somente da entrada de capital estrangeiro para fechar as contas nacionais. Precisamos exportar, e cada vez mais, mas precisamos também assegurar a continuidade dos saldos da balança comercial, e, como não podemos deixar de comprar artigos, sobretudo de alta tecnologia, que não produzimos, isso depende de haver quem compre nossos produtos.

O que os números finais e consolidados da balança comercial não mostram, no entanto, é a composição qualitativa de nossas exportações. Esse dado, porém, é vital para a compreensão da dinâmica de nossas relações comerciais com o resto do mundo, pois indica a direção que estão tomando — quero dizer, qualitativamente — tanto nossa oferta de artigos exportáveis quanto a demanda dos outros países por nossos produtos. Quanto mais diversificada for nossa

pauta de exportações, com mais itens de alto valor agregado, mais sólida será nossa posição no mercado globalizado, vez que estaremos menos dependentes do comportamento dos preços de umas poucas *commodities*.

Essa relevantíssima informação sobre a variedade de produtos de nossa pauta de exportação no ano de 2001 nos é fornecida por um livro, de edição primorosa, publicado pela Agência de Promoção de Exportações (Apex), da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Trata-se de um catálogo, intitulado *Made in Brazil*, cuja leitura serve para desmistificar a idéia de que o Brasil é, primordialmente, um exportador de produtos primários.

São tantas informações, e tão positivas, que a vontade nos vem de discorrer sobre todos os itens do catálogo, conferindo o justo crédito aos esforços dos empreendedores de todos os setores exportadores que ali figuram. Isso, porém, seria fazer uma enumeração enfadonha desta tribuna, o que acabaria por resultar no oposto daquela que é minha intenção: uma viva saudação às empresas brasileiras que conquistaram espaços no disputado mercado internacional.

Por isso, julguei melhor destacar alguns setores, de modo a, fazendo-os representar todos os outros, trazer ao conhecimento de meus Pares e da opinião pública do País a face positiva e produtiva da economia brasileira. Para fazer com alguma justiça essa escolha, resolvi classificar os diversos setores produtivos em cinco áreas, segundo um critério que julguei conveniente: indústria pesada, de base, de consumo, alimentar e de bens imateriais. Tenho certeza de que as Senhoras e os Senhores Senadores haverão de relevar o caráter um tanto arbitrário dessa classificação.

Na área da indústria pesada, inclui as subáreas de maquinaria industrial — isto é, de bens de capital — e de veículos. Na subárea de maquinaria, gostaria de destacar o setor de máquinas e motores, integrado por cerca de quatro mil empresas, de 26 segmentos, que exportam para mais de 50 países, incluindo os Estados Unidos, o Canadá, Japão e as principais nações da União Européia. Devem ser mencionadas as indústrias de máquinas agrícolas, para mineração e metalurgia, além de motores de combustão interna, bombas e compressores.

Já na subárea de veículos, meu destaque vai para os setores de veículos pesados e de aviões. Entre os veículos pesados que exportamos, contam-se os tratores de esteiras, as motoniveladoras, os compactadores de solo e as escavadeiras hidráulicas.

Trata-se de setor extremamente competitivo, com marcas tradicionais dos países mais avançados a disputar cada espaço comercial. No entanto, nossa indústria consegue exportar para 120 países, com destaque para os da América Latina e da Europa.

O caso dos aviões é de conhecimento mais generalizado, dada a enorme competência da Embraer, que a levou, recentemente, a uma disputa nos foros da Organização Mundial de Comércio contra a empresa canadense *Bombardier*, que, incapaz de levar vantagem nos aspectos técnicos, levantou acusações de *dumping*. Hoje, a Embraer mantém bases operacionais na Austrália, na China, em Cingapura, nos Estados Unidos e na França, sinal inequívoco de um grande parque de veículos já exportados para essas praças.

Na área das indústrias de base, por sua vez, inclui as subáreas da indústria mineral, da indústria química e da indústria de materiais de construção. Dentro os setores que operam com mineral bruto como insumo, escolhi a indústria siderúrgica, por ter sido vítima, recentemente, de mais uma barreira alfandegária *ad hoc* inventada pelo Governo americano, que contrariou sua conversa, tão intensa para uso externo, de livre-mercadismo. Pois o Brasil é o oitavo produtor mundial e o quarto exportador, vendendo principalmente semi-acabados — isto é, aços planos e perfis, exatamente os produtos visados pela decisão discricionária de George W. Bush.

Acontece que se trata de uma área, nos Estados Unidos, de elevada demanda por parte das indústrias de transformação situadas na sequência do processo industrial — ou *downstream* —, mas de baixa oferta no mercado interno deles, por questões de custos. Nossa indústria havia entrado nesse espaço de maneira tão sólida que veio a provocar essa violenta reação protecionista da parte da Casa Branca.

Na subárea da indústria química, o destaque vai para o setor de papel e celulose. Não é para menos: somos pioneiros mundiais na utilização de madeira de fibra curta para a produção de papel e celulose. Além disso, o setor pode hoje responder a qualquer questionamento de militantes ecológicos, pois trabalha exclusivamente com madeira oriunda de florestas plantadas sob rígidos critérios de manejo sustentável. Com mais de um milhão e meio de hectares de floresta plantada, o setor fez do Brasil o maior exportador mundial de celulose de fibra curta de eucalipto, com vendas para Estados Unidos, Japão e Europa.

Na subárea dos materiais de construção, minha escolha incidiu sobre a indústria de revestimento cerâmico. Nesse setor, o Brasil tem a liderança mundial

de certificações da norma ISO 13006, com mais de metade da produção nacional certificada. Produzimos mais de 430 milhões de metros quadrados de azulejos, pisos e pastilhas a cada ano. São produtos de alta qualidade e sofisticação, tanto que metade das exportações segue para mercados exigentes como os da Europa e dos Estados Unidos.

A área dos produtos de consumo abarca as subáreas de artigos de decoração, artigos femininos, vestuário, utensílios domésticos e eletroeletrônicos. Trata-se da área mais diversificada, e por isso tive de escolher um setor de ponta: o de equipamentos de computador — *hardware* —, da subárea dos eletroeletrônicos.

A razão dessa escolha é simples: o computador é o próprio símbolo da indústria do futuro, e o setor no Brasil vem ganhando competitividade, sobretudo nos subsetores de automação bancária e comercial, cuja produção tem hoje uma parte considerável exportada. Já exportamos também periféricos em geral, como monitores e impressoras, além de placas de memória.

Na área de alimentos, temos as subáreas de produtos vegetais, produtos animais e a indústria de doces. É uma área com muitos setores que demonstram a pujança da agroindústria brasileira. Gostaria, porém, de destacar um setor que, apesar de quase sinônimo de Brasil, representa, de fato, uma novidade: a produção de cafés especiais.

Sim, porque a produção brasileira, até alguns anos atrás, não tinha os controles rígidos de origem que fazem um café apreciado pelos consumidores mais sofisticados dos países ricos. A moda de lojas de café *gourmet* naqueles países criou um público exigente, que busca saber até em que tipo de solo foram cultivadas as plantas das quais se colheram os frutos para fazer a bebida. Pois hoje, além de ser o maior exportador de café em geral, o Brasil oferece também cafés especiais de alta qualidade, oriundos principalmente de Minas Gerais, que têm sido premiados em concursos da tradicional e sofisticada torrefadora italiana *Illycafé*.

Outro sucesso do setor cafeeiro é o café orgânico, produzido com técnicas naturais e adubo ecológico, único no mundo a receber o atestado do *Greenpeace*.

Quero encerrar este passeio pelos itens da pauta das exportações brasileiras mencionando as mercadorias que representam o máximo em termos de valor agregado: a indústria imaterial. Ela compreende, naquela minha classificação, duas subáreas, a saber: a da produção intelectual utilitária — isto é, inventos patenteáveis — e a da indústria cultural.

Na produção intelectual patenteável, o destaque fica com a criação e exportação de programas de computador — *software*. Assim como no *hardware*, a produção brasileira de programas tem seu ponto mais alto na automação bancária e comercial, além da segurança de redes, o que fez do País um dos dez líderes mundiais no setor.

Deixei para o fim a indústria cultural, Senhores Senadores, porque talvez seja a subárea em que o nome do País esteja mais fortemente marcado a cada vez que um estrangeiro consome um de nossos produtos. Os destaques vão, em primeiro lugar, para nossa música: desde os tempos das modinhas de Domingos Caldas Barbosa, ainda no século XIX, passando pelo maxixe, pela figura de Carmem Miranda, e pela bossa-nova, ela sempre encontrou receptividade na Europa, nos Estados Unidos e, mais recentemente, no Japão. Muitas vezes não temos idéia do quanto nossos músicos e compositores são queridos nessas plagas.

Hoje, porém, nossa indústria de dramaturgia gravada — cinema e televisão — tornou-se um sucesso mundial. O caso do folhetim televisivo *Escrava Isaura*, por exemplo, tornou-se emblemático: tendo caído no gosto de públicos tão heterogêneos e distantes do Brasil como o da China, o da Indonésia e o do Vietnã, fez da atriz Lucélia Santos uma celebridade mundial. Mais de 130 países já compram telenovelas brasileiras, e elas obtêm elevados índices de teleaudiência em todos eles.

Bem, Senhoras e Senhores Senadores, esta foi, como disse no início, uma rápida viagem pelos itens de nossa pauta de exportações que têm feito o superávit da balança comercial brasileira. A diversidade de setores mostra o quanto o País pode surpreender as pessoas que ainda acham que somos república bananeira, mera exportadora de *commodities* baratas. A realidade é bem outra, e o futuro promete ser ainda mais dinâmico.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PMDB – CE) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, dominada a grave crise energética, por nós intensamente vivida nos últimos meses, e retomados os estudos com vistas à transposição das águas que deverão contribuir para a superação em definitivo do déficit hídrico do Nordeste, venho a esta tribuna uma vez mais compartilhar algumas considerações acerca desta secular escassez.

Há pouco mais de cento e vinte anos, conta a História que o nosso Imperador Pedro II, impressionado com a seca que se abateu sobre o Nordeste em 1877, teria afirmado que "venderia até a última pedra da coroa, mas nenhum nordestino morreria de fome".

Todo esse tempo transcorrido, contudo, não foi o bastante para que superássemos as constantes tragédias que se repetem periodicamente, ao longo das sucessivas secas, ante os impotentes esforços para combatê-las, empreendidos das mais diversas formas, pelos mais variados governantes.

Mais de cento e vinte anos depois do flagelo que José do Patrocínio descreveu como "a tragédia da vergonha nacional", seguimos testemunhando a realidade de milhões de nordestinos lutando contra a fome. Inermes, vemo-nos repetidamente às voltas com esse problema absolutamente previsível, de causas conhecidas e de consequências esperadas.

Sabemos que a falta d'água é crônica, que o fenômeno da estiagem em largas proporções se repete em média três vezes a cada década.

Sabemos também que até hoje a questão vem sendo sempre enfrentada quase exclusivamente por seu ângulo emergencial e que tal assistencialismo, além de implicar elevados custos, não traz consigo nenhuma perspectiva de progresso, tampouco de participação ativa do indivíduo na sociedade, força motriz e circunstância geradora da sinergia indispensável para o exercício de uma cidadania digna.

Sabemos ainda que as tecnologias hoje disponíveis oferecem soluções capazes, quando adequadamente aplicadas, de garantir a convivência harmoniosa do homem com as mais adversas condições climáticas.

Decerto não podemos descurar das ações de emergência em socorro às populações vitimadas pelas calamidades da seca. Porém não é racional nem solidário deixarmos de adotar medidas para terminantemente evitar que se repitam.

Nas últimas décadas inúmeras obras de infra-estrutura foram iniciadas, num esforço para minorar a angústia dos que clamavam por alimentos e por emprego. A cada nova catástrofe, milhares de projetos proliferavam, sem que houvesse concatenação entre eles. Inexistia um mapeamento claro da situação quanto às alternativas de desenvolvimento integrado do ponto de vista de um planejamento agrícola, industrial, social, educacional e tecnológico para a região.

Enquanto isso, Israel plantava tomates em pleno deserto, e a Califórnia despontava como maior exportadora mundial de frutas.

Por aqui, só no ano de 1993, foram gastos 32 milhões de reais apenas com bolsas de trabalho e com carros-pipa.

Por aqui, em 1998, mais de 1300 municípios foram duramente castigados pela seca que atingiu quase dez milhões de pessoas.

Agora, estamos diante de dois problemas ainda mais graves: o primeiro diz respeito ao iminente colapso do abastecimento de água nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.

A demanda anual desses Estados é hoje da ordem de um bilhão e oitocentos metros cúbicos. A simples projeção deste valor para os próximos três anos nos aponta para uma demanda tendencial estimada em mais 31%, ou seja, um consumo de oitenta metros cúbicos por segundo, contra atuais cinqüenta e cinco.

Daí, a urgência absoluta em se aumentar a capacidade da oferta, razão pela qual se estudam as possibilidades de transposição das águas do São Francisco e do Tocantins, possibilidades estas cujas expectativas agora se elevam, com a recente obtenção, no final do mês passado, do financiamento de US\$800 bilhões, obtidos junto ao governo espanhol, destinados ao Ministério da Integração Nacional para esse fim.

O segundo problema reside na ameaça que já assola mais de 50% do território nordestino: o fenômeno da desertificação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, estamos falando de uma superfície superior a um milhão e meio de quilômetros quadrados.

Estudos realizados por centro de pesquisas da Universidade Federal do Piauí revelam que "a irrigação inadequada tornou estéreis 30% das áreas regadas artificialmente. Joga-se muita água em solos com baixa capacidade de absorção e não se estudam obras de drenagem".

Por outro lado, técnicos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais de São José dos Campos afirmam que pelo menos dois terços da área do Polígono das Secas podem tornar-se terras produtivas.

Sejam quais forem as soluções encontradas, uma coisa é certa: nada eficaz se poderá fazer sem a participação da sociedade. Indispensável é a ausculta e o debate junto à sociedade civil, por meio de seus canais e instâncias de participação representativa.

Assim, do exercício da criatividade e da ampla troca de idéias nas diversas órbitas da expressão democrática surgirão as alternativas capazes de enfrentar com êxito desafios desta magnitude.

Compete a nós, legisladores, bem como à comunidade em geral, às Organizações Não-Governamentais, aos conselhos de representação popular e, especialmente, ao cidadão consciente, o engajamento ativo na busca de soluções apropriadas.

Sanar os efeitos danosos da seca e até tirar proveito das características climáticas singulares do Nordeste é tarefa que nos compete realizar de vez por todas, a partir de um enfrentamento coerente que conjugue obstinada determinação política, criteriosa utilização dos meios científico-tecnológicos e planejamento estratégico adequado.

É preciso que substituamos a idéia de acabar com a seca pela idéia de conviver com ela. Temos de aprender com ela. Ao invés de remediar seus efeitos, temos de investir em pesquisa e tecnologia de ponta; em programas consistentes de longo prazo e na correta capacitação daqueles que vão executá-los.

Dentre as muitas coisas que temos a fazer, há que mudarmos a estrutura fundiária do Nordeste. Temos também de criar atrativos para que mais capital privado se fixe na região. Temos ainda de extirpar da mentalidade do nordestino a chamada "cultura da seca", para que esta dê lugar a um novo paradigma de organização e participação comunitária.

É imperioso que haja neste contexto o estímulo a uma postura participativa por parte das populações envolvidas. Cabe às esferas de governo propiciar que a representatividade social se exerça de forma ativa e reativa, em lugar da atitude passiva, até hoje alimentada pelo rescaldo de antigos padrões do clientelismo servil.

Não bastam, portanto, a vontade política e a adequada ação dos governos. Cumpre que se desenvolva uma efetiva mobilização social.

Ademais, havemos de priorizar a sustentabilidade, compatibilizando um equilibrado crescimento econômico com as vocações naturais da região.

Tenho me referido, em diversas oportunidades, à vantagem que levamos em comparação com as demais regiões semi-áridas do planeta. O clima semi-árido tropical do Nordeste proporciona alta luminosidade, calor constante e baixa umidade relativa do ar, o que, associado à irrigação, resulta em maior velocidade de crescimento das plantas, maior produtividade e menor incidência de pragas.

Experiências bem-sucedidas vêm sendo desenvolvidas com o emprego de diversificadas técnicas, com métodos de irrigação mais adequados, como é o caso do gotejamento, sistema pelo qual se injeta a água diretamente no sistema radicular da planta, especialmente indicado para as culturas de melão, uva e maracujá; ou a irrigação por macroaspersão, indicada para outras culturas.

A exploração do vasto potencial da região para a instalação de agroindústrias orientadas à fruticultura tende principalmente a potencializar a capacidade de

geração empregos. O investimento para se criar um emprego no setor de hortifruticultura é da ordem de seis mil dólares, quinze vezes menor do que o necessário para se criar um emprego na indústria automobilística, por exemplo.

As soluções de cunho estrutural passam necessariamente por toda uma revolução de conceitos, práticas e comportamentos. Envolve uma nova visão de mundo, ditada por uma nova ordem econômica e uma nova cultura organizacional.

No mundo globalizado em que vivemos, é mister que excedamos níveis de eficiência, de qualidade e produtividade mundiais cada vez maiores, sob pena de sentenciarmos nossos profissionais à obsolescência e nossas empresas à falencial perda de competitividade, subjugando assim nosso País à pior e mais insuportável dependência externa, pela falta do insumo mais estratégico no mundo de hoje: o conhecimento.

É fundamental que dominemos novas técnicas de manejo; que sejamos competentes para seguir adiante com idéias ousadas como a interligação e gestão integrada das principais bacias do semi-árido, de modo a otimizar o aproveitamento dos 87 bilhões de metros cúbicos de água por ano proveniente dos rios perenes. Devemos planejar o gerenciamento hidroambiental e de águas subterrâneas cujas reservas exploráveis se estimam em 200 bilhões de metros cúbicos anuais.

Enfim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, diante do tempo que urge, a nós compete, de mãos dadas com a cidadania, desenvolver um plano bem articulado que disponha das ferramentas capazes de nos adequar ao desafio que se nos defronta, ferramentas capazes de fornecer resposta imediata às exigências não só hídricas, mas também estruturais e de mobilização social, agora inadiáveis para o desenvolvimento da região, sob pena de pormos o Nordeste à margem da Federação brasileira. Pior que isso, sob pena de sermos vítimas de nosso próprio descaso, pois, como dizia o romancista nordestino Américo de Almeida, "Há uma tragédia maior que morrer de fome no deserto: é não ter o que comer na terra de Canaã".

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência dá por encerrada a presente sessão.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 13 minutos.)

(OS 11748/02)

**ATO DA COMISSÃO DIRETORA
Nº 005, DE 2002**

**Altera o Ato da Comissão
Diretora nº 19, de 2001.**

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE:

Art. 1º - O art. 2º do Ato da Comissão Diretora nº 19, de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - A celebração de convênios entre o Senado e as instituições de ensino superior sujeitam as partes às disposições da lei nº 8.666/93, da lei nº 6.494/77, do Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982, do Decreto nº 89.467, de 21 de março de 1984, da Portaria nº 8, de 23 de janeiro de 2001 do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e deste Ato.

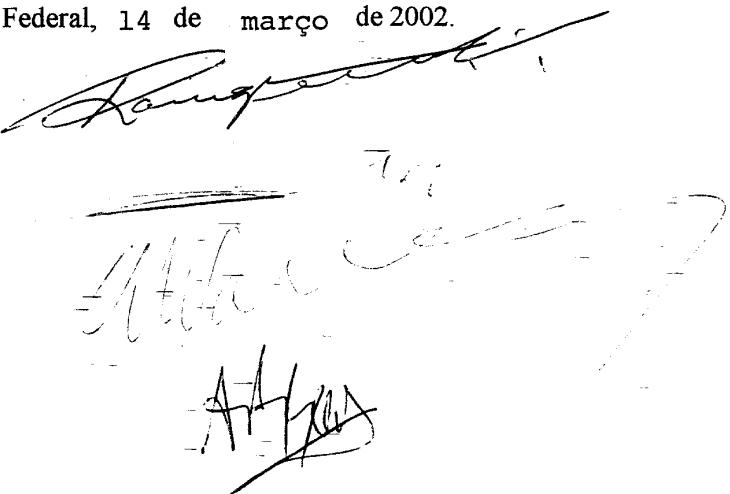
§ 1º - O Senado manterá seguro contra acidentes pessoais que tenha como causa direta o desempenho das atividades do estágio.

§ 2º - O número de estagiários não poderá ser superior a trinta por cento do total de cargos das categorias de nível superior.

§ 3º - O Órgão Central de Coordenação e Execução fixará o valor da bolsa de estágio.”

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de março de 2002.

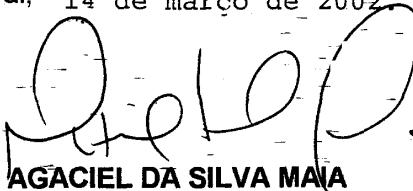


ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 293, 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas competências regulamentares,

RESOLVE designar o servidor **JOABSON MARTINS CAHÚ JÚNIOR**, matrícula 4116, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para exercer a Função Comissionada de Consultor Técnico, Símbolo FC-7, da Consultoria do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal, a partir de 08 de março de 2002.

Senado Federal, 14 de março de 2002



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 294, DE 2002

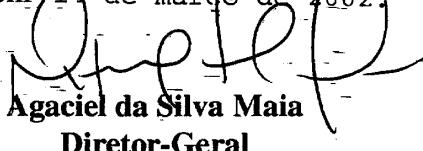
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, e o Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1995, em cumprimento ao disposto na Lei nº 10.331, de 2001, que fixou o índice geral de remuneração dos servidores públicos federais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Ficam atualizados em 3,5% (três vírgula cinco por cento) os valores das gratificações de que trata o Ato do Diretor-Geral nº 76, de 1996, e do teto das horas extras pagas pelo Senado Federal e seus Órgãos Supervisionados, estabelecido pelo Ato do Diretor-Geral nº 75, de 1996.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2002.

Senado Federal, em 14 de março de 2002.



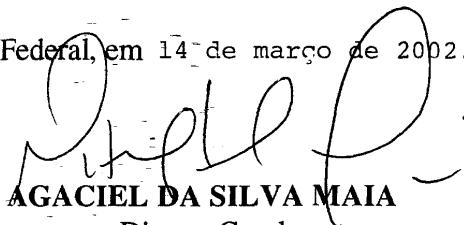
Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 295 , DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002852/02-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ELIANE FILINCOWSKY RIBEIRO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar - AP4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Serra.

Senado Federal, em 14 de março de 2002.

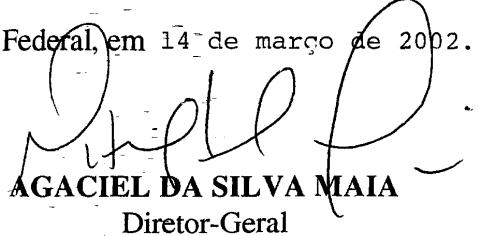

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 296 , DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002813/02-5,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUIZ ROBERTO DUARTE PRAES** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Francelino Pereira.

Senado Federal, em 14 de março de 2002.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 297, DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 002539/02-0,

RESOLVE dispensar o servidor ARVANDO FERREIRA DE RESENDE, matrícula 4649, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Administração, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete da Senadora Marluce Pinto, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 07 de março de 2002.

Senado Federal, 14 de março de 2002.



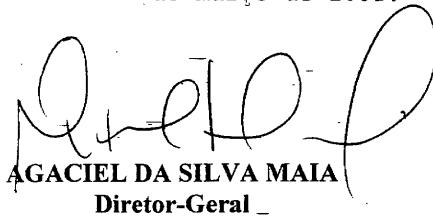
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 298, DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 002026/02-3,

RESOLVE dispensar o servidor MAURO DE ALENCAR DANTAS, matrícula 1227, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2, Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Antônio Carlos Valadares, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Roberto Saúlino Braga, com efeitos financeiros a partir de 01 de março de 2002.

Senado Federal, 14 de março de 2002.



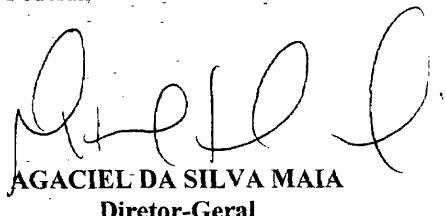
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 299, DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 002717/02-6,

RESOLVE dispensar o servidor MAURO WEINERT DE ABREU, matrícula 2669, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2, Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Antônio Carlos Júnior, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 11 de março de 2002.

Senado Federal, 14 de março de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 300, DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 002716/02-0,

RESOLVE dispensar a servidora ERIKA AMADO FREIRE, matrícula 4463, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2, Especialidade de Prócesso Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Antônio Carlos Júnior, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 11 de março de 2002.

Senado Federal, 14 de março de 2002.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 301, DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002900/02-5,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **FLÁVIA ROBERTA ROSALEN**, matrícula n.º 31693, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete da Quarta-Secretaria a partir de 09/03/2002.

Senado Federal, em 14 de março de 2002.

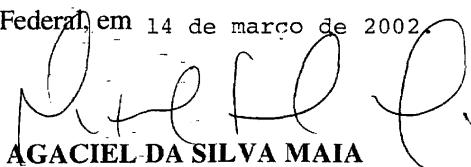

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL,
N.º 302, DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002891/02-6,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **GISELLE SILVA DE ARAÚJO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar - AP5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PFL.

Senado Federal, em 14 de março de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 303, DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 002731/02-9,

RESOLVE dispensar a servidora **MARIA SÔNIA TEIXEIRA PINHEIRO**, matrícula 3335, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Pessoal, Símbolo FC-6, da Secretaria de Recursos Humanos, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 11 de março de 2002.

Senado Federal, 14 de março de 2002.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(51^a LEGISLATURA)

	BAHIA		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	- Antonio Carlos Júnior	BLOCO	- Geraldo Melo (PSDB)
PFL	- Waldeck Ornelas	PFL	- José Agripino
PFL	- Paulo Souto	PTB	- Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO		SANTA CATARINA
BLOCO	- Artur da Távola (PSDB)	PMDB	- Casildo Maldaner
BLOCO	- Geraldo Cândido (PT)	PFL	- Geraldo Aluísio
	- Roberto Saturnino	BLOCO	- Ari Stadler (PPB)
	MARANHÃO		ALAGOAS
PFL	- Bello Parga	PMDB	Renan Calheiros
PFL	- Edison Lobão	BLOCO	- Teotônio Vilela Filho(PSDB)
PMDB	- João Alberto Souza	BLOCO	- Heloísa Helena (PT)
	PARÁ	PSB	- Antonio Carlos Valadares
PSB	- Ademir Andrade	BLOCO	- José Eduardo Dutra (PT)
PMDB	- Fernando Ribeiro	PFL	- Maria do Carmo Alves
BLOCO	- Luiz Otávio (PPB)		AMAZONAS
	PERNAMBUCO	PFL	- Bernardo Cabral
PTB	- Carlos Wilson	BLOCO	- Jefferson Péres (PDT)
BLOCO	- Roberto Freire (PPS)	PMDB	- Gilberto Mestrinho
PFL	- José Jorge		PARANÁ
	SÃO PAULO	BLOCO	- Osmar Dias (PDT)
BLOCO	- José Serra (PSDB)	PMDB	- Roberto Requião
PFL	- Romeu Tuma	BLOCO	- Álvaro Dias (PDT)
BLOCO	- Eduardo Suplicy (PT)		ACRE
	MINAS GERAIS	BLOCO	- Marina Silva (PT)
PFL	- Francelino Pereira	PMDB	- Nabor Júnior
PTB	- Arialdo Porto	BLOCO	- Tião Viana (PT)
PL	- José Alencar		MATO GROSSO DO SUL
	GOIÁS	BLOCO	- Lúdio Coelho (PSDB)
PMDB	- Mauro Miranda	PMDB	- Ramez Tebet
PMDB	- Iris Rezende	PMDB	- Juvêncio da Fonseca
PMDB	- Maguito Vilela		DISTRITO FEDERAL
	MATO GROSSO	PFL	- Lindberg Cury
PMDB	- Carlos Bezerra	BLOCO	- Lauro Campos (PDT)
PFL	- Jonas Pinheiro	PMDB	- Valmir Amaral
BLOCO	- Antero Paes de Barros (PSDB)		TOCANTINS
	RIO GRANDE DO SUL	PTB	- Carlos Patrocínio
BLOCO	- Emilia Fernandes (PT)	PFL	- Leomar Quintanilha
BLOCO	- José Fogaça (PRB)	BLOCO	Eduardo Siqueira Campos (PSDB)
PMDB	- Pedro Simon		AMAPÁ
	CEARÁ	PMDB	- Gilvam Borges
BLOCO	- Lúcio Alcântara (PSDB)	BLOCO	- Sebastião Rocha (PDT)
PMDB	- Sérgio Machado	PMDB	- José Sarney
BLOCO	- Luiz Pontes (PSDB)		RONDÔNIA
	PARAÍBA	BLOCO	- CHICO SARTORI (PSDB)
PTB	- Wellington Roberto	PFL	- Moreira Mendes
BLOCO	- Ronaldo Cunha Lima (PSDB)	PMDB	- Amir Lando
PMDB	- Robinson Viana		RORAIMA
	ESPIRITO SANTO	PMDB	- Marluce Pinto
PMDB	- Gerson Camata	BLOCO	- Romero Jucá (PSDB)
BLOCO	- Ricardo Santos(PSDB)	PFL	- Mozarildo Cavalcanti
PSB	- Paulo Hartung		
	PIAUÍ		
BLOCO	- Freitas Neto (PSDB)		
BLOCO	- Benício Sampaio (PPB)		
PMDB	- Alberto Silva		

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

Presidente: Senador Jefferson Péres¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado JUTAHY JÚNIOR (Bloco PSDB/PTB-BA) Telefones: 318-8221 e 318-7167/8224	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL) Telefones: 311-2261/2262 e 311-3051/3052
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado WALTER PINHEIRO (PT-BA) Telefones: 318-5274 e 318-5170	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco PT/PDT/PPS-SE) Telefones: 311-2391/2397 e 311-3191/3192
<u>PRESIDENTE</u> <u>DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado HÉLIO COSTA (PMDB-MG) Telefones: 318-5206 e 318-6992/6997	<u>PRESIDENTE</u> <u>DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES</u> <u>E DEFESA NACIONAL</u> Senador JEFFERSON PÉRES (Bloco PT/PDT/PPS-AM) Telefones: 311-2063/2065 e 311-3259/3496

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

¹ Eleito na 1ª Reunião do Órgão, realizada em 15.8.2001, às 17h.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

1º Eleição Geral: 19.04.1995
2º Eleição Geral: 30.06.1999
3º Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca²
Vice-Presidente: Senador Geraldo Althoff

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca ³	MS	1128	1. Renan Calheiros	AL	2261
Carlos Bezerra	MT	2291	2. (vago) ⁴		
Casildo Maldaner	SC	2141	3. Marluce Pinto	RR	1301
João Alberto Souza	MA	4073	4. Gilvam Borges	AP	2151
Nabor Júnior	AC	1478	5. Gerson Camata	ES	3203
PFL					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Geraldo Althoff	SC	2041	1. Carlos Patrocínio (PTB) ⁵	TO	4058
Moreira Mendes	RO	2231	2. (vago) ⁶		
Bello Parga	MA	3069	3. Mozarildo Cavalcanti	RR	1160
Waldeck Ornelas	BA	2211	4. Jonas Pinheiro	MT	2271
Bloco (PSDB/PPB)⁷					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	1248	1. Freitas Neto (PSDB) ⁸	PI	2131
Ricardo Santos (PSDB)	ES	2022	2. Romero Jucá (PSDB) ⁹	RR	2111
Leomar Quintanilha (PFL) ⁹	TO	2071	3. Luiz Pontes (PSDB) ¹⁰	CE	3242
Bloco Parlamentar de Oposição (PT/PDT/PPS)¹¹					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Heloísa Helena (PT)	AL	3197	1. Marina Silva (PT)	AC	2183
Jefferson Péres (PDT)	AM	2061	2. Paulo Hartung (PSB) ¹²	ES	1129
PSB					
Titular	UF	Ramal	Suplente	UF	Ramal
Roberto Saturnino	RJ	4229	1. Ademir Andrade	PA	2101

Senador Romeu Tuma – Corregedor do Senado (PFL/SP) – Ramal 2051
(Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)

Telefones: 311-4561 e 311-3265

² Em 27.6.2001, na 14^a Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em sua nova composição, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente os Senadores Gilberto Mestrinho e Geraldo Althoff respectivamente (DSF de 29.6.2001). Em 13.8.2001, o Senador Gilberto Mestrinho licenciou-se do mandato, para tratamento de saúde, tendo assumido, interinamente, a Presidência do Conselho o seu Vice-Presidente, Senador Geraldo Althoff. Na Sessão Ordinária de 5.9.2001, o Senador Gilberto Mestrinho comunicou sua renúncia às funções de Presidente e membro do Conselho (DSF de 6.9.2001). Em 13.9.2001, na 18^a Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, foi eleito Presidente o Senador Juvêncio da Fonseca.

³ Eleito membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar na Sessão Ordinária de 5.9.2001, em face da renúncia do Senador Gilberto Mestrinho às funções de Presidente e membro do Conselho, anunciada na mesma sessão (DSF de 6.9.2001).

⁴ Vaga ocupada pelo Senador Ney Suassuna até 14.11.2001, quando comunicou, em Plenário, o seu afastamento do mandato de Senador, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Integração Nacional (DSF de 15.11.2001).

⁵ Comunicação de filiação ao PTB lida na Sessão do SF de 27.9.2001 (DSF de 28.9.2001).

⁶ Vaga ocupada pelo Senador Freitas Neto até 20.11.2001, quando comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho pelo PFL (DSF de 21.11.2001), tendo em vista sua filiação ao PSD, anunciada na Sessão do SF de 9.10.2001 (DSF de 10.10.2001). Na mesma Sessão do SF de 20.11.2001, foi eleito membro suplente do Conselho na vaga do PSD.

⁷ Comunicação de formação do Bloco feita na Sessão do SF de 15.3.2001 (DSF de 16.3.2001).

⁸ Eleito na Sessão do SF de 20.11.2001 (DSF de 21.11.2001) para a vaga deixada pelo Senador Geraldo Melo, que, em 6.11.2001, comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho (DSF de 7.11.2001).

⁹ Comunicação de filiação ao PFL lida na Sessão do SF de 10.10.2001 (DSF de 11.10.2001).

¹⁰ Eleito na Sessão do SF de 20.11.2001 (DSF de 21.11.2001) para a vaga deixada pelo Senador Sérgio Machado, que, em 8.11.2001, comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho (DSF de 9.11.2001), tendo em vista sua filiação ao PMDB, anunciada na Sessão do SF de 3.10.2001 (DSF de 4.10.2001).

¹¹ Comunicação de retorno do PPS ao Bloco Parlamentar de Oposição lida na Sessão do SF de 12.2.2001 (DSF de 13.2.2001).

¹² Comunicação de filiação ao PSB lida na Sessão do SF de 8.10.2001 (DSF de 9.10.2001).

**SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3488 – 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

Chefe: WILL DE MOURA WANDERLEY
Ramais: 3623 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA RAMOS CALIÃO (Ramal 3514)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3511)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - Fax: 3512

Secretários: MARIA DE FÁTIMA MAIA DE OLIVEIRA (Ramal: 3520)
HERMES PINTO GOMES (Ramal: 3502)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
MARIA CONSUELO DE CASTRO SOUZA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

Ramais: 4605 - Fax: 4344

Secretários: **CAE** - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 4605)
CAS - EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA - (Ramal: 4608)
CCJ - GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4354)
CRE - MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO (Ramal: 4777)

COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: LÚCIO ALCÂNTARA
Vice-Presidente: CARLOS BEZERRA
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 - Pedro Simon	RS	3230/3232
Carlos Bezerra	MT	2291/2297	2 - Iris Rezende	GO	2032/39
Casildo Maldaner	SC	2141/46	3 - Mauro Miranda	MS	2221/2227
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	4 - Sérgio Machado	CE	2281/2285
João Alberto Souza	MA	4073/4074	5 - Renan Calheiros	AL	5151
Vago			6 - Gerson Camata	ES	3203/3204
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 - Roberto Requião	PR	2401/2407
Robinson Viana	PB	4345/4346	8 - Vago		
Wellington Roberto (2)	PB	3194/3195	9 - Marluce Pinto	RR	2401/2407

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira	MG	2411/2417	1 - Jorge Bornhausen (3)	SC	4200/4206
José Agripino	RN	2361/2367	2 - Vago (1)		
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272	3 - Moreira Mendes	RO	2231/2237
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	4 - Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Paulo Souto	BA	3173/3175	5 - Romeu Tuma	SP	2051/57
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	6 - Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Bello Parga	MA	3069/3072	7 - José Jorge	PE	1284/3245

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 - José Serra	SP	2351/2352
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	2 - Geraldo Melo	RN	2371/2377
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	3 - Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Romero Jucá	RR	2111/2117	4 - Luiz Pontes	CE	3242/3243
Ricardo Santos	ES	2022/2024	5 - Ari Stadler	SC	4200/4206

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	3213/3215	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloísa Helena	AL	3197/3199	2 - Paulo Hartung (cessão)	ES	1031/1231
Lauro Campos	DF	2341/2347	3 - Roberto Freire	PE	2161/2164
José Fogaça	RS	1207/1607	4 - Jefferson Peres	AM	2061/2063

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Roberto Saturnino (4)	RJ	4229/4230	1 - Ademir Andrade	PA	2101/2109

PTB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Fernando Bezerra	RN	2461/2464	1 - Arlindo Porto	MG	2321/2327

(1) Em virtude da renúncia do Senador Hugo Napoleão, publicada no DSF de 21/11/2001

(2) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(3) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

(4) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas

Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Rennião: 311-32 55

Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br Atualizada em : 14/03/2002.

**1.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
SUBCOMISSÃO DE TURISMO**

**PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
VICE-PRESIDENTE: WELLINGTON ROBERTO
(05 TITULARES E 05 SUPLENTES)**

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
GILVAM BORGES	AP-2151/2152 1-ROBERTO REQUIÃO
WELLINGTON ROBERTO (3)	PB-3194/3195 2-IRIS REZENDE
TITULARES	SUPLENTES
PFL	
MOREIRA MENDES	RO-2231/33 1-PAULO SOUTO
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PSDB/PPB	
GERALDO MELO (2)	RN-2371/2372 1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO OPOSIÇÃO / PTB	
PAULO HARTUNG (1)	ES-1031/1129 1-ARLINDO PORTO
ORIGEM: REQUERIMENTO N º 07-CAE/2001	MG-2321/2322
REUNIÕES:	SALA N º 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO:	■ - SALA DE REUNIÕES: 311-3255
■ - SECRETARIA: 311-3516/4605	E-MAIL: dirceuv@senado.gov.br
FAX: 311-4344	ATUALIZADA EM: 22.02.2002

- (1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 05.10.2001, passando a membro suplente da Comissão, por cessão, em 10.10.2001.
 (2) Passou a membro suplente na Comissão, em 17.10.2001.
 (3) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

Presidente: ROMEU TUMA

Vice-Presidente: MARINA SILVA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016	1 – Amir Lando	RO	3130/3132
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Marluce Pinto	RO	1301/4062	3 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Mauro Miranda	GO	2091/2097	4 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Fernando Ribeiro	PA	1049
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	6 – Vago		
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 – Vago		
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Vago		
João Alberto Souza	MA	4073/4074	9 – Vago		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2051/2057	1 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Jonas Pinheiro	MT	2271/2277	2 – Paulo Souto	BA	3173/3175
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – José Agripino	RN	2361/2367
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	4 – Vago		
Moreira Mendes	RO	2231/2237	5 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 – José Coelho (1)	PE	1284/3245
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	7 – Vago		
Lindberg Cury	DF	2011/2017	8 – Vago		

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Artur da Távola	RJ	2431/2432	Romero Jucá	RR	2111/2117
Benício Sampaio	PI	3085/3086	Luiz Otávio	PA	1027/4393
Luiz Pontes	CE	3242/3243	Geraldo Melo	RN	2371/2377
Chico Sartori	RO	2251/2258	Teotonio Vilela Filho	AL	4093/4095
Ari Stadler	SC	4200/4206	Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Ricardo Santos	ES	2022/2024	Lúdio Coelho	MS	2381/2387

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Emilia Fernandes	RS	2331/2337	1 – Geraldo Cândido	RJ	2171/2177
Lauro Campos	DF	2341/2347	2 – Heloísa Helena	AL	3197/99
Marina Silva	AC	2181/2187	3 – Jefferson Peres	AM	2061/2067
Sebastião Rocha	AP	2241/2247	4 – Osmar Dias	PR	2121/2125
Tião Viana	AC	3038/3493	5 – Roberto Freire	PE	2161/2164

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Vago		

(1) Deixou o exercício do mandato, em virtude da reassunção do Titular em 11/03/2002.

**2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATORA:**

PMDB

**VAGO
VAGO**

PFL

**VAGO
VAGO**

BLOCO PSDB/PPB

**VAGO
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS)
VAGO
VAGO**

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (1)
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
RELATOR: SENADOR SEBASTIÃO ROCHA**

PMDB	
JUVÊNCIO DA FONSECA	MT – 1128/1129
MARLUCE PINTO	RR – 1301/4062
PEL	
GERALDO ALTHOFF	SC – 2041/2047
WALDECK ORNELAS	BA – 2211/2217
BLOCO PSDB/PPB	
LEOMAR QUINTANILHA (PPB) (1)	TO – 2071/2072
Vaga cedida ao Bloco PT/PDT/PPS	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
SEBASTIÃO ROCHA (PDT)	AP – 2241/2247
TIÃO VIANA	AC – 3038/3493

(1) Desfiliou-se do PPB, sendo indicado membro titular da Comissão pelo PFL, em 18/10/2001.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**DESIGNADA EM: 06/10/1999
ATUALIZADA EM: 03/05/2001**

**2.3) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA SAÚDE**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

PMDB

VAGO
VAGO
VAGO

PFL

VAGO
VAGO

BLOCO PSDB/PPB

VAGO
VAGO

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS)

VAGO
VAGO

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@scnado.gov.br
REUNIÕES: SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM:

ATUALIZADA EM:

**2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DE MORADIA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

PMDB

**VAGO
VAGO
VAGO**

PFL

**VAGO
VAGO**

BLOCO PSDB/PPB

**VAGO
VAGO**

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS)

**VAGO
VAGO**

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM:

ATUALIZADA EM:

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

Presidente: BERNARDO CABRAL

Vice-Presidente: OSMAR DIAS

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gerson Camata	ES	3203/3204	1 – Marluce Pinto	RR	1301/4062
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 – Casildo Maldaner	SC	2141/2146
Irie Rezende	GO	2032/39	3 – Wellington Roberto (1)	PB	3194/95
Sérgio Machado	CE	2281/2285	4 – João Alberto Souza	MA	4073/4074
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Amir Lando	RO	3130/3132	6 – Vago		
Roberto Requião	PR	2401/2407	7 – Vago		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	1 – Jorge Bornhausen (2)	SC	4200/4206
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	2 – Moreira Mendes	RO	2231/2237
Francelino Pereira	MG	2411/17	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
Bello Parga	MA	3069/3072	4 – José Agripino	RN	2361/2667
Maria do Carmo Alves	SE	4055/57	5 – José Jorge	PE	1284/3245
Romeu Tuma	SP	2051/2057	6 – Leomar Quintanilha	TO	2071/2072

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	José Serra	SP	2351/2352
Luiz Otávio	PA	1027/4393	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Luiz Pontes	CE	3242/3243	Bonício Sampaio	PI	3085/3086
Freitas Neto	PI	2131/2137	Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117	Ari Stadler	SC	4200/4206

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
José Eduardo Dutra	SE	2391/2397	2 – Marina Silva	AC	2181/2187
Roberto Freire	PE	2161/2164	3 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
Osmar Dias	PR	2121/2125	4 – José Fogaça	RS	1207/1607

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Paulo Hartung	ES	1031/1231

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

Reuniões: Quartas-feiras às 10:00 horas

Secretaria: Gildete Leite de Melo

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: gildete@senado.gov.br

Atualizada em 14/03/2002

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:
(7 TITULARES E 7 SUPLENTES)**

TITULARES

PMDB - 3

SUPLENTES

PFL - 2

BLOCO PSDB/PPB - 1

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS) - 1

SECRETÁRIA: GILDETE LEITE DE MELO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541

FAX: 311-4315

E-MAIL- gildete@senado.gov.br

Criada **Conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, nos termos do Art. 73, do RISF.**
Aprovado em 15/12/1999.

- **Retirada as indicações pelas Lideranças**
- **em 6 e 13.9.2000.**

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE
Presidente: RICARDO SANTOS
Vice-Presidente: MOREIRA MENDES
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	2 – Pedro Simon	RS	3230/3232
Gerson Camata	ES	3203/3204	3 – Robinson Viana	PB	4345/4346
Gilvam Borges	AP	2151/2157	4 – Sérgio Machado	CE	2281/2285
Marluce Pinto	RR	1301/4062	5 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Nabor Júnior	AC	1478/4619	6 – Maguito Vilela	GO	3149/50
José Sarney	AP	3429/3430	7 – Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Vago		
Vago			9 – Vago		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	1 – Lindberg Cury	DF	2011/2017
Moreira Mendes	RO	2231/2237	2 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	4 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
José Jorge	PE	1284/3245	5 – Romeu Tuma	SP	2051/2057
Maria do Carmo Alves (Vaga cedida ao PTB)	SE	4055/4057	6 - Maria do Carmo Alves 7 – Antonio Carlos Júnior	SE	4055/4057
				BA	2191/2196

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 – Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Artur da Távola	RJ	2431/2432	2 – Lúdio Coelho	MS	2381/2387
Ricardo Santos	ES	2022/2024	3 – Chico Sartori	RO	2251/2258
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	4 – Romero Jucá	RR	2111/2117
Benício Sampaio	PI	3085/3086	5 – Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Luiz Pontes	CE	3242/3243	6 – Luiz Otávio	PA	1027/4393

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 – Lauro Campos	DF	2341/2347
Emilia Fernandes	RS	2331/2337	2 – Geraldo Cândido	RJ	2117/2177
Marina Silva	AC	2181/2187	3 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
Álvaro Dias	PR	3206/3207	4 - Tião Viana	AC	3038/3493

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Paulo Hartung	ES	1031/1129	1 – Roberto Saturnino (1)	RJ	4229/4230

PTB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Arlindo Porto (por cessão do PFL)	MG	2321/2327			

(1) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

Reuniões: Quintas-feiras às 14:00 horas
 Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares
 Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-32/6
 FAX: 311-3121

Atualizado: 14/03/2002

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

**PRESIDENTE:
(09 TITULARES)**

TITULARES

PMDB

**VAGO
VAGO
VAGO**

PFL

**VAGO
VAGO**

BLOCO PSDB/PPB

**VAGO
VAGO**

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS)

**VAGO
VAGO**

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

ATUALIZADA EM:

4.2) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PRESIDENTE: FREITAS NETO
VICE-PRESIDENTE: SATURNINO BRAGA

COMPOSIÇÃO: 12 TITULARES E 12 SUPLENTES

TITULARES		SUPLENTES	
		PMDB	
JOSÉ FOGAÇA (2)	RS-1207/1607	1-VALMIR AMARAL	DF-1962
GERSON CAMATA	ES-3203/04	2-NABOR JÚNIOR	AC-1478/4619
PEDRO SIMON	RS-3232	3-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-3015/16	4-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
		PFL	
VAGO		1-GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-VAGO	
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	3-ROMEU TUMA	SP-2051/57
		BLOCO (PSDB/PPB)	
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	1-VAGO	
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	2-VAGO (1)	
		BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)	
GERALDO CANDIDO (PT)	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPILCY (PT)	SP-3213/15
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/37	2-MARINA SILVA	AC-2182/84
		PSB	
ROBERTO SATURNINO (3)	RJ-4229/30	VAGO	

(1) Em virtude da reassunção do Senador Artur da Távola, em 25/09/2001.

(2) Desfilou-se do PMDB, em 01.10.2001, filiando-se ao PPS, sendo substituído na Comissão pelo Senador Sérgio Machado, em 10/10/2001.

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 06/03/2002

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

Presidente: JEFFERSON PÉRES

Vice-Presidente: VAGO

(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Iris Rezende	GO	2032/2039	2 – Fernando Ribeiro	PA	1049
João Alberto Souza	MA	4073/4074	3 – Pedro Simon	RS	3230/3232
José Sarney	AP	3429/3430	4 – Roberto Requião	PR	2401/2407
Sérgio Machado	CE	2281/2285	5 – Wellington Roberto (2)	PB	3194/3195
Valmir Amaral	DF	1964/1965	6 – Nabor Júnior	AC	1478/4619

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Vago (1)			1 – Jorge Bornhausen (3)	SC	4200/4206
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	2 – Bello Parga	MA	3069/3072
Romeu Tuma	SP	2051/2057	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
José Agripíno	RN	2361/2367	4 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Jose Coelho (5)	PE	1284/3245	5 – Paulo Souto	BA	3173/3175

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Melo	RN	2371/2377	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
José Serra	SP	2351/2352	Freitas Neto	PI	2131/2137
Arl Stadler	SC	4200/4206	Lulz Otávio	PA	1027/4393

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido	RJ	2117/2177	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
Jefferson Peres	AM	2061/2067	2 – Emilia Fernandes	RS	2331/2337
Tião Viana	AC	3038/3493	3 – Álvaro Dias	PR	3206/3207

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino (4)	RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Em virtude da renúncia do Senador Hugo Napoleão, publicada no DSF de 21/11/2001

(2) Comunicação de filiação ao PTD publicada no DSF de 23/02/2002

(3) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

(4) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

(5) Deixou o exercício do mandato, em virtude da reassunção do Titular em 11/03/2002.

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas

Secretário: Maria Lúcia Ferreira de Melo

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

Atualizada em :14/03/2002

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

Presidente: ALBERTO SILVA
Vice-Presidente: LÚDIO COELHO
(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – VAGO		
Fernando Ribeiro	PA	2441/2447	2 – Iris Rezende	GO	2032/2039
Mauro Miranda	GO	2091/2097	3 – Gerson Camata	ES	3203/3204
Nabor Júnior	AC	1478/4619	4 – Robinson Viana	PB	4345/4346
Roberto Requião	PR	2401/2407	5 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Marluce Pinto	RR	1101/1201	6 – Wellington Roberto (4)	PB	3139/3141
Valmir Amaral	DF	1961/1066	7 – Maguito Vilela	GO	1132/1332

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2052/2053	1 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
Paulo Souto	BA	3173/3175	2 – Vago (3)		
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	3 – Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057
José Jorge	PE	1284/3245	4 – Vago (2)		
Arlindo Porto (Cessão ao PTB)	MG	2321/2327	5 – Carlos Patrocínio (Cessão ao PTB)	TO	4058/4068
Lindberg Cury	DF	2011/2017	6 – Vago		

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	1 – Chico Sartori	RO	2251/2258
José Serra	SP	2351/2352	2 – Benício Sampaio	PI	3085/3086
Teotonio Vilela Filho	AL	4093/4095	3 – Luiz Pontes	CE	3242/3243
Luiz Otávio	PA	3050/3093	4 – Ari Stadler	SC	4200/4206
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	5 – Romero Jucá	RR	2111/2119

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido (PT)	RJ	2117/2177	1 – Emilia Fernandes (PT)	RS	2331/2337
Heloisa Helena (PT)	AL	3197/1508	2 – Sebastião Rocha (PDT)	AP	2242/2243
José Eduardo Dutra (PT)	SE	2391/2397	3 – Lauro Campos (PDT)	DF	2341/2347
Paulo Hartung (PSB) (1)	ES	1129/7020	4 – Tião Viana (PT)	AC	3038/3493

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Roberto Saturnino (5)	RJ	4229/4230

(1) Desfiliou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 05.10.2001

(2) Em virtude da desfiliação do Senador Eduardo Siqueira Campos do PFL, tendo filiando-se ao PSDB, em 05.10.2001

(3) Em virtude da renúncia do Senador Hugo Napoleão, publicada no DSF de 21/11/2001

(4) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(5) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas (Ata publicada no DSF, de 12.09.97, páginas 18655/6)

Reuniões: Terças-feiras às 14:00 horas (Regimento Interno)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607/4354

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

6.1) – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ANALISAR ACIDENTES QUE ACARRETEM DANOS AO MEIO AMBIENTE.

PRESIDENTE:

RELATOR:

COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
	PMDB
VAGO	1- VAGO
VAGO	2- VAGO
VAGO	3- VAGO
	PFL
VAGO	1- VAGO
VAGO	2 – VAGO
	BLOCO PSDB/PPB
VAGO	1- VAGO
	BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)
VAGO	1- VAGO

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

SALA N° 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292

ATUALIZADA EM:

6.2) – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ANALISAR ACIDENTE COM A PLATAFORMA P-36 DA PETROBRÁS OCORRIDO NA BACIA DE CAMPOS

**PRESIDENTE: SENADOR GERALDO CÂNDIDO
RELATOR: SENADOR VALMIR AMARAL**

COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
		PMDB	
ALBERTO SILVA	PI-3055/3057	1- IRIS REZENDE	GO-2032/2039
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407	2- VALMIR AMARAL	DF-1961/1966
GERSON CAMATA	ES-3203/3204	3- GILBERTO MESTRINHO	AM-3104/3106
		PFL	
PAULO SOUTO	BA-3173/3175	1- MARIA DO CARMO ALVES	SE-1306/4659
JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277	2- VAGO	
		BLOCO PSDB/PPB	
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/4095	1- LUIZ OTÁVIO	PA-3050/3093
		BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	
GERALDO CÂNDIDO (PT)	RJ-2171/2177	1- ROBERTO SATURNINO (1)	RJ-4229/4230

(1) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
SALA Nº 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607
FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292
ATUALIZADA EM: 06/03/2002

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CFC

Presidente: AMIR LANDO
Vice-Presidente: JONAS PINHEIRO
 (17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Robinson Viana	PB	4345/4346	2 – Luiz Otávio (Cessão) (1)	PA	1027/4393
Juvêncio da Fonseca	MS	3015/3016	3 – Wellington Roberto (2)	PB	3139/3141
Fernando Ribeiro	PA	1049			
Valmir Amaral	DF	1961/1966			
Amir Lando	RO	3130/3132			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	1 – Bello Parga	MA	3069/3072
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	2 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Moreira Mendes	RO	2231/2237			
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272			

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	1 – Freitas Neto	PI	2131/2137
Chico Sartori	RO	2251/2258	2 – Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117			

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloísa Helena	AL	3197/3199			
Jefferson Peres	AM	2061/2067			

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino (3)	RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Filiou-se ao PPB.

(2) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

Atualizada em : 14/03/2002

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO DESTINADA A ANALISAR O DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA NO PROCESSO EM QUE FIGURAM COMO PARTES O BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - BNB E A EMPRESA AGROINDUSTRIAL E REFLORESTADORA - S/A - ARISA.

**PRESIDENTE: SENADOR ALBERTO SILVA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
(05 TITULARES E 03 SUPLENTES)**

TITULARES	SUPLENTES
	PMDB
ALBERTO SILVA	PI-3055/57 1-WELLINGTON ROBERTO (3) PB-3194/95
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393
	PFL
MOREIRA MENDES	RO-2231/37 1-FREITAS NETO (1) PI-2131/37
	BLOCO (PSDB/PPB)
VAGO (4)	1-RICARDO SANTOS ES-2022/24
	BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)
JEFFERSON PERES	AM-2061/67

(1) Desfiliou-se do PFL, filiando-se ao PSDB, sendo substituído na Comissão pelo Senador Jonas Pinheiro, em 10/10/2001, e designado membro suplente, pelo Bloco PSDB/PPB, em 17/10/2001.

(2) Filiou-se ao PPB.

(3) Substituído na Comissão pelo Senador Amir Lando, em 21/11/2001.

(4) Nos termos do Ata nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda do mandato do Senador Fernando Matusalém, pela representação do Estado de Rondônia (Publicado no DSF, de 06/03/2002)

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

Fax 311-1060

**ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254
Email: jcarvalho@sgmsleg.senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 05/03/2002**

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

Presidente: Senador Roberto Requião
 Vice-Presidente: Deputado Ney Lopes
 Secretário-Geral: Deputado Feu Rosa
 Secretaria-Geral Adjunta: Senadora Emilia Fernandes
 (18 Titulares e 18 Suplentes)

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTES				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
ROBERTO REQUIÃO	PR	***09	311 2401	323 4198	1. PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3232	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	###15	224-5884	323 4063	2. AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
JOSE FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223-6191	3. MARLUCE PINTO	RR	**8s	311 1301	225 7441
PFL									
JORGE BORNHAUSEN (1)	SC	** 04	311 4206	323 5470	1. WALDECK ORNELAS	BA	# 13	311 2211	323-4592
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	2. JOSE COELHO (2)	PE	@@@04	311 1184	323 6494
Bloco (PSDB/PPB)									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1348	321 9470	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	###08	311-2071	323-3188
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	2. RICARDO SANTOS	ES	*13	311-2022	323-5625
PT/PDT/PPS									
EMILIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	1. JEFFERSON PÉRES	AM	###07	311-2061	323-3189
PTB									
ARLINDO PORTO	MG	*05	311-2324	323-2537	1. VAGO				

(1) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

(2) Deixou o exercício do mandato, em virtude da reassunção da Titular em 11/03/2002.

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÓNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIPAL
** ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
*** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	@@@ ALA SEN. DINARTE MARIZ

MEMBROS TITULARES				MEMBROS SUPLENTES					
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
BLOCO PSDB/PTB									
MARISA SERRANO	MS	237	318-5237	318-2237	1. VICENTE CAROPRESO	SC	662	318-5662	3182662
FEU ROGA	ES	960	318-5960	318-2960	2. YEDA CRUGIUS	RG	956	318-5956	3182956
BLOCO PFL/PST									
NEY LOPES	RN	326	318-5326	318-2326	1. LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318-5541	3182541
PAULO GOUVÉA	SC	755	310-5755	310-2755	2. RONALDO CAIADO	GO	227	310-5227	3102227
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	*573	318-5573	318-2573	1. EDINHO BEZ	SC	703	318-5703	3182703
DARCISIO PERONDI	RS	518	318-5518	318-2518	2. OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318-5845	3182845
PT									
ALOIZIO MERCADANTE	SP	825	318-5825	318-2825	PAULO DELGADO	MG	*268	318-5268	3182268
PPB									
JARBAS LIMA	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318-5756	3182756
BLOCO PSB/PcdoB									
EZÍDIO PINHEIRO	RS	744	318-5/44	318-2/44	INÁCIO ARRUDA	CE	*582	318-5582	3182582

LEGENDA:

* Gabinetes localizados no Anexo III

Gabinetes localizados no Anexo II

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900

FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154

www.camara.gov.br/mercosul

e_mail - cpcm@camara.gov.br

SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO

ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. FRANCISCO EUGÉNIO ARCANJO

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 030002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 112 PÁGINAS